

RONALDO LEÃO SOARES

ASSENTAMENTO E APA TAMBABA À GUIA DA HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Pedro Costa Guedes Vianna

João Pessoa – PB
2014

S676a Soares, Ronaldo Leão.

*Assentamento e APA Tambaba à guisa da história /
Ronaldo Leão Soares.-- João Pessoa, 2014.*

129f. : il.

Orientador: Pedro Costa Guedes Vianna

Dissertação (Mestrado) - UFPB/PRODEMA

*1. Meio ambiente - desenvolvimento. 2. APA
Tambaba - história ambiental. 3. História oral. 4.
Assentamento Tambaba.*

UFPB/BC

CDU: 504(043)

TERMO DE APROVAÇÃO

RONALDO LEÃO SOARES

ASSENTAMENTO E APA TAMBABA À GUIA DA HISTÓRIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna
PRODEMA/UFPB

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Cruz
PRODEMA/UFPB

Prof. Dr. José Otávio Aguiar
Departamento de História, UFCG

Prof. Dr. Gustavo Lima
PRODEMA/UFPB

Prof. Dr. Marcos Antonio Mitidiero
Departamento de Geografia, UFPB

Prof. Dr. Roberto Sassi
PRODEMA/ UFPB

Aprovado em: ____/____/____

Pelas cobranças, pela compreensão, pelo apoio. A ti minha amada Laurenir.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.
Meu especial agradecimento a todas as pessoas que colaboraram como sujeitos da pesquisa.

O conceito de natureza e os termos que estão associados a ela são, em muitos sentidos, históricos. Os seus significados, e as próprias palavras, são historicamente construídos ao mesmo tempo refletindo e constituindo a mudança social.
(Stefania Barca)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
1 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
1.1 - Esverdeando as páginas desbotadas da História.....	8
1.2 - A Voz da História.....	16
1.3 - Conceituando Conflitos socioambientais.....	17
1.4 - Desenvolvimento Sustentável.....	24
2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
3- CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS.....	36
3.1 - Formação Histórica Social do Litoral Sul do Estado da Paraíba.....	36
3.2 - Formação Histórica social do Município de Conde.....	39
3.3 - Origem da concentração de terras na Paraíba (litoral sul).....	41
3.4 - Organização dos movimentos pela reforma agrária.....	42
4 - ASSENTAMENTO E APA TAMBABA.....	44
4.1 - O Assentamento – lutas e conquistas.....	44
4.2 - A biografia da APA Tambaba.....	68
5 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM....	88
5.1 - Assentados e APA Tambaba <i>versus</i> agentes imobiliários e a indústria do turismo..	89
5.2 - Impactos Ambientais.....	98
5.3 - Desenvolvimento Sustentável no Assentamento e APA Tambaba.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
ANEXOS.....	113

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS DOIS PARADIGMAS.....	30
FIGURA 02 - BARRACA DE PALHA INCENDIADA DURANTE UMA DESOCUPAÇÃO.....	46
FIGURA 03 - BARRACA DE PALHA INCENDIADA DURANTE UMA DESOCUPAÇÃO.....	46
FIGURA 04 - CASA DE SEVERINO APÓS DESPEJO.....	47
FIGURA 05 - O NORTE P. 04, 22/04/1989.....	47
FIGURA 06 - CASA DE FARINHA.....	48
FIGURA 07 - LOCAL ONDE FICAVA O MOTOR.....	48
FIGURA 08 - OS AGRICULTORES EM FRENTE DA FETAG/PB EM 1989.....	50
FIGURA 09 - OS AGRICULTORES EM FRENTE DA FETAG/PB EM 1989.....	50
FIGURA 10 - O NORTE P. 07, 29 DE JULHO DE 1989.....	51
FIGURA 11 - CASA DE TAIPA NO INTERIOR DO ASSENTAMENTO.....	55
FIGURA 12 - CASA DE ALVENARIA.....	56
FIGURA 13 - CAIXA D'ÁGUA.....	57
FIGURA 14 - LOCAL DO NOVO POÇO.....	57
FIGURA 15 - ACESSO AO ASSENTAMENTO.....	58
FIGURA 16 - ESTRADA INTERNA.....	58
FIGURA 17 - 1ª TURMA DE ALUNOS NA ESCOLA DO ASSENTAMENTO.....	58
FIGURA 18 - PLANTA DO ASSENTAMENTO.....	60
FIGURA 19 - BACIA DO PROJETO MANDALA NO ASSENTAMENTO.....	62
FIGURA 20 - CESTOS DE MATERIAL RECICLADO.....	63
FIGURA 21 - CADEIRAS DE CIPÓ.....	63
FIGURA 22 - REDE EM CONFECÇÃO.....	63
FIGURA 23 - SOFÁ DO CEÁRÁ PARA REVENDA.....	63
FIGURA 24 - O NORTE.....	64
FIGURA 25 - MAPA DA APA TAMBABA.....	70
FIGURA 26 - MAPA HIDROGRÁFICO DA APA TAMBABA.....	78
FIGURA 27 ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS.....	80
FIGURA 28 - MAPA DE USO DO SOLO.....	81
FIGURA 29 - MAPA DE LOTEAMENTOS EM APPS DE RIOS DA APA TAMBABA.....	82
FIGURA 30 - TAMBABA COUNTRY CLUB.....	94
FIGURA 31 - ILUSTRAÇÃO DO COMP. ECO TUR. RESERVA BARRA DO GARAÚ.....	97
FIGURA 32 - USO DE FOGO PARA LIMPEZA DE ÁREA.....	100
FIGURA 33 - QUEIMA DE RESÍDUOS.....	100
FIGURA 34 - SACO PLÁSTICO NUMA TRILHA DE TURISTAS.....	101
FIGURA 35 - CAMINHO ABERTO POR GUIAS.....	101
FIGURA 36 - DIVULGAÇÃO COM ÊNFASE EM SUSTENTABILIDADE.....	103
FIGURA 37 - ILUSTRAÇÃO DO COMP. ECO TUR. RESERVA BARRA DO GARAÚ.....	103

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - INVASÃO DAS APP DE RIO PELOS LOTEAMENTOS.....	79
TABELA 02 - USO DO SOLO DA APA TAMBABA.....	81

RESUMO

A História Ambiental vem para atender as vozes das ruas e ao mesmo tempo se inter-relacionar com outras disciplinas e áreas de estudo. Esse novo modo de concepção da história que enquanto disciplina acadêmica nasceu nos EUA na década de 1970, já está presente em todos os continentes, no país está em crescimento. Assim procurou-se nesse trabalho conciliar a história do Assentamento e da APA Tambaba pela ótica da História Ambiental. Considerando o fato de a criação do assentamento ser recente, da mesma forma que a criação da APA, e de que muitos dos atores envolvidos nessas criações ainda poderem ser ouvidos, optou-se pelo uso da História Oral para conhecer e compreender os processos de formação da unidade de conservação e comunidade rural. A dinâmica proporcionada pelos depoimentos fomentou o conhecimento de divergências socioambientais, as quais levaram a identificações de impactos causados pela antropização do meio natural suas perspectivas de uso sustentável.

Palavras – Chave: História Ambiental, História Oral, APA Tambaba, Assentamento Tambaba.

ABSTRACT

Environmental History comes to meet the voices in the streets and, at the same time, build bridges between other disciplines and study fields. This new idea of History was born in the USA in the 1970s and it is already present in all continents; in Brazil this area is on growth. So, in this work we sought to reconcile the history of Tambaba Settlement and APA Tambaba under the view of Environmental History. By taking into account that the settlement was created recently, the same way as APA, and that many of the actors involved in those creations can still be listened, we chose Oral History to know and understand the formation processes of the preservation unit and rural community. The dynamics provided by the testimonials has fostered the knowledge on social and environmental divergences, which led to identify impacts caused by anthropization of the natural mean their prospects of sustainable use.

Keywords: Environmental History, Oral History, APA Tambaba, Tambaba Settlement.

INTRODUÇÃO

A princípio surge uma questão: porque motivo estudar, contar a história de um assentamento que se localiza dentro de uma APA e também a história dessa? A que pode ser respondido: Não é o motivo e sim os motivos. Dentre esses motivos está a singularidade da localização do Assentamento Tambaba: é à beira mar. Na área total da APA Tambaba, há seis assentamentos rurais, mas nenhum com a singularidade do Assentamento Tambaba, dita anteriormente. Os outros assentamentos também com suas histórias de lutas, angústias, sofrimentos e conquistas não são desmerecedores de atenção e análise histórica, porém a opção pelo Tambaba perpassa os pontos em comum aos outros, como já foi dito, é um assentamento rural com vista para o mar e soma-se ainda: estar inserido em área urbana; o interesse especulativo; a baixa fertilidade do solo; a desigualdade no tamanho das parcelas; o potencial turístico e a problemática ambiental.

Portanto, a escolha por esse assentamento parte do que José Henrique Martinez define como escala local, pois é onde, para esse autor, “os problemas ambientais locais são abundantes e propícios para a iniciação no estudo da História Ambiental. (...) As possibilidades de diálogos com as comunidades locais e grupos sociais são diversas e enriquecedoras da análise histórica”. (MARTINEZ, 2011. p. 331)

Tendo como recorte espacial o Assentamento Tambaba e seu entorno a APA Tambaba e como recorte temporal a data da ocupação da Fazenda Tambaba em 04 de agosto de 1986 até o ano de 2013, procurou-se, como objetivo geral, contar a história do Assentamento de Trabalhadores Rurais e da APA Tambaba pelo olhar histórico ambiental.

Optou-se em contar a história desses trabalhadores e a luta pela conquista da terra pela perspectiva da História Oral, dando voz aos atores que compõem o assentamento e também aqueles que fazem parte da APA e estão (inter) relacionados com os assentados, como a Sociedade Naturista de Tambaba – SONATA, Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA e Comissão Pastoral da Terra – CPT, cujas histórias ora se cruzam ora se afastam.

Resgatar a história desses homens e mulheres, trabalhadores rurais somada a de outros grupos sociais que dividem o mesmo território faz com que também haja o entrecruzamento da História Oral com a História Ambiental. Esse entrecruzamento Jó Klanovicz define como uma aproximação entre as Histórias Ambiental e Oral que proporciona um caminho alternativo, o qual incorpora nas discussões relatos à história composta de elementos humanos

e não humanos sem que os mesmos fiquem restritos a espaços geopolíticos ou somente a cultura. (KLANOVICZ, 2012. p. 162)

A contextualização histórica permitiu a objetivação de outros pontos mais específicos como: A identificação e análise dos conflitos socioambientais existentes na área em estudo; identificação dos impactos causados pelo enobrecimento da área, ou seja, o processo de *gentrification*¹, da especulação imobiliária e do turismo na vida cotidiana dos assentados, através das relações urbano-rural/rural- urbano, uma vez que o assentamento encontra-se inserido no perímetro urbano do município do Conde; e por último, mas com igual relevância, identificar as consequências do assentamento e da especulação imobiliária e turística para o meio ambiente.

Como primeiro objetivo específico, identificar os conflitos socioambientais existentes na área em estudo. Esses conflitos socioambientais são decorrentes dos vários interesses e usos desse território e também pela diversidade de atores envolvidos, que dependendo da situação conflituosa, são colocados num mesmo lado e em outras situações se posicionam em lados opostos, ou seja, dependendo do conflito ora são adversários ora são aliados.

O segundo objetivo específico é apontar os impactos sociais decorrentes da crescente urbanização da região na vida cotidiana dos assentados. Esse objetivo demanda do objetivo geral e diz respeito a crescente urbanização dentro dos limites da APA e no entorno do Assentamento Tambaba, causados por um novo modismo da sociedade consumista que vê no meio rural, no meio natural a fuga do *stress* da cidade. Esse novo modo de vida, que chega com turistas e agentes imobiliários, influência na vida diária dos assentados, bem como nas relações socioeconômicas dos mesmos, sendo que alguns trabalham em pousadas, resorts e até mesmo como ambulantes na praia. Ou seja, praticam trabalho comum a trabalhadores urbanos mesmo vivendo em um assentamento rural.

Já o terceiro objetivo está intrinsecamente ligado ao objetivo anterior, visa identificar os impactos ambientais (principais) causados pela ação humana. Não tem a pretensão de escalonar, quantificar o grau de antropização na APA e no Assentamento, mas mostrar os principais impactos e as principais consequências derivadas da ação humana em relação ao

¹ Gentrification: surgiu pela primeira vez, em 1964, pela socióloga britânica Ruth Glass em London: aspects of Change. Desde então, o termo vem sendo usado para designar diferentes formas de intervenção urbana, que variam dos processos de “regeneração”, “reabilitação” ou “revitalização” de áreas ou sítios patrimoniais de alto valor histórico, sejam eles residenciais ou não; às práticas contemporâneas de reestruturação urbana em larga escala que criam áreas enobrecidas, seja para abrigar empresas multinacionais nos chamados megaedifícios inteligentes, seja para erguer condomínios residenciais de luxo para as classes médias e altas. (LEITE, 2009. p. 2 -3)

meio natural. A identificação desses impactos aponta para: a forma como se dá a relação dos assentados, seus meios de interagirem com o meio ambiente e como a natureza está sendo dominada, em grande parte destruída, para ser reconstruída em áreas fechadas como condomínios e resorts, onde as corporações imobiliárias, se valendo da indústria do turismo, fazem a “limpeza”² da área para posteriormente recriarem a natureza.

O Assentamento e a APA Tambaba se configuram em um território³ delimitado, onde mesmo que num espaço reduzido, há uma diversidade de atores e interesses como os de contemplação, econômicos, sobrevivência e ou somente de preservação da natureza. Portanto orienta esta pesquisa, o estudo “do papel e do lugar da natureza na vida humana”, “estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições” (WORSTER, 1991, p.201)

O eixo central dessa pesquisa é a História ambiental, que alguns denominam de história do Meio Ambiente ou de Eco História. A História Ambiental vai além, do simples interesse, do discurso verde que permeia a vida nos últimos tempos, ela não se limita a um pequeno e limitado conhecimento, vai atrás de respostas para a compreensão da realidade contemporânea que se construiu numa relação em alguns momentos desastrosa para com o meio ambiente e noutros uma relação harmoniosa. (MARTINEZ, 2011. p.24)

O desenvolvimento desta pesquisa se divide em cinco partes distintas, porém interligadas para atender os objetivos norteadores já comentados anteriormente.

A primeira parte é dedicada a teorização refere à História Ambiental, à História Oral, aos Conflitos socioambientais e ao Desenvolvimento Sustentável.

Dentro das vertentes historiográficas é quase impossível não encontrarmos algum texto, ensaio, que tenha como pano de fundo a natureza, o meio ambiente, mesmo que subliminarmente. E, depois do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, o “verde” entrou em cena na pauta de inúmeras ciências, extrapolando as tradicionais ciências da natureza.

Assim, esse trabalho se pauta na História Ambiental, que vai buscar referências em autores estrangeiros que discorrem sobre o “Homem e o mundo natural” e ou sobre o “Imperialismo ecológico”, fazendo uso também de pesquisadores meio estrangeiro meio

² N.A. Limpeza de áreas para a construção civil e ou agricultura consistem na retirada da cobertura vegetal nativa por meios mecânicos ou por queimadas e posteriormente com a terraplanagem.

³ É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

brasileiro ao falar que nossa sociedade se formou a “Ferro e fogo” e sem deixar de lado os nativos com profundo conhecimento sobre “História e Natureza”, mas sem esquecer que por esse país passou “Um sopro de Destruição” ou aqueles que de certa maneira não pertencem aos “Domínios de Clio”, mas nos contam sobre o “Nordeste” para nosso “Saber Ambiental” e quão é “A difícil sustentabilidade”.

Nota-se que a História Ambiental tem um forte apelo interdisciplinar, pois para se fazer História Ambiental há de se fugir, abandonar paradigmas restritos às Ciências Humanas e ir beber em outras fontes que passam pelas Ciências da Natureza, Exatas e Sociais.

Mesmo sendo considerada uma ferramenta, a História Oral tem uma vasta gama teórica. Assim antes de colocar-se a História Oral como instrumento metodológico, faz-se necessário uma visita a suas múltiplas interpretações.

Aqui também, nesta parte, há um apanhado de leituras para se compreender as várias formas de socialização entre os grupos sociais que têm interesses na região. Para poder identificar os conflitos, as divergências socioambientais, buscou-se na teoria um suporte, pois como há uma variedade de conflitos identificados, há também uma gama de autores e concepções acerca de conflitos socioambientais.

Assim como há uma variedade de opiniões sobre conflitos, a conceituação de Desenvolvimento Sustentável também tem várias interpretações, bem como divergências teóricas.

Na segunda parte, mostrar-se-á como se deram os trabalhos que propiciaram a realização da pesquisa. É o espaço em que se apresenta a metodologia da pesquisa, dos diálogos sobre o resgate histórico até a identificação dos impactos ambientais causados pela antropização da região.

Inicialmente, faz-se necessário frisar que não se dará exclusividade a nenhuma metodologia tradicional de pesquisa, pois o que se pretende é dialogar numa perspectiva interdisciplinar sem cair numa ou outra concepção teórica. O que importa nesse trabalho é fazer uma abordagem histórica pela ótica ambiental, que por si só é interdisciplinar. Fez-se uso da História Oral como ferramenta e um roteiro norteador para que os entrevistados rememorassem seu passado e suas histórias de vida.

Ainda dentro da metodologia, fez-se uso, para a identificação dos impactos causados pela antropização, do método de listagem ou *check list*.

Na terceira parte, procurou-se conhecer os aspectos e as formações históricas e sociais numa perspectiva mais do litoral sul da Paraíba e também numa mais restrita do município de

Conde para assim conhecermos um pouco mais sobre as origens ou a origem da concentração de terras na região, bem como o processo de organização dos movimentos por reforma agrária e ocupação da fazenda Tambaba que culminou no assentamento de mesmo nome.

São poucos os registros da ocupação humana antes da chegada dos portugueses nessa parte do novo mundo que mais tarde viria ser a Paraíba. Os registros que se tem na, grande maioria, são relatos de portugueses que se reportavam a metrópole na Europa contando o que encontravam nessas terras, não só as riquezas, mas também sobre os grupos de seres humanos que aqui encontraram suas maneiras de viver baseada na caça, pesca e coleta.

Formando alianças com os homens que habitavam a costa os portugueses começaram a exploração econômica extraindo o Pau-brasil para comercializar na Europa. A aliança não serviu somente para a extração, foi proveitosa (para os portugueses) para expulsar franceses e holandeses que aqui aportavam com o intuito de também explorarem essas terras em diferentes épocas e contextos econômicos, os franceses ainda no ciclo do Pau-brasil, já os holandeses no ciclo açucareiro. O resultado dessa aliança foi o extermínio quase que total dos nativos e a miscigenação em aldeias que mais tarde se tornaram vilas e posteriormente cidades. A exemplo da aldeia Jacoca que no decorrer da história foi Vila do Conde e atualmente Município de Conde.

O período de domínio econômico do açúcar iniciado no período colonial foi o grande responsável pela formação da concentração de terras, que começou com as capitâncias hereditárias e se pulverizaram em sesmarias culminando com Lei de Terras em 1850. É com a mercantilização da terra propiciada pela Lei de Terras que também vai se agravar a exclusão de trabalhadores rurais, camponeses que viviam nas franjas das lavouras canavieiras.

Um Estado que tem desde sua origem, há mais de 500 anos, a cultura do latifúndio, reluta em aceitar que todos os trabalhadores rurais tenham direito e acesso a terra para dali tirarem seus sustentos. Apesar do avanço do capitalismo no campo, o quadro de miséria ainda é o mesmo, ou seja, uma economia baseada nos latifúndios, sem uma proposta correta para os pequenos agricultores, nem uma política que apresente propostas de mudanças da realidade social, diminuindo a distância entre os “dois brasis” – o dos ricos e o dos pobres” (LINHARES, 1997, p. 171 – 172)

Portanto, verifica-se que a proposta de se fazer a reforma agrária, mesmo prevista em lei, no Brasil nunca foi de fato realizada, sendo desenvolvida num processo extremamente lento. A Paraíba não é exceção, e na zona da mata paraibana predomina o latifúndio da monocultura canavieira. É essa monocultura que desde o período colonial, desequilibra a

história natural e a história social do Nordeste da cana, e que está cada dia mais mecanizado, o que causou e causa a exploração de mão de obra e também o êxodo rural. Para o plantio da cana, destruiu-se grande parte das matas, modificando-se para sempre a paisagem nordestina: “... a natureza do nordeste – a vida toda – deixou de ser um todo harmonioso na sua interdependência para se desenvolverem relações de extrema ou exagerada subordinação.” (FREYRE, 2004. p. 81)

Nesse sentido, como consequência da modernização e capitalização do setor agropecuário, a monocultura do açúcar, mais especificamente no nordeste, reduziu os inúmeros engenhos, com passar do tempo, a poucas usinas, porém com enormes áreas de terras sob seus domínios. Assim, também a agricultura familiar ou de subsistência que existia nas franjas dos engenhos vai se modificando de acordo com a transformação da sociedade.

Essa transformação da terra em mercadoria vai fazer com que nos anos de 1900, surjam organizações de apoio e defesa pela reforma agrária no país e consequentemente as conquistas de terras que atendam aqueles trabalhadores rurais alijados do campo. Nesse sentido, os Paraibanos são um exemplo para os demais estados da Federação, pois foi neste Estado que em 1950 ressurgiram as Ligas Camponesas, depois de uma pré-existência nos anos 1930, também suprimidas por força ditatorial. Porém, os trabalhadores sem terras do Brasil vão encontrar apoio na Comissão Pastoral da Terra - CPT em meados dos 1970, anos de forte ditadura militar brasileira.

A quarta parte contempla o objetivo geral, pois é onde se conta a história do Assentamento de Trabalhadores Rurais e da APA Tambaba.

O Assentamento Tambaba teve sua origem na ocupação da Fazenda Tambaba por 62 famílias, no dia 04 de agosto de 1986, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Essa ocupação ocorreu antes da formalização do Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra – MST na Paraíba, pois a organização deste movimento só ocorreu em 1988, quando lideranças do nordeste definiram uma coordenação provisória no estado paraibano e planejaram a primeira ocupação que se deu na fazenda Sapucaia, em Bananeiras em abril de 1989, por 200 famílias.

A ocupação da fazenda Tambaba aconteceu no litoral sul da Paraíba, mais precisamente no município de Conde onde hoje se localiza a área de proteção ambiental - APA de Tambaba. O assentamento rural, resultado dessa ocupação era uma antiga fazenda que “quando da vistoria realizada pelo INCRA, constatou-se a inexistência de exploração agropastoril ou de residentes na área.” (MOREIRA, 1997a, p 44). Ainda, segundo Emilia

Moreira, a fazenda apresenta “relevo de plano a suavemente ondulado e os solos são predominantemente sílico-argilosos de média a fraca fertilidade natural aparente” (MOREIRA, 1997a, p. 44). O assentamento é formado por famílias provenientes dos municípios de Alhandra, Pitimbu e Conde onde viviam de trabalho alugado, trabalho temporário, diário ou semanal em terras alheias.

Ainda nessa parte do trabalho, a Área de Proteção Ambiental – APA Tambaba entra em cena, onde se pretende contextualizar essa unidade de conservação, ou seja, conhecer a “biografia” da APA cuja existência favorece uma vida “naturista” para uns, enquanto para outros é um empecilho para a sociedade consumista capitalista. A APA ainda não possui um zoneamento ecológico e assim vai permitindo a sua degradação ao mesmo tempo em que encontra defensores.

Na parte de número cinco, estão os conflitos identificados e as transformações da paisagem. Por transformações da paisagem entende-se as modificações a partir da antropização da APA Tambaba – aqui já incluído o assentamento.

Como conflitos socioambientais procurou-se identificar aqueles cujos atores envolvidos divergem sobre situações que os atingem em aspectos sociais, ambientais e econômicos. São discussões sobre o direito de se apropriar, explorar ou simplesmente morar no meio natural da APA Tambaba. Dentre os conflitos identificados, talvez, senão, o mais complexo é o que coloca os assentados *versus* a especulação imobiliária e a indústria do turismo.

A partir de observações feitas *in loco*, durante os trabalhos de campo percebeu-se as transformações da paisagem causadas pelo uso ou mau uso do meio ambiente no assentamento e seu entorno, o que possibilitou a identificação em *check list* dos impactos ambientais resultantes de ocupações desordenadas temporárias ou permanentes.

Para encerrar a quinta parte, identificou-se o processo de desenvolvimento da região e o quanto ele pode interferir na vida cotidiana dos assentados e de outros grupos sociais de Tambaba. Além disso, de certa maneira, qualquer proposta que seja em relação a Desenvolvimento Sustentável também vai interferir no meio natural, vai transformar a paisagem.

1 – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 – Esverdeando as páginas desbotadas da História

O estudo da natureza, do meio ambiente, está presente nas pautas de todas as ciências, nem tanto por modismo, mas pela necessidade diante do que vem ocorrendo ao mundo na atualidade. A degradação da natureza faz com que as ciências foquem seus olhares, suas pesquisas na direção da preservação do planeta para evitar um colapso ambiental. É comum lermos, ouvirmos, que os estudos da natureza são específicos das Ciências Naturais como Biologia, Zoologia, Botânica, etc... Porém, não se pode pensar a natureza sem pensar nas Ciências Exatas e tampouco nas Ciências Humanas.

Nesse sentido, é certo que as interações da sociedade humana com o mundo natural, nos últimos cinquenta anos, têm sofrido mudanças, pois são buscadas soluções ou alternativas para problemas que ameaçam a vida no planeta, o que anteriormente, não eram vistos com preocupação, e, certamente influenciaram no surgimento da moderna História Ambiental. No entanto, a natureza e o meio-ambiente, sempre estiveram presentes nos estudos históricos, como se pode verificar com os historiadores da *Escola dos Annales*, entre eles a “História do clima depois do ano mil” (1967) escrita por Emmanuel Le Roy Ladurie ou “O Mediterrâneo” (1949) de Fernand Braudel onde a natureza e o meio-ambiente são vistos como um “recurso”, observado por Peter Burke ao comentar a obra, de Braudel:

No futuro, é possível que o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita [...] Na verdade, ele sempre inspirou vários estudos. A famosa monografia de Braudel sobre o Mediterrâneo chamou a atenção quando foi pela primeira vez publicada em 1949, pela quantidade de espaço dedicado ao meio ambiente físico – terra, mar, montanhas e ilhas. Atualmente, entretanto, o quadro de Braudel parece curiosamente estático, porque o autor não considerou de modo sério as maneiras pelas quais o ambiente foi modificado pela presença do homem destruindo florestas, por exemplo, para construir as galeras que aparecem com tanto destaque nas páginas de *The Mediterranean*. (BURKE, apud SOFFIATI, 2008, p.15)

Também vamos encontrar a temática ambiental em obras cuja base historiográfica se fundamenta na História Econômica onde aparecem autores como John Bellamy Foster com a “Ecologia de Marx: materialismo e natureza” (2005), Joan Martinez Alier e seu “Ecologismo dos pobres” (2010) e Michel Löwy e a “Ecologia e Socialismo” (2005). Dessa forma, até então, ainda segundo Soffiati (2008), a natureza não humana é considerada passiva, estática e

até mesmo distante, o que leva Donald Worster, a considerar a Eco-história ou História Ambiental uma nova revolução na historiografia, onde se encontra autores como o próprio Donald Worster, um dos pais dessa nova abordagem da História, com “Nature's Economy: A History of Ecological Ideas” (1977), “O homem e o mundo natural” (1983) de Keith Thomas, “Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900 – 1900” (1986) de Alfred W. Crosby e “A ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica brasileira” (1996) de Warren Dean, entre tantos outros.

O surgimento da História Ambiental é estimulado e explicado pelos movimentos ambientalistas dos anos 1960 e 1970, ao que Pádua (2010) designou de “vozes da rua”, decorrentes das questões ambientais que adquiriram uma grande importância nas últimas décadas, como mudanças climáticas, aquecimento global, poluição entre outras, ou seja:

A grande novidade das últimas décadas esteve na difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento. Não é por acaso que nas últimas décadas organizaram-se iniciativas de ensino e pesquisa em economia ecológica, direito ambiental, engenharia ambiental, sociologia ambiental etc. (PÁDUA. 2010, p. 82)

No entanto, a História Ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. Deve-se a Roderick Nash, em 1972, o primeiro curso de História Ambiental, na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, que possibilitou as bases para uma gama de Historiadores interessados em assuntos ecológicos e ambientais com o objetivo de estabelecer um diálogo entre natureza e sociedade. Ou seja, “construir uma ponte que permita a comunicação, por muitos anos inexistentes, entre as ciências naturais e as ambientais e os estudos históricos, incluindo aqui todas as humanidades e estudos da sociedade e a cultura.” (SOLANO 2012, p.7) Isso tudo contribuiu, paralelamente, ao surgimento de importantes associações e revistas em torno do tema: na América, a *American Society for Environmental History* e *Sociedad Latino Americana y Caribeña de Historia Ambiental* - SOLCHA e na Europa, a *European Society for Environmental History* – ESEH.

Segundo Worster (1991), são três os níveis em que a História Ambiental ou Eco-História atua: o primeiro trata da natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado; o segundo aborda o domínio socioeconômico, na medida em que este interage com o ambiente; o terceiro enfoca as representações sociais relacionadas ao mundo natural.

O primeiro são os estudos que visam reconstruir a paisagem do passado, para que o historiador ambiental conheça o funcionamento da natureza antes da presença humana. Para isso, ele tem que se valer das Ciências Naturais e, principalmente, da Ecologia que “investiga as interações entre os organismos e entre estes e os seus ambientes físicos”. Sem este estudo primeiro e básico, a história ambiental perde seu embasamento e sua coerência.

O segundo comporta “a cultura material de uma sociedade, as suas implicações para a organização social e a sua interação com o ambiente natural”. Ou seja, as ferramentas e modos de trabalho e as relações sociais originadas desse trabalho que de forma direta ou indireta afetam o meio ou vice-versa. Aqui, os historiadores ambientais têm buscado na Antropologia leituras que ajudam no entendimento de várias questões relacionadas com a relação cultura material humana e natureza. Este nível, portanto, se presta a analisar a relação homem e meio natural na reciprocidade das mudanças: o papel da natureza na modelagem dos métodos produtivos e as mudanças causadas na natureza por esses métodos.

No terceiro nível, o historiador ambiental investiga “o pensamento sobre a natureza”, sem esquecer que “as ideias são socialmente construídas” e que diferem de pessoa a pessoa, evitando as “generalizações fáceis sobre a “mentalidade” de um povo ou de um lugar.” Neste nível, estão as percepções, os valores, os mitos, o folclore, a literatura, a religião, o desejo, entre outros pensamentos sobre a natureza ou sobre a relação homem/sociedade/natureza.

Entretanto, essa divisão em três níveis dos estudos ambientais serve apenas para clareza, pois

...eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente. (WORSTER, 1991, p.202)

Deve-se lembrar de que esses campos não são específicos da História Ambiental, eles também são trabalhados em outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia, a Economia e a Geografia.

Assim, a história ambiental “sintetiza todas as atividades realizadas pelos seres humanos, que estejam integradas ao meio ambiente, às relações que se geram, as limitações e possibilidades que se tem oferecido para o desenvolvimento social e tecnológico em distintos períodos históricos.” (SOLANO. 2012, p.8)

A História Ambiental analisa as interações dos seres humanos com o mundo natural através do tempo. Para isso, a História Ambiental precisa ser interdisciplinar uma vez que não

é a única a ter o meio ambiente como objeto de estudo. Todavia, “a História possui uma vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado.” (MARTINEZ, 2006, p.21) Ao estudar a atividade humana relacionada com o meio ambiente, ela busca não só nas ciências sociais, mas também nas ciências físicas e biológicas, os dados para a historicidade. Além disso, a História Ambiental dialoga principalmente com os outros campos da História e com a Geografia, visando descortinar a relação do homem com os recursos naturais em um determinado tempo e espaço.

Em seu artigo “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, José Augusto Drummond traça “algumas características metodológicas e analíticas da história ambiental”:

A primeira delas é que quase todas as análises focalizam *uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural*: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante.(...) Uma segunda característica é o *diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais - inclusive as aplicadas - pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas*.(...) Um terceiro traço da história ambiental é explorar *as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas*.(...) Uma quarta característica a considerar, de importância especial para os historiadores que valorizam as fontes, é a *grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente*.(...) Uma quinta e última (para fins deste artigo) característica da história ambiental é o *trabalho de campo*.(...) (DRUMMOND, 1991,p.180-182)

Com essas características, o autor revela as proximidades da História Ambiental com outras ciências ou linhas de estudo, além de apontar métodos de trabalho aos historiadores.

Em relação à interdisciplinaridade, demonstra que ao concentrar seus estudos em uma determinada região, com um perfil natural e por vezes cultural e político peculiar, a História Ambiental identifica-se com a História Natural e também com a História Regional, mas afastando-se às vezes das ciências sociais, inclusive da história regional, ao buscar nas Ciências Naturais o entendimento dos ecossistemas e seus funcionamentos, tão necessário para identificar como a cultura humana age sobre o meio natural e vice-versa. Ou seja, “Os historiadores ambientais não “visitam” protocolarmente as ciências naturais: dependem profundamente delas e muitas vezes trabalham em associação direta com cientistas naturais”.

Contudo, quando se trata de estudar o papel da cultura nos usos dos recursos naturais, os historiadores ambientais voltam-se para as Ciências Sociais como, a História das

Civilizações, Antropologia Cultural e Geografia Humana, considerando-se que “os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais *per se*”. (DRUMMOND, 1991, p.181-182)

Ainda como característica, Drummond destaca também a ampla gama de fontes que estão disponíveis a esses historiadores, que vão desde as fontes tradicionais da História Econômica e Social, às fontes orais, relatos de viajantes, memórias, diários, romances, desenhos, pinturas, ferramentas e outras, desde que apontem “as relações entre as sociedades e o seu ambiente”. Por fim, o autor aponta o trabalho de campo como importante para a observação e identificação na paisagem da região estudada os sinais deixados pela atividade humana, bem como para explorar fontes locais. (DRUMMOND, 1991, p.182)

Contemplando as características metodológicas e analíticas da história ambiental, apresentadas por Drummond, Barbosa et al.(2010) enfatizam o papel do historiador ambiental:

Um historiador ambiental deve analisar a inter-relação de fatores vários como a paisagem, a tecnologia, a economia, a organização social e política, as representações simbólicas, etc. As paisagens, por exemplo, podem ser estudadas e comparadas em diferentes momentos para a avaliação de suas modificações pela ação humana ou por elementos naturais independentes dela. (BARBOSA et.al., 2010, p.18)

Segundo eles, essas modificações da paisagem reveladas no relevo, solo, hidrologia, clima e fauna, por exemplo, podem fazer dela um documento, que com o auxílio das Ciências Naturais, pode ser lido.

Essas modificações ou marcas feitas pelos humanos, nem sempre vai se encontrar em documentos escritos: “Trata-se de ler a história na paisagem”. (DRUMMOND, 1991). Porém, ele não propõe que essas mudanças sejam unilaterais e nem que haja a existência de um determinismo natural, e sim, uma relação recíproca de mudanças entre o homem e a natureza.

Nesse sentido,

Vale lembrar que falar em mudanças e não em danos ambientais significa assumir a postura de que os objetos de estudo da história ambiental não se limitam apenas à abordagem de catástrofes naturais. Simon Schama, historiador britânico erradicado nos Estados Unidos, em sua obra Paisagem e Memória (1996), faz uma crítica aos historiadores ambientais norte-americanos que percebem o homem apenas como um agente destruidor da natureza e que enfatizam somente as calamidades. Para ele, ao longo dos séculos, formaram-se hábitos culturais que estabeleceram uma relação com o meio ambiente que não a de simplesmente explorá-lo. (BARBOSA et.al., 2010, p.27)

Seguindo o pensamento de Simon Schama, Barbosa et.al. demonstram a necessidade de conhecer as organizações sociais, suas racionalidades e identidades que definem as relações entre sociedade e natureza, para através de uma nova ética relacional com o meio ambiente, ser possível conservar o que ainda existe.

Assim, pode-se concluir que a História Ambiental é interdisciplinar e tem um papel relevante ao meio ambiente. “A sua originalidade está na sua disposição explícita de “colocar a sociedade na natureza” e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza”. (DRUMMOND, 1991, p.184)

No Brasil, a História Ambiental começa a ganhar espaço na década de 1990, com a inclusão do estudo das questões ambientais nos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental e médio, o que levou os cursos de graduação e Pós-graduação fazerem o mesmo para preparar seus profissionais para lidarem com essas questões, inclusive a História. Para Martinez (2006),

Outra manifestação, nesse sentido, foi a valorização da Educação Ambiental no ensino formal, definida pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999) no ensino formal, em uma perspectiva transversal, e não como disciplina específica, gerando também novas necessidades no campo do ensino e da aprendizagem. O meio ambiente ingressou nas agendas econômica, política, educacional e, agora mais intensamente, universitária (MARTINEZ, 2006, p.12)

Com isso, a História no Brasil, vê-se frente a um novo desafio, não desconhecido, mas que obriga a história velha atender as demandas sociais da atualidade. Entretanto, mesmo com o avanço na produção de História Ambiental no Brasil, ainda é pouco o enfoque em salas de aula, tanto na formação inicial dos professores de História como no ensino médio e fundamental.

A ausência nos livros didáticos de História das questões relacionadas ao meio ambiente foi denunciada, pioneiramente, por Arthur Soffiati, no fim da década de 1980. Em Comunicação no Seminário “Perspectivas do Ensino de História”, realizada na Faculdade de Educação da USP entre 30/6 – 2/7/1988, ele afirmava que havia fontes e produção bibliográfica suficientes para a inclusão da natureza no ensino da História e que esta deveria enfocar de uma forma crítica a relação das sociedades humanas com o ambiente natural, nos seus aspectos materiais e simbólicos. Para ele, os historiadores deveriam produzir uma História em que a natureza não permanecesse muda, inclusive ilustrando esta argumentação

por um verso de Carlos Drummond de Andrade: “Mesmo produzindo rugidos, a natureza é a grande muda.” (SOFFIATI, 1990)

Somado a essas dificuldades no ensino da História Ambiental nas escolas, devemos lembrar ainda que os jovens brasileiros, além de serem bombardeados diariamente através dos meios de comunicação por anúncios publicitários que incentivam ao consumo desnecessário, têm na política econômica brasileira, que acredita no crescimento pelo consumo e não por meio de investimentos e que vem sendo feita via carro, fogão, geladeira etc., uma colaboradora para a inércia frente aos problemas ambientais e ao futuro.

Nesse sentido, Martinez (2006) ratifica o papel da História Ambiental para ajudar na compreensão desta “sensação de aprisionamento e paralisia no tempo presente”, resultado de longo período de deformação e esquecimento dos referenciais do passado. Esse comportamento parece ser fruto da “fragmentada e descontínua” memória coletiva, com a qual, ainda segundo Martinez (2006), a História Ambiental tem importante trabalho a desempenhar, “pois a história é uma das principais formas de construção e reprodução da memória coletiva”. (MARTINEZ, 2006, p. 16)

O desprezo pelo passado e a indiferença quanto ao futuro, que a sociedade brasileira, em particular, parece nutrir secularmente, aproxima o conhecimento histórico e o debate de questões ambientais neste início de século. (MARTINEZ, 2006, p. 16)

Para o debate dessas questões, a História Ambiental expõe o papel social do historiador, sua importância na construção de novas perspectivas, nova maneira de explicar o mundo atual a partir da pesquisa histórica e social. Para Martinez, “ao renovar a visão do passado, a História Ambiental pode, ainda, descortinar uma visão crítica do presente.” (MARTINEZ, 2006, p.26). Ou seja, ao estudar o seu meio ambiente pelos acontecimentos locais, regionais e nacionais, o historiador pode entrever caminhos possíveis de soluções e de redução das desigualdades sociais.

Neste sentido, Drummond (1991) comunga com Martinez em relação ao papel social da História Ambiental no Brasil, quando demonstra a sua preocupação com a dependência que a economia e a sociedade brasileira tem dos recursos naturais e dos usos extensivos e imprudentes que fazem dos mesmos, sendo que o nosso futuro depende desses recursos:

Sabemos que todas as dimensões da nossa economia de recursos naturais estão articuladas. Não podemos mais adiar um conhecimento histórico mais consistente de cada uma dessas dimensões. É minha opinião que a história

ambiental pode dar uma contribuição decisiva para entendermos o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolado por dívidas sociais. (DRUMMOND, 1991, p.194)

Ainda Martinez (2011), quando aponta possibilidades de trabalho dos historiadores ambientais, antevê temas desafiadores e de extrema importância que deverão ser discutidos, como a produção dos biocombustíveis e a exploração das jazidas petrolíferas marinhas (pré-sal) que são as “novas miragens econômicas brasileiras”. Segundo ele, Não é difícil prever as consequências das monoculturas para a produção dos biocombustíveis, como o aumento do desmatamento, do consumo de água e as perdas na biodiversidade. Quanto ao “pré-sal”, Martinez (2011) relembra o desastre no Golfo do México, em 2010 e as consequências para o meio ambiente e para a economia local. Ao afirmar que o trabalho da História Ambiental está apenas começando, indica algumas tarefas futuras para a mesma:

Estimular, agregar e incorporar jovens pesquisadores, difundir a reforma social na relação com a natureza e os debates sobre a sustentabilidade, promover a maior democratização da riqueza, do poder político e da cultura, são algumas tarefas que a História Ambiental pode oferecer aos historiadores e aos brasileiros. (MARTINEZ, 2011, p.33)

Realmente esse trabalho pioneiro da História está apenas começando, mas embora o compromisso de se escrever uma História Ambiental no Brasil é bastante recente, as relações entre homens e natureza já se encontram em obras anteriores, em alguns dos historiadores e cientistas sociais clássicos, como: Capistrano de Abreu, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Josué de Castro e Sérgio Buarque de Holanda.

Na última década, a História Ambiental no Brasil tem se desenvolvido com muita qualidade, principalmente nas universidades. Isso se pode comprovar na produção científica apresentada no ano de 2008, em Belo Horizonte, no Iº Encontro Acadêmico de História Ambiental do Brasil, organizado pela pesquisadora Regina Horta Duarte, no IV Simpósio da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA), realizado em maio de 2009 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e outros, além de publicações universitárias independentes ou portais como A Rede Brasileira de História Ambiental-RBHA (www.historiaambiental.org). Na Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) vem sendo referência em estudos na área de História Ambiental.

1.2 - A Voz da História

O relato oral sempre se constituiu na maior fonte humana de conservação e difusão do saber. Abordar o fenômeno da oralidade é defrontar-se e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo de comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana. Pode-se dizer que a tradição oral é definida como de testemunho oral transmitido verbalmente de uma geração para a seguinte.

Uma das possibilidades da História Oral é a de recuperar a narrativa e a tradição oral. O registro da oralidade é uma prática, por excelência, para se conhecer a memória de uma comunidade e também para divulgá-la para um público mais vasto. Lembra-nos BOSI (1999, p. 371) que “rememorar é uma função social, não é sonho”. Assim, a busca da memória e das lembranças faz parte do sentido da história presente e é por meio da narrativa oral que se pode resgatar o papel do indivíduo enquanto agente social na história. Seguindo esse raciocínio, nas palavras de Antônio Torres Montenegro,

entrevistando velhos trabalhadores e trabalhadoras sobre sua história de vida, procuramos e/ou mesmo aguardamos que marcas das diversas histórias fossem lembradas/narradas. À medida que estas marcas surgiam de conteúdos e formas os mais variados é que fomos construindo o quadro histórico”. (MONTENEGRO, 2001, p. 15)

Portanto, com a utilização da História Oral, ocorre a conquista de espaços que possibilitam uma reflexão em relação ao presente-passado e também, complementam dados documentais da história até então analisada. Além disso, é possível resgatar a vida cotidiana mantida na memória.

Na memória política, segundo BOSI (1999), os sujeitos se inserem na narração não só como testemunhas, mas como juízes, julgando e marcando o lado da história em que se encontravam na época, uma vez que se sentem parte da mesma. Neste caso, é necessário levar em conta a atividade ou profissão de quem está lembrando para compreender seu posicionamento na História.

Já a respeito das fontes, referindo-se mais especificamente às diferenças entre fontes orais e fontes escritas, assim se manifesta Villanova:

Quanto às fontes orais, são intrinsecamente diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis. Quero sublinhar a palavra útil, porque a

História tem de servir para alguma coisa. E eu venho falar não de História Oral, mas de uma história sem adjetivos, (...) uma História bem-feita, uma História que seja útil, e estamos convencidos de que essa História bem-feita, sem fontes orais, é uma história incompleta. Ao mesmo tempo, sabemos que fonte oral é uma fonte viva, é uma fonte inacabada, que nunca será exaurida, e portanto, que a História bem-feita que queremos fazer é uma história inacabada. (VILLANOVA, 1992, p. 46 – 47)

O uso da História Oral proporciona a identificação, num mesmo tema, de pessoas que podem ser líderes de seus grupos ou classes, mas também podem ser desconhecidas da maioria. A História Oral se faz em torno de observações e memórias de pessoas, em confronto com os documentos existentes, pois é a vida que será utilizada para receber e transmitir a história de uma classe ou uma comunidade, podendo ainda ser a base para a construção de outras maneiras de contar ou fazer a história, como vemos em (THOMPSON, 2002, p. 21): “Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e as mudanças por que passam em suas vidas”.

A coleta de depoimentos exige, conforme explica Thompson, habilidade. “Porém, há muitos estilos diferentes de entrevista, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar” (2002, p. 254). Cabe, portanto, ao entrevistador desenvolver métodos que produzam melhores resultados, preparando-se previamente.

1.3 - Conceituando Conflitos socioambientais

O homem é um ser sociável, isto é, um ser que vive em sociedade e para isso desde a sua origem se organiza em grupos por afinidades socioculturais. Isso faz com que seja necessário a vida num determinado espaço, portanto os grupos sociais, desde então, delimitam seus espaços, transformando-os em territórios. Assim, o território é o espaço onde há interação humana. Raffestin diferencia espaço de território explicando que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (...) O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado"

como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. (RAFFESTIN, 1993. p. 143 - 144)

Nesse sentido, ao se apoderar de determinado território e de seus elementos naturais o indivíduo e ou grupo social vai reivindicar para si a hegemonia desse território, numa relação de poder não só para com a natureza, mas também para com outros grupos sociais que, por conseguinte pode se transformar numa relação de dominação e ou de exploração; fazendo com que aí prevaleçam os fatores jurídicos políticos, os fatores simbólicos culturais e os fatores econômicos. Com isso, os diferentes interesses – biológicos, culturais, sociais, políticos e econômicos - e formas de apropriação de territórios e de seus meios naturais geram conflitos sociais.

Olimpio Barbanti Jr. aponta que estudos referentes a conflitos fazem parte da história da humanidade, antes até do que se conhece por mundo antigo com suas escolas de pensamento, esses estudos se caracterizavam por teorias de ataque e defesa, estratégias de guerras. Para esses estudos, diferentes campos do conhecimento deram suas contribuições para esse tema do mais violento ao mais brando; dos conflitos individuais aos conflitos entre grupos sociais e até mesmo conflitos entre Estados. As contribuições teóricas de várias áreas do conhecimento, que variaram da Psicologia à Economia, com o tempo ficaram reduzidas, limitadas às da Sociologia e da Economia política. (BARBANTI, 2002. p.1)

Dentro das Ciências Sociais, segundo Barbanti, 2002, há vários autores que conceituam conflitos com uma visão funcionalista dos conflitos; enquanto que outros fundamentam os conceitos de conflito na Economia Política, cuja referência é Karl Marx, é nesse conceito que se evidencia o conflito de classe.

A visão marxista acredita que a fonte dos conflitos se encontra nas relações socioeconômicas, que necessariamente colidem entre si e com isso provocam a mudança do sistema capitalista. A visão funcionalista credita a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é possível “resolver” conflitos por meio da mudança nessas relações. (BARBANTI JR. 2002. p. 2)

Numa situação conflituosa há quase sempre – porque há também casos em que há mais de dois lados – dois lados divergentes, que dependendo da perspectiva em que se está uma concepção pode ser boa e a concepção oposta ser a ruim. Nesse sentido, o comum é o

entendimento de que conflitos são relações de opiniões antagônicas e sem uma relação social. Porém, Georg Simmel desconstrói essa concepção, diz ele que qualquer que seja o tipo de conflito, esse será uma relação social, no caso uma sociação. Pois Conflitos sociais são decorrentes dos vários interesses e usos e também pela diversidade de atores envolvidos, que dependendo da situação conflituosa, são colocados num mesmo lado e em outras situações se posicionam em lados opostos, ou seja, dependendo do conflito ora são adversários ora são aliados, esses diferentes comportamentos diante das situações conflituosas, podem ser explicados por Georg Simmel, quando diz que:

Que La lucha tiene importancia sociológica, por cuanto causa o modifica comunidades de interesse, unificaciones, organizaciones, es cosa que em principio nadie há puesto em duda. En cambio, ha de parecer paradójico a la opinion comum el tem de si la lucha, como tal, aparte sus consecuencias, es ya una forma de socialización. Al pronto parece ésta uma mera question de palabras. Si toda acción recíproca entre hombres es uma socialización, la lucha, que constituye uma de las más vivas acciones recíprocas y que es lógicamente impossible de limitar a um individuo, há de constituir necesariamente uma socialización. (SIMMEL, 1977. p. 265)

Nesse sentido, Simmel diz que, o conflito serve, está destinado, para resolver as tensões, os pontos de vista divergentes e ao mesmo tempo pode ser o fator de unidade, o conflito, nesse sentido, passa a ter um significado unificador é a “síntese de elementos que trabalham juntos, tanto um contra o outro, quanto um para o outro” (SIMMEL, 1993. p. 123)

Ainda, para Barbanti Jr., as Ciências Humanas e Sociais brasileiras foram fortemente influenciadas pela concepção marxista e, com isso, direcionando as análises que se referiam aos conflitos sociais às relações socioeconômicas. Na segunda metade da década de 1980, as análises marxistas perdem um pouco de força, possibilitando novos marcos teóricos que coincidem com as preocupações ambientais, as quais entram na pauta da sociedade brasileira com maior ênfase.

Esse novo campo teórico, de conflitos socioambientais, no âmbito mundial ganhou força após a realização da I Conferencia da Organização das Nações Unidas sobre o ambiente Humano⁴ realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, onde se começou a pensar em políticas

⁴ A Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, 1972) foi a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas a concentrar-se sobre questões de meio ambiente. Sua convocação foi consequência da crescente atenção internacional para a preservação da natureza, e do descontentamento de diversos setores da sociedade quanto às repercussões da poluição sobre a qualidade de vida das populações. A atenção da opinião pública e as pressões políticas verificavam-se principalmente nos países industrializados, onde as comunidades científicas e um número crescente de organizações não governamentais conquistavam amplo espaço para a divulgação de suas denúncias e alertas. A Conferência introduziu alguns dos

nacionais e internacionais para preservação e conservação dos recursos naturais, alternativas sociais e ambientais para o desenvolvimento da humanidade, alternativas que não se restringisse ao desenvolvimento econômico, ou seja, pensar uma alternativa de desenvolvimento sustentável conciliando as relações do homem com a natureza e suas interfaces sociais.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável se apresenta como um novo modelo de compreender e resolver as questões sociais e econômicas do mundo, considerando o meio natural, cultural político e social. Em suma, o desenvolvimento sustentável surge como um novo paradigma e sua aplicação passa a

(...) provocar com maior evidência e frequência, os conflitos socioambientais. Estes se constituem a partir das diversas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum (exploração da natureza) e surgem em função de superposição de usos e de percepções diferentes, inclusive antagônicas, de um determinado espaço geográfico ou recurso natural. Neste contexto ocorrem disputas que envolvem atores sociais com perspectivas distintas em relação à natureza, aparecendo às zonas de tensão que dão origem aos conflitos socioambientais. Estes passaram a ser ponderados como uma questão importante e se configuraram como elementos que permite disputas, argumentações e negociações entre grupos sociais e Estado. (BRITO et al. 2011, p.53)

Esses mesmos autores vão buscar, na esfera internacional, em Libiszewski, Tuner e Ruiz teorias sobre conflitos socioambientais, onde segundo eles, Libiszewski define que conflitos socioambientais têm em comum a motivação pela escassez de um recurso causado por diminuição em sua taxa de regeneração devido a uma ação econômica. Nesse sentido, “redução da produção agrícola, migração populacional, declínio econômico, enfraquecimento das instituições e relações sociais, dentre outros, só se configurariam em conflitos socioambientais quando surgem dos desequilíbrios ambientais, em consequência de atividades antrópicas.” (BRITO et al. 2011, p.53) Portanto, ainda para esses mesmos autores, Brito et al, o pensamento de Libiszewski é de que nem todos os conflitos que se relacionam com recursos naturais resultarão em conflitos socioambientais, pois para isso eles necessitam de causas sociais e ambientais.

conceitos e princípios que, ao longo dos anos, se tornariam a base sobre a qual evoluiria a diplomacia na área do meio ambiente. (...) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi convocada para examinar as ações nos níveis nacional e internacional que poderiam limitar e, na medida do possível, eliminar os obstáculos ao meio ambiente humano (...) e fornecer um quadro para a ampla consideração dentro das Nações Unidas dos problemas do meio ambiente humano, de maneira a dirigir a atenção dos governos e da opinião pública sobre a importância e a urgência dessa questão (LAGO, 2006. p. 17, 18 e 25)

Já para Tuner (apud BRITO et al. 2011, p.54), conflitos socioambientais “têm suas origens, não somente a partir da escassez dos recursos, mas também, pelo uso destes”. Nesse sentido, Tuner tem uma visão complementar em relação à Libiszewski, os conflitos estão baseados no desequilíbrio entre a oferta e a procura; enquanto para Ruiz, conflitos socioambientais envolvem não só aspectos materiais, mas também os aspectos imateriais: “Esta característica é avaliada como incompatibilidade de interesses sobre o uso do mesmo território ou pela utilização dos recursos naturais entre, indivíduos ou grupos independentes.” Em síntese, os conflitos são ocasionados por redução de recursos devido às atividades socioeconômicas. (BRITO et al. 2011, p.54)

Quanto às teorias brasileiras sobre conflitos socioambientais, BRITO et al, afirmam que estas estão afinadas com as teorias internacionais e apontam alguns autores que contribuem com essas definições acerca de conflitos socioambientais: Ricardo Ferreira Ribeiro; Izabel Cristina de Moura Carvalho, Gabriela Scotto; Paul Elliott Little; Henri Acselrad.

Ricardo Ribeiro vê “o ambiente natural como parte integrante de um espaço público, portanto, um bem coletivo e é neste cenário que os atores sociais disputam seus interesses e entram em conflito para alcançar seus objetivos socioeconômicos.” (BRITO et al, 2011. p.55)

Numa outra análise, Carvalho e Scotto partem de que o conflito socioambiental primeiramente se apresenta como um conflito social entre pessoas e ou grupos que demandam o controle dos meios naturais, “ou seja, é um conflito social que tem no acesso aos recursos naturais o seu principal objeto de disputa.” (BRITO et al, 2011. p.55) Esses conflitos são a expressão dos interesses de grupos *versus* indivíduos, interesses coletivos *versus* interesses privados, sendo que eles podem ser explícitos ou implícitos.

Carvalho e Scotto diferem problemas ambientais de conflitos socioambientais: problema ambiental é quando existe o risco, dano social ou ambiental, mas sem que aja uma reação seja dos atingidos ou de outro agente relacionado com o problema; e conflitos socioambientais se caracterizam quando existem divergências de interesses sobre a utilização e ou gestão do recurso natural. “Portanto, pode-se afirmar que um conflito socioambiental implica em uma situação em que um ator social se encontra em oposição consciente a outro ator, a partir da ocasião em que se definem objetivos incompatíveis que conduzem ao embate de opiniões e de interesses.” (BRITO et al, 2011. p.55)

Para Paul Little, há três tipos de conflitos

conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.; conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas etc.; e conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. (LITTLE, 2004, p.4)

E esses conflitos socioambientais são: causados pela apropriação dos recursos naturais decorrentes dos impactos ambientais e sociais consequentes dos usos; decorrentes de usos e apropriações de conhecimentos ambientais; e há situações em que os conflitos se originam entre grupos pertencentes ao mesmo sistema de produção. Portanto conflitos socioambientais são disputas geradas entre grupos sociais que entendem as suas (inter) relações com o meio natural diferente das (inter) relações praticadas por outro(s) grupo(s) com o mesmo meio. Para isso, há de se levar em consideração o meio biofísico e os ciclos da natureza; o meio humano e suas organizações sociais; e as relações entre esses dois meios.

Os conflitos socioambientais estão ligados diretamente aos espaços onde há recursos naturais, são os espaços que grupos sociais territorializam para ali viverem e com isso os conflitos passam a terem dimensões políticas, sociais e jurídicas e devido às peculiaridades de grupos sociais e ou indivíduos há o choque com outros grupos e ou indivíduos colocando as dimensões sociais e culturais no conflito socioambiental.

Little ainda diz que um conflito pode durar anos em estágios tanto latentes como manifestos, pode ser acirrado, esmorecer e novamente se acirrar. Por isso há a necessidade de se identificar os polos conflitantes e saber, mapear, as alianças e coalizões tendo ciência de que durante o período do conflito pode haver mudanças de posicionamento entre os grupos, onde os aliados de hoje passam a serem os adversários de amanhã, os adversários de ontem podem ser os aliados de hoje. Bem como fazer análise das táticas e estratégias dos grupos sociais litigiosos e ter a compreensão de que pode haver várias formas de se resolver o conflito. (LITTLE, 2004. p.04)

Henri Acselrad analisa que os conflitos socioambientais decorrem do envolvimento de grupos sociais com maneiras e ideias diferentes sobre a apropriação do território. Os conflitos são originados a partir do momento em que uma parte, independente da outra, sinta-se ameaçada em suas maneiras de apropriação dos meios naturais dos quais fazem uso. “Estas ameaças podem acontecer por impactos indesejáveis ocorridos com o solo, água, ar ou sistemas vivos, decorrentes do exercício e das práticas de outros grupos”. Assim os conflitos

socioambientais, “estariam relacionados a espaços sociais que escapam a ação do mercado, envolvendo recursos que não têm preço e que não são objetos de apropriação privada”. (ACSELRAD, 2004. p. 18 e 26)

É a partir de 1960 com as manifestações de ambientalistas, a criação do Clube de Roma e nos anos 1970 com a Conferência de Estocolmo que vai se dar maior visibilidade e haver a troca de “problema ambiental” para “conflito socioambiental”. É com esses eventos que os problemas sociais estão diretamente ligados os problemas ambientais.

Os conflitos que tem o meio natural como ponto de tensão são variados e nem sempre iguais da mesma maneira que os múltiplos interesses, bem como a gama de ideologias, concepções materiais e imateriais dos diversos os atores sociais que deles fazem parte. (LITTLE, 2004. p. 118)

Esses conflitos gerados por grupos sociais, por um motivo ou outro, dependem primeiramente da identificação dos atores envolvidos, para possibilitar uma análise. Identificando as partes envolvidas e suas interações é que se terá conhecimento de seus interesses e assim entender as razões do conflito. Nesse sentido Elimar Pinheiro Nascimento diz que:

Assumindo a noção de conflito de Simmel, resta nos, no entanto, dispor os elementos que possibilitem uma análise. Para isso, é preciso ter presente que *todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracterizam e regem sua evolução e intensidade*. Os principais são: natureza, atores sociais diversos, campo específico, objeto em disputa, lógica ou dinâmica de evolução, mediadores e tipologia. (NASCIMENTO, 2001. p. 94)

Sobre o primeiro elemento, há de se identificar a natureza, a origem do conflito, “neste sentido, os conflitos podem ser de diversas naturezas” como econômicas, políticas, ambientais, culturais e dogmáticas entre outras. A respeito dos atores sociais, esses são variáveis da mesma maneira em que se posicionam no conflito, o que torna a análise do conflito muito difícil. Ainda, a identificação dos atores sociais vai depender da natureza do conflito. Assim, é necessário, fundamental que se conheça os atores envolvidos, para se proceder uma análise de seus comportamentos dentro dos conflitos, onde buscam cinco posições: promoção, apoio, neutralidade, oposição e veto.

Quanto ao campo específico, ou campo de conflito é o espaço onde os atores se movimentam e também o que limita seus movimentos da mesma maneira para os recursos geradores do conflito. “O campo de conflito se forma pelos recursos que os atores podem recorrer” e esses recursos podem estar entre materiais e imateriais. Assim, vamos ver que só a

natureza, a origem e os atores sociais do conflito completam o campo de conflito. Há também o objeto de disputa – “não há conflito sem que haja um *objeto em disputa*” – e esse também pode ser diverso conforme a natureza do conflito, porém serão sempre considerados como um bem ou como um recurso raro.

Um conflito deve ter uma lógica de existência, caso contrário não existiria, da mesma maneira em que vai evoluindo numa dinâmica. Sendo que num contexto de conflito a dinâmica tem relevante importância para que se compreenda o processo. Cada conflito tem a sua própria dinâmica e forma de evolução e o conhecimento desses proporcionarão a mediação. Essa mediação pode ser composta por um só ator ou por vários, que se posicionam a margem do conflito e sem interesses nas demandas litigiosas.

Ainda nesse contexto, de elementos para análise de conflitos, para finalizar, há a tipologia do conflito, que também muda de acordo mudam os atores, os objetos, bem como os demais elementos do conflito. A tipologia, dependendo da natureza dos atores os divide o conflito em simples e complexos – Simples são os atores de mesma natureza. O complexo são os conflitos onde os atores não pertencem à mesma natureza. (NASCIMENTO, 2001, p. 94-98)

Nesse sentido, observando as múltiplas e complementares definições, conceituações sobre conflitos e conflitos socioambientais, igualmente com suas variadas maneiras de análise bem como de interpretação, fez-se nessa pesquisa, o atendimento de algumas recomendações dos autores referenciados acima, para entendermos os conflitos socioambientais que também resultam de uma sociação dos atores sociais que apontamos como parte do objeto de estudo, ou seja, os atores envolvidos com o Assentamento e a APA Tambaba, os agentes imobiliários, agentes de turismo, ONGs e Órgãos Governamentais.

1.4 - Desenvolvimento Sustentável

A maneira como a sociedade consumista foi se apropriando de forma desenfreada da natureza e com isso fazendo uso, degradando e devastando os meios naturais resultou numa crise ambiental e social que vem aumentando nas últimas décadas e assim, promovendo cada vez mais o distanciamento entre os grupos sociais, ao que Maristella Svampa (2011) vai denominar de “os ganhadores” e os “perdedores”, enquanto Bursztyn (2001) chama de os que “estão dentro” e os que “estão fora”. É uma separação entre ricos, que estão incluídos ao

mundo globalizado economicamente de capitais transnacionais e especulação financeira e os excluídos, os pobres que fazem parte do mundo do trabalho; os marginalizados cujo trabalho atende a todo o conjunto da sociedade – rica e pobre: “seja porque produzem alimentos baratos, em sistemas de agricultura camponesa; seja porque prestam serviços pessoais e domésticos nas cidades; ou por integrarem indiretamente parte de processos manufatureiros modernos” (DUARTE, 2011; BURSZTYN, 2001)

Diante de uma tragédia anunciada, um colapso ambiental a nível mundial, é que em 1968 surge o Clube de Roma, composto por um grupo internacional de pessoas de áreas como diplomacia, indústria, academia e sociedade civil que se reuniram para debater sobre política, economia e meio ambiente. “Reuniram-se para discutir o dilema do pensamento que prevalece a curto prazo nas relações internacionais e, particularmente, as suas preocupações com relação ao consumo de recursos ilimitados num mundo em constante interdependência”.

Dos debates, em 1972, surgiu o primeiro relatório do Clube de Roma, que foi elaborado no Massachusetts Institute of Technology, denominado de “Os limites para o crescimento”. Nesse relatório, se afirmava a existência de opção para que a sociedade conciliasse o desenvolvimento ao progresso sustentável dentro das limitações ambientais. (<http://www.clubofrome.org>)

O Clube de Roma aponta para que a sociedade se desenvolva sustentavelmente, mas não faz uma crítica ao modelo de sociedade capitalista, e sim que os países ricos continuem reproduzindo o modelo consumista extremamente dependente de energia, recursos naturais renováveis e não renováveis.

No relatório que virou livro, *Os limites para o crescimento*, as soluções questionavam aspectos da industrialização da sociedade em países do primeiro mundo e ao mesmo tempo apontavam a necessidade de ações sobre a demografia e a proteção e preservação dos recursos naturais em países do terceiro mundo. Considerando que a poluição nos países desenvolvidos não poderia ser comparada a dos países pobres, porque no momento em que esses se desenvolvessem o grau de poluição se tornaria muito maior. (LAGO, 2006. p. 30)

A década de 1960 foi marcada por “acidentes” ecológicos de enormes proporções (como o caso de intoxicação por mercúrio de pescadores e suas famílias em Minamata, no Japão e o naufrágio do petroleiro Torrey Canyon que afetou o litoral da França e da Inglaterra, em 1967) e as consequências resultantes da industrialização, como poluição, doenças, tráfego e barulho, o que aumentou as preocupações ambientais em parcela da sociedade nos países desenvolvidos. Essa década também foi marcada pelo surgimento de movimentos sociais com

preocupações ambientais. Esse “movimento ecológico” se origina na classe média dos países ricos, que já estavam com todas as suas necessidades atendidas (educação, habitação, saúde e alimentação) e podiam inverter suas prioridades e comportamentos para defender situações que fossem alterar seus modos de vida. Essa movimentação ecológica questionava tanto o modelo capitalista de desenvolvimento como o modelo socialista. (LAGO, 2006. p. 27)

No mesmo sentido, ao debater os problemas ambientais em escala global, a Organização das Nações Unidas – ONU realiza em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, contribuindo consideravelmente ao chamar a atenção da comunidade internacional para os problemas ambientais que estavam ocorrendo ao redor do planeta, e também nas possibilidades de soluções aos problemas ligados ao meio ambiente nas esferas internacionais e nacionais.

A grande crítica dos países pobres em desenvolvimento, em relação à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, era no sentido de que os países ricos, ao colocarem na pauta das discussões a problemática ambiental, estavam interferindo no desenvolvimento dos países do terceiro mundo. Já as críticas dos ambientalistas denunciavam que desde o processo de preparação da Conferência havia desvio no eixo principal que era um debate mais amplo sobre desenvolvimento. Ou seja:

As soluções apresentadas colocavam em questão diversos aspectos da sociedade industrial moderna, mas pressupunham a necessidade de ações drásticas nas áreas demográfica e de preservação de recursos naturais, “problemas” associados aos países do Terceiro Mundo. Estes, naturalmente, viam com temor o apoio do Clube de Roma às ideias de alguns setores do movimento ecológico, que interpretavam o desenvolvimento dos países pobres como uma ameaça para o planeta. Para estes setores, os países desenvolvidos poluem, mas, se os pobres se desenvolvem, a escala da destruição será muito maior. (LAGO, 2006. p. 30)

Ainda sobre as críticas em relação à Conferência de Estocolmo, André Lago busca a avaliação feita trinta anos depois, pelo Secretário-Geral da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, onde consta que:

A Conferência de Estocolmo trouxe claramente à tona as diferenças entre as posições dos países em desenvolvimento e daqueles mais industrializados, mas não resolveu estas diferenças. De fato, as questões financeiras e as bases para estabelecer a divisão de responsabilidades e de custos continuam a ser as principais fontes de diferenças e controvérsia [...], e se tornaram centrais nas negociações internacionais sobre qualquer tema de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. (LAGO, 2006. p. 51, 52)

A ONU nos anos de 1980 retoma a discussão ambiental através da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de onde se origina o Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), publicado em 1987, que propõe ou conceitua desenvolvimento sustentável como sendo o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Porém, segundo Wolfgang Sachs, a expressão “Desenvolvimento Sustentável” foi lançada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio em 1992, a RIO - 92, “como novo nome para o progresso. A ideia pegou no mundo inteiro, mas os resultados têm sido até hoje discutíveis”. (SACHS, 2002. p. 6)

Independente de quando surgiu a expressão “Desenvolvimento Sustentável”, o mais importante é o próprio Desenvolvimento Sustentável. Assim, Wolfgang Sachs, afirma que o debate acerca de Desenvolvimento Sustentável foi institucionalizado em órgãos estatais e não estatais. Nesse sentido, a questão ambiental não ficou restrito às políticas administrativas, atingiu a esfera cognitiva. A noção de desenvolvimento sustentável, a partir da RIO – 92 cresceu enquanto compromisso, pois conseguiu agregar opiniões divergentes de desenvolvimentistas e de ambientalistas. “Embora desenvolvimentistas e ambientalistas viessem se opondo há décadas, o conceito os obrigou a passar para um terreno comum”. (SACHS, 2002. p. 10)

Esse mesmo autor afirma ainda que quase não há rejeição a noção, a conceituação de desenvolvimento sustentável. Esse conceito de desenvolvimento se tornou um fator de aglutinação, de industriais a movimentos sociais, fazendo com que muitos desses grupos, adversários ou não, repensassem suas convicções em torno de algo comum para todos – desenvolvimentistas e ambientalistas. Essa unificação em torno de um conceito, o de desenvolvimento sustentável, possibilitou a sua própria descaracterização. Ou seja, teve um preço, “o preço pago por este consenso foi a perda de clareza”

Dezenas de definições são usadas por especialistas e por políticos, e resulta que interesses e visões conflitantes acabam aparecendo disfarçados de uma só e mesma ideia. Mas foi precisamente este poder de inclusão que mostrou ser o ponto forte da noção de “desenvolvimento sustentável. (SACHS, 2002. p. 10)

O que se entende então, partindo do que foi citado acima, nas palavras de Wolfgang Sachs e com as palavras de Gustavo Lima, que vem a seguir, é que o conceito de

desenvolvimento sustentável ou discurso de sustentabilidade tem o poder de aglutinar grupos divergentes ao mesmo tempo em que favorece várias interpretações.

À parte a própria contradição semântica do termo, a definição de desenvolvimento sustentável veiculada pelo Relatório Brundtland permite uma pluralidade de leituras que oscilam, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica. Esta polissemia revela o curioso paradoxo de reunir, ao mesmo tempo, a força e fraqueza do discurso, a depender do olhar e dos interesses de quem observa. (LIMA, 2002. p.5)

O discurso da sustentabilidade, apresentado ao debate público, para Lima (2002), está recheado de interesses e criado para resolver problemas sociais e ambientais, cujos, não foram sanados por outros modelos de desenvolvimento já apresentados antes da proposta de desenvolvimento sustentável. O que esse autor diz é que esse novo modelo de desenvolvimento, pautado sobre um discurso de sustentabilidade é nada mais do que um jeito novo para continuar com a mesma condição de outros modelos de desenvolvimento, ou seja, mantendo o gerenciamento pelo modelo econômico sobre as questões ambientais, “tanto do ponto de vista da oferta de recursos naturais essenciais à continuidade do sistema produtor de mercadorias, quanto da perspectiva dos resíduos da produção e da poluição daí decorrente”. (LIMA, 2002. p.4)

Esse discurso de sustentabilidade respondia sobre os limites de crescimento, ao mesmo tempo em que tentava respostas tanto para as críticas como para as demandas de movimentos ambientais, onde o principal objetivo era fazer que entre as questões políticas e econômicas, constasse a questão ambiental.

Em relação aos outros modelos anteriores de desenvolvimento, Lima (2002) diz que esse discurso, o da sustentabilidade, é inovador no momento em que propõe “uma estratégia multidimensional de desenvolvimento, que tenta superar os reducionismos dos modelos anteriores; ao incorporar uma visão de longo prazo sintonizada com os ciclos biofísicos e com o futuro”. O discurso ainda inova quando leva em conta a “dimensão política dos problemas ambientais”, quando coloca em pauta as “relações norte-sul” e também “ao recomendar o uso de teorias e métodos multidisciplinares de análise, aproximando as ciências naturais e sociais na abordagem da relação sociedade-ambiente”. (LIMA, 2002. p.5)

Assim como “Nosso Futuro Comum” tem uma definição sobre desenvolvimento sustentável, Lima (2002) diz que outra noção de desenvolvimento, o ecodesenvolvimento, é

encontrada nos trabalhos de Ignacy Sachs, onde este propõe uma alternativa que considere uma economia que concilie preservação ambiental e participação social a fim de “superar a marginalização e a dependência política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social”. (LIMA, 2002. p.3)

Lima (2002) ainda afirma que, mesmo se amparando de reflexões sobre o ecodesenvolvimento idealizado por Sachs, a Comissão Brundtland, ao invés de trabalhar com a prerrogativa de uma economia com preservação ambiental e participação socialmente igualitária, fez o caminho inverso, focando um desenvolvimento econômico e tecnológico. (LIMA, 2002. p.3)

Passados pouco mais de quarenta anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e vinte seis anos da publicação do Relatório Brundtland, a sociedade viu o mundo se globalizar e com isso o aumento do consumismo, o aumento das desigualdades sociais e dos problemas ambientais.

Percebe-se cada vez mais a necessidade de se romper com os velhos paradigmas de que a natureza deve estar a serviço do homem, não importando quão alto seja o preço, e ao mesmo tempo se pensar em novos modelos de sustentabilidade que atendam a todos indiscriminadamente. Um modelo de convivência com profundo respeito pela natureza. Esse novo modelo vai exigir que seja trocada a perspectiva antropocêntrica por uma perspectiva biocêntrica. (DIEGUES, 1992. p. 27) Para Antonio Carlos Diegues, “desenvolvimento sustentável é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais”. (DIEGUES, 1992. p. 27)

Assim, Diegues, fazendo coro a outros autores, aponta que os novos paradigmas sociais devam se confrontar com os velhos paradigmas falados anteriormente. Dessa forma, faz uma comparação entre os dois paradigmas que envolvem o desenvolvimento sustentável através do quadro a seguir:

Paradigma Social Dominante	Paradigma da Ecologia Profunda
Domínio sobre a natureza	Harmonia com a natureza
Maio ambiente como recurso	Natureza constituída por seres vivos com direitos à existência independente de seu

	valor de uso
Objetivos materiais/ crescimento econômico	Objetivos não materiais/ sustentabilidade ecológica
Recursos naturais ilimitados	Recursos finitos
Soluções baseadas exclusivamente na tecnologia avançada	Soluções adaptadas a cada situação e ecossistema.
Consumismo	Necessidade básica/reciclagem
Centralização/grande escala	Descentralização/pequena escala
Autoritarismo/ estruturas repressivas	Estruturas democráticas/ participação popular

FIGURA 01 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS DOIS PARADIGMAS FONTE: DIEGUES, 1992.

Depois do que se observou no quadro, pode-se compreender melhor a proposta de não se trabalhar com a ideia de “desenvolvimento sustentável”, mas sim com a possibilidade de “sociedades sustentáveis” defendida por Antonio Carlos Diegues. Sendo que para esse autor:

O conceito de “sociedades sustentáveis” parece ser mais adequado que o de “desenvolvimento sustentável” na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural (DIEGUES, 1992, p. 27)

Nesse sentido, as sociedades sustentáveis proporcionariam às pessoas um ambiente onde deixariam de ser objetos, passando a sujeitos sociais, num contexto de participação democrática com respeito às individualidades, as particularidades e a diversidade de pessoas ou grupos; também o local de criação e expressão de culturas consonantes com o meio natural, um espaço de vida em harmonia entre os meios antrópico e biótico.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A possibilidade de diálogo, de conversa com as pessoas que constituem o Assentamento e APA Tambaba foi o fator preponderante nessa pesquisa. A História Oral foi utilizada como metodologia, priorizando-se os relatos dos atores e suas inter-relações.

Para Thompson (2002, p. 254), no que se refere as entrevistas, recomenda que se deve optar pela forma de conversa amigável e informal, conduzindo os entrevistados quando possível a locais ou a visualização de objetos significativos, historicamente, que poderão provocar, estimular, lembranças mais concretas nos informantes.

Para essa conversa, seguindo as recomendações de FREITAS (2002, p.91), “todo o entrevistador precisa saber como conduzir a sua entrevista, as questões mais importantes a serem perguntadas e até onde ir nessa entrevista”, elaborando um roteiro com tema/assunto e tempo buscando respostas. (ANEXO 01)

Porém, dependendo do que está sendo relatado e de sua importância para a pesquisa poderá extrapolar esse tempo, uma vez que, segundo HAGUETE (1987, p.75), “a entrevista é muito mais que só voz. Ela é gesto, ela é movimento, ela é observação de comportamentos e ela é também silêncio”, ou seja, em síntese, a entrevista é um momento da história se fazendo. Silêncio nesse caso, não é somente ficar em silêncio, mas o não querer relembrar o passado. Como pode ser observado nas palavras da posseira no Assentamento Tambaba, Dona Severina Joana Nascimento⁵:

Assim eu apago, apago para não lembrar o sofrimento que já passou, foi muito duro.(...) eu lembro muito bem, que tem um cantinho que o povo cantava muito, que o povo cantava, fazia barulho o povo mais novo prá se diverti,eu não posso nem tocar nesse canto que o senhor já tá querendo, eu digo ihh! (...) Apaga da memória para não lembrar, é como lhe estou dizendo eu quero apagar tudo que se passou, esquecer para não lembrar né, é muito complicado. Tambaba tem uma parte, eu digo que ela foi boa prá mim, to viva, meus filhos tudo perto de mim, mas por outro ela tirou tudo o que eu tinha, eu tinha um casamento de quase 16 anos, minha filha foi se embora, a depois o outro moço foi se embora também que não volta mais, aí fica tudo complicado né, aí eu quero esquecer (...) (NASCIMENTO, 2013)

Assim como Dona Severina Joana, outros agricultores optaram por não lembrar o período da ocupação, preferiram o silêncio, ou como Dona Joana diz “apaga da memória para

⁵ Severina Joana Nascimento, natural de Arco Verde – PE, posseira no Assentamento Tambaba, participou do processo de ocupação em 1986, mãe de quatro filhos, entre eles Edneuzza Nascimento que se tornaria umas das lideranças do grupo. Dona Birita, como gosta de ser chamada, atualmente vive na sua parcela, trabalha na roça e ajuda na criação dos netos.

não lembrar”, não quiseram rememorar o passado de angústias. Essas pessoas, os assentados fazem com que as lembranças que “incomodam” sejam expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente. Portanto, selecionar ou esquecer são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual. (FREITAS, 2002. p.61)

Portanto a “História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da História” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” ALBERTI (2005a, p.154), com isso entendemos que a “história dentro da História” é o escrever uma outra história, a história que não está “dentro” da oficial.

A identificação, ou seja, a escolha da pessoa a ser entrevistada deve atender critérios qualitativos e não critérios quantitativos com fins apenas em amostragens. A posição do entrevistado é que vai qualificar. Para isso, “convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”. (ALBERTI, 2005b. p. 31, 32)

Nesse sentido, é que se optou por entrevistar agricultores do Assentamento Tambaba e também pessoas externas, mas que de uma maneira ou outra tem vínculos não só com a história do assentamento, mas como também com a história da APA Tambaba. A coleta de depoimentos, entrevistas de alguns assentados e não a totalidade se justifica na não aceitação por parte de uns, de buscarem na memória situações das quais não querem rememorar e também, sendo dezessete assentados, há o fato de que quatro famílias derivam apenas de uma agricultora que participou da ocupação. Outro caso é de um assentado, o Jailson ⁶ cuja parcela foi conquistada por seu pai e posteriormente transferida ao filho, que na época da ocupação era criança e ficou na casa de familiares em Recife.

Então, aí eu lembro que, desde quando eu entrei pra cá, eu que representava o grupo familiar. Tanto é que hoje a parcela é no meu nome. (...) Era registro no nome de meu pai. Ao longo do tempo, só tinha eu, minha mãe, minha irmã e meu pai. Nós quatro. Nós somos uma família de dez filhos, eu sou o caçula, minha irmã é de criação, que mora aqui na frente. (JAILSON, 2013)

Outra negativa de entrevista por parte de um assentado se deu por divergências internas, disputas socioeconômicas e ou ressentimentos pessoais, a exemplo: a resposta à

⁶ Jailson Pereira é filho de agricultores que participaram da ocupação, foi diretor e professor da escola do Assentamento, também exerceu várias funções na Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba, trabalha como motorista de transporte alternativo e também é um dos coordenadores da associação de produção de mel no assentamento.

solicitação ao assentado para que fosse entrevistado foi de que procurassem o presidente da associação, pois esse é o que sabia tudo por ali, já que havia sido o primeiro a ser procurado no início da pesquisa. Essa resposta deixou evidente que esse assentado não quis participar da pesquisa por não ter sido ele o primeiro a ser entrevistado.

Podemos concluir então que a escolha dos entrevistados, por mais criteriosa e justificada que seja durante a formulação do projeto de pesquisa, só é plenamente fundamentada no momento de realização das entrevistas, quando se verifica, em última instância, a propriedade ou não da seleção feita. É nesse momento que se pode avaliar a outra face da escolha, aquela que até então permanecia desconhecida por dizer respeito apenas ao entrevistado, não se deixando apreender pelos critérios do pesquisador antes de iniciada a entrevista. (ALBERTI, 2005b. p. 33)

Quanto às entrevistas com pessoas externas ao assentamento, procurou-se contemplar agentes da sociedade civil e agentes políticos pertencentes a órgãos governamentais e não governamentais que mantêm ou mantiveram (inter) relações tanto com o assentamento quanto com a APA Tambaba, agente natural envolvido no conflito. O critério para a seleção dessas pessoas a serem entrevistadas se pautou no grau de inserção das mesmas no contexto de formação, bem como na manutenção da área de proteção e do assentamento. Nesse caso houve um contato inicial (por telefone, e-mail e pessoalmente) para explicar o motivo da pesquisa e também o momento onde em alguns casos os possíveis entrevistados sugeriram que lhes fossem enviadas as perguntas. “Este contato inicial é muito importante porque constitui um primeiro momento de avaliação recíproca, base sobre a qual se desenvolverá a relação de entrevista. Ele pode ser feito por telefone, por carta ou por e-mail, ou ainda, se não houver outro meio de acesso ao entrevistado, através de uma primeira visita.” (ALBERTI, 2005b. p. 87)

Também nesse grupo houve negativas em cooperarem com a pesquisa na forma de entrevistas, mesmo sendo previamente colocado “o entrevistado a par dos propósitos da pesquisa”. Essas negativas se deram após alguns dos possíveis entrevistados terem tido conhecimento prévio das questões que seriam utilizadas nas entrevistas, os quais se justificaram de maneiras, como: “*sou agente público, não posso responder a esse tipo de questão*”; “*olhe, não vou poder responder por que posso me comprometer*”. “É possível que o entrevistado se mostre reticente quanto ao teor das perguntas que se farão na entrevista e o uso posterior de seu depoimento”. (ALBERTI, 2005b. p. 87)

Para a análise dos conflitos socioambientais, segundo Paul Little e Elimar Nascimento, é necessário conhecer a origem do mesmo. Deve-se partir de “uma contextualização ambiental, geográfica e histórica.” (LITTLE, 2004, p.115) Para isso, foram utilizados, nesta pesquisa, documentos, registros jurídicos, historiográficos, geográficos e ambientais do assentamento e da APA, bem como entrevistas com atores envolvidos.

Feita a contextualização, ainda conforme Paul Little, para pesquisa e a análise específica do conflito há três procedimentos básicos: a identificação e análise dos principais atores sociais, a identificação e análise dos principais agentes naturais e uma análise sintética e global do conflito específico. Procedimentos esses que nortearam essa pesquisa.

Para a análise sintética e global do conflito, partimos do conceito de conflitos socioambientais formulado por Paul Little: “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural.” (LITTLE, 2004 P.107)

No caso desse estudo, as disputas, os conflitos socioambientais, entre grupos sociais envolvem os assentados na Fazenda Tambaba *versus* a ocupação imobiliária, a indústria do turismo e o processo de enobrecimento que ocorrem na APA Tambaba e seu entorno comandado por agentes econômicos e políticos.

Para a análise deste conflito foram consideradas as relações sociais, políticas e econômicas entre os atores sociais envolvidos e ainda os interesses, ideologias, símbolos e formas de adaptação dos distintos grupos sociais. (LITTLE, 2004, P.119)

Ainda sobre causas de conflitos entre os atores já citados, um outro fator a ser considerado são os impactos ambientais decorrentes das (inter)ações humanas com o agente natural. Para identificação desses impactos ambientais positivos e negativos foi usado o método de *checklist ambiental* por se tratar de uma ferramenta utilizada para avaliações preliminares, mas que pode conter escalas de valores e ponderações.

Para identificar os impactos ambientais primeiramente deve se conhecer os meios onde ocorrem e ou são afetados por esses impactos. São os meios: Meio Físico, Meio Biológico e Meio Antrópico ou Socioeconômico. Meio Físico compreende recursos hídricos, solo e subsolo e a atmosfera. No Meio Biótico se concentram a flora e a fauna. E o Meio Antrópico ou Socioeconômico é onde está o ser humano, sua dinâmica populacional, suas formas de (inter) ações com o meio natural e organização social.

Principalmente os ecólogos e biólogos se utilizam de diferentes formas para identificar e analisar os impactos ambientais e uma dessas formas é o *Checklist ambiental*, a qual foi utilizada nesse trabalho. *Checklist* consiste em um método para identificação antecipada, mas

com restrições e que dependendo do estudo pode ser acrescido de escalas. Esse método tem vantagens e desvantagens como a facilidade na aplicação e requerendo pouca exigência sobre dados do objeto elencado, porém pode omitir situações impactantes indiretas. As situações, os impactos ambientais, identificados pelo *checklist* são facilitados por serem respondidos com visitas ao campo de estudo, informação e observação das atividades impactantes e quando houver necessidade de questionários, esses podem ser formulados de maneira objetiva (*sim/não*) facilitando a aplicação também por pessoas sem muito conhecimento da área, ou seja, é uma ferramenta de campo que proporciona a junção e a classificação das informações com mais rapidez e, ao mesmo, que identifica os impactos ambientais⁷ pode projetar a perspectiva de medidas mitigadoras. No entanto, há as desvantagens dessa ferramenta que podem causar erros quando se for fazer análise que não é o caso desse recorte, por exemplo, um impacto ambiental que passar despercebido pelo *checklist* provavelmente não será revelado num processo de mitigação.

Esta pesquisa tem como recorte temporal inicial o ano de 1986, data da ocupação da Fazenda Tambaba até 2013, mas sempre que se fez necessário buscou-se suporte em outras épocas, tendo como eixo principal as questões ambientais em diálogo com a História, que se justifica porque a História Ambiental leva o historiador a conversar com as mais diversas áreas do conhecimento e desapegar-se de práticas historiográficas, proporcionando assim um conhecimento interdisciplinar onde a paisagem, a natureza, passa a condição de objeto histórico e de documento histórico.

A interdisciplinaridade é a “capacidade de dialogar com outras ciências sem descaracterizar a disciplina de origem. O espírito deve ser de cooperação e não de dissolução disciplinar com perdas explicativas”. (MARTINEZ, 2006. p.63) Portanto, as questões ambientais que nortearam esta pesquisa foram abordadas com o olhar do historiador, atento aos conflitos socioambientais frutos dos efeitos da economia capitalista sobre o meio ambiente, mas considerando também os impactos ambientais e não apenas o social ou econômico.

⁷ Conforme resolução do CONAMA, “considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

3. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

3.1 – Formação Histórica Social do Litoral Sul do Estado da Paraíba

Os registros sobre a ocupação humana no litoral paraibano ainda são vagos e os poucos que se têm datam do século XVI. Através desses registros, pode-se identificar que a ocupação humana baseava-se na pesca, caça e coleta, conforme documentos de Cristovão Ganvia referentes ao período de 1583 – 1587, destacado no trabalho de Silvana e Mariana Moreira Neves (2010), que fazem menção aos índios da nação Tupy (Tabajaras e Potiguaras) que ocupavam todo o litoral paraibano.

Os Tabajaras eram oriundos do São Francisco e habitavam a região ao sul do rio Paraíba; suas aldeias principais eram Urutagi (Alhandra) e Jacoca (Conde). Essa tribo formou aliança com os portugueses resultando que “Todas as aldeãs, estabelecidas ao sul do Cabo Branco, forão de indígenas dessa tribo; devendo a elles sua existência as villas do Conde ou Jacóca e Alhandra e povoações de Taquara e outras” (NEVES; NEVES, 2010. p. 283), povoações que surgiram sempre próximas a recursos hídricos.

Com a chegada dos europeus, começa a mescla das duas “levas de invasores humanos”⁸: os índios, antes coletores, pescadores e caçadores, passam a contribuir na derrubada da floresta para extração do Pau-Brasil a ser levado para a Europa.

O pau desta capitania é o mais e o melhor que se sabe; por ser a derradeira deste estado, deu nome a toda a província; sendo o seu próprio pau feio á vista; tem a casca grossa e espinhosa, e a folha quer parecer de amieiro: é de mais importância que o pastel para todas as tintas, por se darem com ele quase todas; e um só pau dá 5, de que a primeira e a segunda são muito escuras, a terceira e a quarta são as melhores; e assim, pela experiência que disso se tem, se diz que são necessários todos os anos (e bastam destes) 30 mil quintais para a nossa Europa. Das outras capitancias o pau não dá mais que duas tintas. Todo o pau-brasil, cortando-se arrebeta e cresce devagar, que pelo menos há mister mais de vinte anos, e ainda não é grosso. Dizem

⁸ Warren Dean, no livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*, usa a expressão “leva de invasores” para dar título ao segundo e terceiro capítulos. No capítulo dois, “A primeira leva de invasores” o autor fala sobre os primeiros grupos de homens que ocuparam a mata atlântica, os índios e suas interações com a natureza de caça, coleta e agricultura ao longo do litoral que depois foram substituídos por outro grupo, o Tupi, que se aproximou da costa, talvez por terem domínio de navegação de hidrovias interiores e do litoral. Foram essencialmente com os tupis que os europeus tiveram o primeiro contato ao longo do litoral. O terceiro capítulo “A segunda leva de invasores humanos” trata da chegada dos europeus, os portugueses, e a destruição que essa invasão causaria, já que o primeiro ato dos marinheiros, recém-chegados em 22 de abril de 1500, foi o de derrubar uma árvore para a confecção de um cruz.

que o pau desta capitania da Paraíba é a mercadoria , mais de lei que todas as outras, por não padecer corrupção de tempo nem de água; antes a do mar o afina. Na boca é doce quase como alcaçuz. Por respeito deste pau, trataram e procuraram tanto os franceses permanecer na terra. (HISTÓRIA da conquista da Paraíba, 2010. p. 29)

Esse ciclo diminui com o início de um novo ciclo econômico: o ciclo da cana de açúcar, “Que somente se dá nas várzeas; que é a terra baixa, ao longo dos rios, ou de grandes alagadios, que no Brasil há muitos, principalmente perto do mar, onde os há grandes; e as matas das árvores são muito e muito mais altas e grossas (...)” (HISTÓRIA da conquista da Paraíba, 2010. p. 23). Essa atividade econômica trouxe um novo elemento humano para a região, homens aprisionados na África que foram trazidos para trabalhar nos engenhos de açúcar como escravos. Assim completou-se o que Darcy Ribeiro chamou de matrizes étnicas da formação do povo brasileiro, sendo a matriz europeia a mais destrutiva, pois o contato com os povos que aqui habitavam transformou-se em conflitos em “todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica⁹ travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indenes. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos”. (RIBEIRO, 1995. p.30)

A aliança de Tabajaras com os portugueses, que resultou na “expulsão” dos potiguaras, proporcionou uma calmaria para que o processo de implantação e expansão de engenhos tivesse êxito na Capitania da Parayba e assim, ocupando as várzeas de rios com canaviais destinados aos engenhos de açúcar. Gilberto Freyre ao se referir à água, diz que a “lavoura da cana no Nordeste – e pode se acrescentar, no Brasil – parece ter começado nas terras de Itamaracá, à beira da água doce, como também da salgada; das duas águas ao mesmo tempo” e sobre as matas, “do Nordeste, antes da monocultura da cana: um arvoredado “tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens que não podia homem dar conta” (...) Mas foi com o começo da exploração agrícola que o arvoredado mais nobre e mais grosso da terra foi sendo destruído não aos poucos, mas em grandes massas”. (FREYRE, 2004. p. 58, 79)

Desde o período colonial, a cana-de-açúcar nunca mais deixou de ser plantada no litoral paraibano. Pelo contrário, com o passar do tempo só aumentou a produção e se

⁹ Alfred W. Crosby, no livro Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900 – 1900, ratifica Darcy Ribeiro quando afirma que os germes “também precisavam de transporte para cruzar os oceanos, algo que os marinheiros inadvertidamente lhes forneceram. Uma vez em terra firme e alojados no corpo de novas vítimas em novas terras, a sua taxa de reprodução (chegavam a dobrar a cada vinte minutos) permitia que superassem todos os imigrantes de maior porte na rapidez com que se proliferava e na velocidade da sua expansão geográfica. Os patógenos incluem-se entre os organismos mais “daninhos” existentes. (...) Foram seus germes – e não os imperialistas em si, a despeito de toda a sua ferocidade e desumanidade – os principais responsáveis pela devastação dos indígenas e pela abertura das Neoeuropas à dominação demográfica.” (CROSBY, 2011. p. 205)

modernizou as lavouras, porém ainda dependente da mão de obra dos trabalhadores rurais moradores da região.

Com a expansão da cultura da cana-de-açúcar, na década de 1970, estimulada pelo Pró-Álcool, dá-se o processo de latifundização e como consequência, a eclosão dos conflitos pela ocupação e posse da terra. Os anos de 1980 foram marcados pelos conflitos agrários do litoral sul paraibano, como: Gurugi, Barra do Gramame e Tambaba objeto de estudo desta pesquisa.

Paralelamente, começa a se desenvolver no litoral sul da Paraíba o turismo, trazendo consigo a ocupação imobiliária, que ganha força no final da década de 1980, em virtude da fomentação da atividade turística, incentivada pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste PRODETUR – NE, sendo a construção da PB- 008, interligando o litoral Sul ao Cabo Branco, o principal fator para a ocupação imobiliária e desenvolvimento turístico numa região de belas paisagens naturais – principalmente na área deste estudo, APA Tambaba.

Consequentemente, novas levas de pessoas, independente de posição social ou econômica, provenientes de outros municípios paraibanos, de outros estados brasileiros e também de outros países ocupam essa região. A concentração humana dá-se preferencialmente próximo as praias e os recursos hídricos. Nesse sentido, essa situação nos remete ao que Alain Corbin diz sobre a ocupação à beira mar.

O modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às populações que frequentam suas margens, não resultam apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distinção condicionam igualmente as modalidades de fruição do lugar. (CORBIN, 1989, p. 266)

A fuga da cidade, o distanciamento dos problemas dos centros urbanos e ou do trabalho levam as pessoas a buscarem uma temporada de descanso no campo ou em estações balneárias. Para isso, como diz Corbin (1989) se organizam socialmente em busca de distrações e prazeres e das obrigações resultantes desses. No litoral sul, isso se dá principalmente em forma de ocupação imobiliária – segunda moradia e ou o turismo sazonal de sol e mar.

3.2 – Formação Histórica Social do Município de Conde

Após a ocupação e consolidação da invasão na Capitania de Pernambuco, os holandeses rumaram em direção a Capitania da Parayba a qual também foi conquistada aos portugueses que abandonaram a região, e os nativos que viviam na aldeia Jacoca removidos para Frederikstad, antiga Filipeia de Nossa Senhora das Neves e atual João Pessoa. Posteriormente, com a permissão dos holandeses os Tabajaras retornaram ao local da aldeia Jacoca e formaram um novo povoado que ficou sob controle de neerlandeses e batizada de Mauricéia em homenagem ao Conde Maurício de Nassau.

Em 1654, os portugueses retomam a Capitania da Parayba e os engenhos de Jacoca. Com a expulsão dos holandeses, Mauricéia volta a ser Jacoca, mas seus engenhos se tornaram obsoletos, o que ajudou a debilitar a economia da Capitania, resultando na anexação da Capitania da Parayba à Capitania de Pernambuco por ordem da Coroa portuguesa. Na tentativa de recuperar o prestígio e a autonomia, proprietários de terras e comerciantes da Capitania da Parayba enviaram petições ao Rei, petições essas com teor muito mais de exploração ambiental do que econômico, baseados na produção de açúcar, conforme esta parte de um ofício destinado à Coroa portuguesa:

Além das sobreditas matas [na Baía da traição] há outras na circunvizinhaça da cidade da Parahyba, chamadas Abiá, Garahú e as de Tampeba e outras, onde se podem tirar grandes e muitas, madeiras, próprias para os reaes arsenaes (...) e destas matas o melhor porto de embarque é o de Jacuman, para onde se devem transportar, o qual tem fundo bastante para grandes embarcações, e algumas sumacas que lá tem ido carregar madeiras (CAVALCANTI, 1996. P. 37)

Jacoca, sendo o caminho entre a Capitania de Pernambuco e a Capitania da Parayba, foi se tornando um ponto de referência e estratégia para a defesa de Filipéia. E em 1678, passou a ser considerada freguesia, Freguesia do Conde e depois a Vila do Conde, que nas palavras de Horácio de Almeida, é uma alusão a fruta-de-conde¹⁰ trazida para o Brasil pelo governador geral, Conde de Miranda, Diogo Luis de Oliveira, em 1626, e não a Mauricio de

¹⁰ Assim como Alfred W. Crosby, Warren Dean também afirma que a colonização foi um fenômeno ecológico. “Os europeus não estavam meramente migrando para um novo ambiente, mas pretendiam também manter contato com o antigo. (...) Conquanto os cronistas arriscassem provar os frutos nativos, não os achavam “tão bons quanto os de casa”. (...) Os invasores portugueses perceberam, contudo, a importância de efetuar transferências para o Brasil a partir das regiões de floresta tropical do Velho Mundo e estavam, entre todos os europeus, na melhor posição para assim agir. (...) Mas outras[frutas, grãos...] eram de origem tropical, africana e asiática (...) Dessa forma, os portugueses se tornaram os agentes de dispersão, no Brasil, de uma flora tropical que lhes era estranha, implantando-a em outro domínio natural que consideravam como sua conquista. Assim, os expedicionários chegaram trazendo sementes e conduzindo animais domésticos da terra natal. (...) Neste particular, fica a dúvida se foram os homens que fizeram a conquista.” (DEAN, 1996. p. 71,72,73)

Nassau, Conde holandês que governou o Pernambuco Neerlandês. (ALMEIDA, 1978. p. 70)
O fato de estar no caminho que ligava as duas capitanias favoreceu a miscigenação entre os índios e os brancos e também a catequização.

Na época do Brasil Imperial, entre crises econômicas, revoltas populares e revoluções, os maiores litígios no Conde eram de agricultores se apossando de áreas indígenas que aos poucos foram desaparecendo, juntamente com os índios, e ao mesmo tempo aumentando a concentração de terras nas mãos de poucos. Essa situação causou um certo definhamento na Vila do Conde.

Já no período republicano, no início do século XX, o território de Conde passa a ser considerado como distrito da capital Cidade da Parahyba. Na segunda metade, desse mesmo século, no ano de 1963, Conde deixa de ser distrito e passa a ser município, mantendo-se ainda essencialmente agrário, predominando a produção de alimentos por pequenos trabalhadores rurais em pequenas parcelas de terra, que tem sua formação assim explicada por Emília Moreira:

No que se refere à formação da pequena propriedade camponesa, embora os historiadores admitam que a propriedade latifundiária escravista, nos moldes em que foi desenvolvida no Nordeste, não possibilitava a expansão em grande escala da posse da terra, fazem menção à ocupação de terras devolutas por intrusos e posseiros à retaguarda dos Engenhos, considerando essas ocupações como precursoras da pequena propriedade camponesa no Litoral. O sistema de lavrador estaria também na base da formação da pequena propriedade na região. A pequena produção e a pequena propriedade camponesa teriam nascido, assim, nos interstícios da grande propriedade monocultora, ou seja, nas “brechas” do sistema canavieiro e a ele subordinada. (MOREIRA, 1997b. p. 52)

Nesse sentido, o município de Conde passa a conviver simultaneamente com as pequenas propriedades, os minifúndios, com base na produção alimentar e as grandes áreas, os latifúndios, destinadas para a monocultura canavieira.

A incidência maior de loteamentos e ocupação humana no litoral do distrito de Jacumã, município de Conde pode ser justificado também por um decreto municipal que diz que essa região é área urbana, estando aproximadamente a 14 km de distância da sede municipal e com várias áreas rurais entre a sede e o distrito. Esse decreto serve de justificativa para que incorporadoras nacionais com capital internacional comprem grandes áreas nessa região para construírem resorts, pousadas, hotéis e condomínios privados e assim aumentando uma nova invasão de estrangeiros.

3.3 - Origem da concentração de terras na Paraíba (litoral sul)

A concentração de terras no Brasil não é recente; começa com a chegada dos europeus, que primeiramente, para explorar o Pau Brasil, expulsaram e ou escravizaram os índios que habitavam o litoral; posteriormente, com a implantação das Capitanias Hereditárias, transformaram a parte portuguesa do Brasil em 12 latifúndios onde predominava a plantação de cana de açúcar. Passado mais de 500 anos a situação de concentração de terras nas mãos de poucos ainda persiste e avançando.

A parte que nos cabe nesse latifúndio começa com a Capitania de Itamaracá que posteriormente é extinta e se cria a capitania da Parayba como forma da Coroa portuguesa assegurar a manutenção dessas terras. A garantia da posse passava por dois momentos: o despovoamento indígena e o florescimento do povoamento branco, sendo a espada e a cruz fundamentais nessas tarefas de repovoar a terra com gente branca e desenvolver a economia, assim da “mesma forma que as comunidades dos índios foram sendo substituídos pela sociedade dos brancos, a floresta tropical o foi pelo “lençol monotonamente verde da manufatura açucareira” (SCHÜLER Apud GONÇALVES, 2007. p. 152)

A Capitania da Parayba foi dividida em sesmarias, Regina Célia Gonçalves cita que de 1586 a 1624 “foram concedidas, através de vinte cartas e quatro datas de terra abrangendo, além da cidade, as bacias dos Rios Gramame, Paraíba (em seu curso inferior e médio), Mamanguape, Camaratuba e Curimataú, distribuídos na direção sul-norte, ao longo do litoral” (GONÇALVES, 2007. p. 167) Sendo esse processo, o sistema sesmarial, o fator da existência de grandes propriedades.

Com a suspensão das concessões de sesmarias em 1822 e com a aprovação, em 1850, da Lei 601 conhecida como lei de Terras, cujo princípio é regular a mercantilização da terra e o acesso a mesma seria de quem tivesse condições econômicas para tal. Os pressupostos dessa Lei eram a proibição do acesso à terra por outro meio que não fosse via transação financeira, o fim da regularização de ocupações em terras devolutas, a terra passa ter valor de capital, é uma mercadoria, o dinheiro recebido pelo governo resultante de vendas de terras devolutas deveria ser investido no processo de imigração de colonos estrangeiros. “Deste modo, com a lei de Terras de 1850, a terra se valoriza e adquire importância mercantil e o estabelecimento da propriedade privada é reforçado no Brasil e por rebatimento, na Paraíba”. (MOREIRA, 1997b. p. 50)

3.4 - Organização dos movimentos pela reforma agrária

A resistência e a luta dos trabalhadores pela terra também não é recente, vêm do período colonial, porém é nos anos 1900 que as lutas se dão de forma mais organizadas. As lutas por reforma agrária começaram em 1930 com as Ligas Camponesas organizadas e sustentadas pelo Partido Comunista do Brasil – PCB. Com a ascensão da ditadura do Estado Novo o PCB foi para a ilegalidade e as Ligas se dissolveram. Mais tarde, na década de 1950, as Ligas reaparecem em vários pontos do país, movimento que durou até o golpe militar de 1964.

Em 1975, plena ditadura militar, nasce a Comissão Pastoral da Terra – CPT para dar suporte e auxiliar na organização dos trabalhadores sejam eles peões, posseiros, índios, migrantes, lavradores, “mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista”.(CPT, 2013)

Continuando nesta caminhada, na cidade de Cascavel – PR, em 20 de janeiro de 1984, é formalizada a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, cujo processo de organização já vinha acontecendo desde a 1ª ocupação da gleba Macali no município de Ronda Alta – RS em 1979. (MST, 2013)

Com a retomada do processo democrático no país, na década de 1980, intensificam-se as lutas por reforma agrária em todo o país, confrontando o *status quo* de um Estado que tem, antes mesmo da sua origem, a cultura do latifúndio. Essa cultura continua no presente, que segundo Maria Yeda Linhares revela um quadro social desolador, formado por:

...uma estrutura agrária altamente concentrada; um estado de miséria acentuada no campo (...); a incapacidade do sistema político de apresentar um diagnóstico correto acompanhado de propostas adequadas de mudança do quadro social; um sistema econômico e financeiro que aprofunda o fosso entre esses “dois brasis” – o dos ricos e o dos pobres. Tal quadro de miséria não se transformou com a penetração do capitalismo no campo. (LINHARES, 1997, p. 171 – 172)

O Estatuto da Terra (1964), que dá respaldo legal à política modernizante, também contempla a Reforma Agrária. Daí, ela passa a ser incluída em sucessivos planos e projetos políticos governamentais, porém, na prática, ela se resume a resolução pontual de alguns conflitos, respaldando e fortalecendo os grandes proprietários rurais e o avanço do capital sobre as atividades do campo. Assim, as iniciativas governamentais, apresentadas como solução a problemática da terra, em geral, são “(...) pontuais, dispersas, desarticuladas, (...)”

segundo a gravidade dos conflitos existentes (...)” (MEDEIROS; SOUSA; ALENTEJANO, 1998, p.56). Ainda conforme os autores, esta quase omissão do Estado e sua atuação apenas sob pressão, se deve aos seus interesses, que são sempre os da classe dominante, não da sociedade como um todo. Assim, pode-se dizer que os assentamentos resultam da mediação dos confrontos originários das ocupações.

4 – ASSENTAMENTO E APA TAMBABA

4.1 - O Assentamento – lutas e conquistas

É com a modernização do campo e da industrialização no meio urbano que aparecem a consciência da exploração e a necessidade dos trabalhadores se organizar em classes. Conforme Davi Félix Schereiner,

Os trabalhadores, na medida em que eram alvos de uma dominação e exploração específica, passaram a identificar e reconhecer objetivos comuns. Reconheceram-se como sujeitos, reelaborando coletivamente as formas de dominação e reelaborando experiências comuns, organizando diversas e diferentes formas de luta e resistência. (SCHEREINER, 1997, p. 126)

É essa consciência da exploração e a busca por um objetivo comum – a terra – que levam 62 famílias a ocuparem a fazenda Tambaba-PB no dia 04 de agosto de 1986, contrariando a lógica estabelecida e lutando por um pedaço de chão, em busca de dignidade, pois nem a terra e nem os seres humanos podem ser objetos de troca, de especulação, de exploração. Eram trabalhadores rurais que “habitavam pequenas parcelas de terras pertencentes a terceiros, ganhavam seu sustento no trabalho alugado e viviam em condições extremamente precárias” Moreira (1997. p.44).

A ocupação em questão aconteceu no litoral sul da Paraíba, mais precisamente no município de Conde, onde hoje se localiza a área de preservação ambiental (APA) de Tambaba. O assentamento rural, resultado dessa ocupação, foi organizado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Era uma antiga fazenda que “quando da vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA constatou-se a inexistência de exploração agropastoril ou de residentes na área.” (MOREIRA, 1997a, p 44). Segundo Emilia Moreira, a fazenda apresenta “relevo de plano a suavemente ondulado e os solos são predominantemente sílico-argilosos de média a fraca fertilidade natural aparente”. (MOREIRA, 1997a, p. 44)

Segundo as palavras dos assentados, a primeira ocupação aconteceu na área que fica do lado esquerdo da pista da PB – 008 (sentido norte – sul), onde hoje há a plantação de bambu, alguns desses agricultores já viviam nessa área.

O primeiro, aí quando saiu naquela cerca do lado de lá, porque a primeira ocupação foi do lado de lá. Sabe onde tem aquela cerca? (...) “foi quando o Bambu tomou conta. aí os morador que tinha correu tudinho. Do Bambu, que tinha, só ficou eu e mais dois”. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)¹¹

Três dias após a ocupação, o juiz da Comarca de Alhandra Carlos Beltrão ordenou a reintegração de posse solicitada por Henio Sá Leitão proprietário da área ocupada. Um grupo de assentados se dirigiu a João Pessoa, no intuito de que o INCRA promovesse a desapropriação imediata daquela área. Foram também procurar o Secretário de Segurança Pública do Estado, para que interferisse na violência contra os agricultores acampados, pois mesmo estando fora da área da fazenda, num lote próximo, ainda permaneciam cercados por homens armados, vigiados 24 horas. Até mesmo para conseguir água estava difícil, conforme Severino Antonio da Silva declarou ao O Norte em 14 de agosto de 1986. (ANEXO 02)

Dona Neci¹², também faz menção a esse episódio ao contar como era o acampamento no lote onde ficaram após a desocupação:

Era fila de barraco de pau de um lado e do outro. Chegava no final lá do outro lado, perto da barreira. Aí a gente lavava roupa, buscava água tudinho lá na beira da praia, lá perto do canyon. Tinha que ir pra lá, quando a gente chegou, mas sempre tinha uns homens armados prá por medo na gente. (Depoimento de D. Neci, 2013)

O interessante é que justamente nesse mesmo dia, foi criada a União Democrática Ruralista – UDR da Paraíba, onde o vereador Roderico Borges, membro da comissão provisória, se dizia favorável à reforma agrária feita com equilíbrio e que fosse sensata. Também aproveitou para fazer crítica aos membros da Igreja que se envolviam em casos agrários, conforme noticiado no Jornal o Norte de 15/08/1986, Capa. (ANEXO 03)

Sobre as desocupações, José Bispo Neto conta que quando houve o primeiro despejo, o seu Severino, que também é um dos assentados, os abrigou em sua propriedade, uma pequena parcela de terra situada ao lado de onde hoje é o assentamento.

Ali foi o primeiro. Dali, foi quando chegou o primeiro despejo e foi quando Seu Severino tava vindo de um lote ali, que ainda tem, aí foi quando disse "Daqui não vai sair ninguém. Aqui vai ficar tudo aqui nesse lotinho aqui. Até que se resolve qualquer coisa pra gente ficar trabalhando". Aí, no outro dia, a gente ficou trabalhando. Negócio de uns quinze dias ali trabalhando, quando chegou outro despejo. Botou tudo abaixo de novo. Tacaram fogo na

¹¹ Zé Bilora ou José Bispo Neto assentado que participou da ocupação.

¹² Maria Neci Barbosa, ou dona Neci, participou da ocupação junto com o esposo, já falecido.

barraca, levaram os troço e deixaram lá naquela ponte. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)



FIGURAS 02 E 03 - BARRACAS DE PALHAS INCENDIADAS DURANTE UMA DESOCUPAÇÃO¹³.

O Jornal O Norte, do dia 12 de agosto de 1986, faz referência a um lote de de 15 x 47 localizado a 200m da Fazenda Tambaba onde ficaram, após o despejo, os agricultores. “O Terreno em que estão,e onde armaram barracas, comporta muito mal uma casa pequena”(ANEXO 04) Segundo os assentados esse pequeno lote onde ficaram foi cedido por Severino Savino.

O ato praticado por Severino, de abrigar em sua propriedade os posseiros que estavam sendo despejados, lhe rendeu represália. Para que não pudesse mais dar apoio, durante o despejo teve sua casa, que ficava fora dos limites da área pretendida, derrubada, destruída por trator.

¹³ As imagens de 2 a 3 e de 5 a 8 foram extraídas de vídeo do acervo do CEPDOC com imagens de vários momentos da ocupação da Fazenda Tambaba. O CEPDOC desativado e seu acervo de vídeos sobre a luta pela terra na Paraíba um parte se extraviou e outra está se perdendo, por não estar tendo a conservação e manutenção apropriada. Esse vídeo sobre Tambaba foi encontrado na videoteca do SINTRICON.



FIGURA 04 - CASA DE SEVERINO APÓS DESPEJO. FIGURA 05 - O NORTE P. 04, 22/04/1989.

A ocupação por parte dos trabalhadores rurais sem terras sofreu vários atos de desocupações, despejos na grande maioria com violência por parte dos interessados em fazer daquela área um espaço de especulação imobiliária com o respaldo do poder público, que pelas palavras de Emilia Moreira a “Prefeitura do Conde, (...) tinha planos para transformar a área num polo de turismo ecológico.” (MOREIRA, 1997a, p.61)

(...) nessa invasão aqui foi em oitenta... em oitenta e seis pra oitenta e sete. (...) Não foi? Aí que a casa da gente foi tudo queimado. Zé Bilora, como era mais velho, e os outro mais velho, levaram quatro despejo. Eu, como tava mais novo ainda, ainda levei dois. E uma pisa mais dos capanga, mais. Aí dos capanga. Aí, agora, mandado... Pelo Aluísio Régis¹⁴ e mandado pelo proprietário. (...)

Aí, eu só sei, aí, quando acalmava mais, a gente voltava. Nós não desistia não. Muita gente desistiu, muita gente. Mas nós, eu digo "vou enfrentar". Aí enfrentei. Foi tempo, os menino, eu vim na reunião deles, aí eles me apoiaram. Aí me deram esse pedacinho de terra pra eu plantar. Aí eu mete o coro a trabalhar. Era roça, era inhame, era milho, era coqueiro, tudo isso a gente plantava. Aí, quando foi no segundo despejo, aí vinhero de novo. Aí cortaram coqueiro, arrancaram mandioca. Aí nós voltemo de novo, fomo pra João Pessoa de novo. Aí só sei que, como é que era? Buriti. Que era o governo naquele tempo. Aí ele veio, ele viu a destruição: mandioca, coqueiro, inhame, tudo cortado. A casa de farinha butaro abaixo. O motor, roubaram o motor, o motor levaro. (Depoimento de Índio Tibira¹⁵ e Zé Bilora, 2013)

¹⁴ Aluisio Vinagre Régis era o prefeito do município de Conde na época da ocupação

¹⁵ Severino Sinézio ou Índio Tibira, participou de parte da ocupação, morava no mangue da foz do Rio Graú.



FIGURA 06 - CASA DE FARINHA



FIGURA 07 - LOCAL ONDE FICAVA O MOTOR

Ainda sobre a participação do poder público municipal de Conde, ratificando o depoimento anterior que fez menção aos mandantes dos despejos, a Procuradoria Estadual é categórica em afirmar:

Por sinal, faz se preciso registrar que provavelmente a imobiliária desapropriada encontra-se desativada, já que todos os indícios apurados por diligências (...) conduzem a esta constatação, a qual remete o Estado promovente trazer à baila o conluio armado pela Prefeitura do Conde com a expropriada, relativamente à implantação, de forma absolutamente apressada e desarticulada, de um loteamento na área expropriada, por ocasião de uma das vezes em que os posseiros foram despejados da área, por força de mandado de reintegração expedido em favor da proprietária, posteriormente cassado pelo Tribunal de Justiça, o que motivou a volta dos estabelecidos ao imóvel em pauta, objeto, como se divisa, antes da expropriação, de demanda possessória acirrada; visando, justamente impedir uma solução favorável aos posseiros, por razões de aspirações políticas, digamos, assim, do Prefeito” (AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. p.6) (ANEXO 05)

Dona Neci também fala sobre o os companheiros de ocupação que devido aos procedimentos violentos de desocupação, não aguentaram e foram embora, enquanto ela e outros que não tinham para onde ir resolveram ficar.

Tinha muito! Mas, como teve despejo, muita gente não aguentou a luta. Tinha medo, muita gente disse que não ia ter jeito. Pegaram o beco e foram embora. Eu não tinha pra onde ir. Muita gente tinha casa lá fora, tinha seus terreninho, tinha onde ficar, mas a gente não tinha! Tinha que ficar mesmo (Depoimento D. Neci, 2013)

A cada despejo realizado os posseiros eram gradativamente deixados mais longe do local da ocupação: o primeiro ficou distante 3 quilômetros, perto de uma ponte sobre maceió, próximo da localidade de Carapibus, mais ao sul de Jacumã. “Aí houve essa invasão e

levaram a gente lá pra cima, da ponte pra cima, não foi, Zé Bilora?” (Depoimento de Índio Tibira e Zé Bilora, 2013)

Zé Bilora conta que depois do despejo em que foram deixados na ponte, retornaram ao local, voltaram para mesma área ocupada anteriormente, o que resultou em novo despejo, dessa vez os posseiros foram deixados no outro lado, na saída de Jacumã para Conde/João Pessoa a 10 quilômetros do local reivindicado, “De lá (da ponte), quando saiu (os policiais e jagunços), corremo voltar pra cá de novo. Com aquelas barraquinha de palha, de lona. Passou um mês. Quando passou o mês, chegou outro despejo. Aí levou, já deixou de Jacumã pra lá naquela subida. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

Em outro momento, os agricultores foram despejados e dessa vez foram colocados a beira da estrada em Gurugi, onde foram recolhidos pelos posseiros do Assentamento Gurugi, onde receberam apoio e alimentos “Hora que o homem de Gurugi vinha no caminhão, pegava os trocinho da gente e levava lá pra Gurugi” (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

Em maio de 1989, os agricultores saem de Gurugi, pois tinham resolvido acampar em frente ao Palácio do Governo Estadual e não saíam dali sem conversar com o Governador. Assim que conseguiram audiência e garantias de que suas reivindicações seriam atendidas, desocuparam a frente do palácio e se alojaram na FETAG.

Quando se recuperaram do despejo e da demora de resposta a suas reivindicações. Os agricultores retornaram, novamente ocuparam a área da Fazenda Tambaba, ou seja, passados alguns dias, a decisão tirada no grupo foi de que deveriam retornar e retomar o que havia ficado para trás, recomeçarem os roçados e voltarem a fazer farinha na casa de farinha que seria de novo erguida.

Quinze dias, oito dias. Aí retornaram voltar pra aqui. Os caba "vamo simhora pra lá de novo, a gente tem que ir pra lá de novo". Aí, quando chegava aqui, passava um mês, dois, as vez três, e chegava outro despejo de novo”. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

Novamente um novo despejo, nesse os agricultores foram colocados em um caminhão e despejados na frente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG/PB, no centro de João Pessoa.

Aí, de lá, pessoal da Federação chegou, da Fetag, né, de lá acumulou tudinho. De lá, vamo deixar resolver aqui pra vocês entrarem pra lá de novo. Aí nós ficamos lá, foi quando, aí quando o juiz liberou pra gente vir pra aqui, pra área. A gente, quando cheguelmo aqui não deixaram. Aí voltou de novo pra lá, com o carro carregado. Aí, quando chegou lá, aí foi quando o juiz

liberou de uma vez, juiz mandou liberar de uma vez. Aí foi quando chegemo aqui e daqui não saímos mais. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)



FIGURAS 08 E 09 - OS AGRICULTORES E SEUS PERTENCES EM FRENTE DA FETAG/PB EM 1989

Passado um período, um grupo de agricultores e o Frei Anastácio junto com uma comissão formada pelo Governador, Secretário de Segurança Pública, Comandante Geral da Polícia Militar e o Presidente da FUNDAP vão visitar área no dia 04 de maio de 1989, segundo o jornal O Norte, o Governador foi pessoalmente para ouvir os agricultores.(ANEXO 06)

Após ficarem um tempo alojados provisoriamente na FETAG, os agricultores resolveram voltar para Tambaba. Para isso, buscaram meios legais e com ajuda de órgãos que os apoiavam, entraram judicialmente pedindo a reintegração de posse que foi concedida. Assim os agricultores puderam retornar a Tambaba, porém ao chegarem no local foram recebidos pela polícia que os impediu de ingressarem na área. Regressando para João Pessoa, de novo vão buscar seus direitos judicialmente, onde conseguem um mandado de segurança, o que lhes garantiu a volta à Tambaba, agora sem serem impedidos. Porém, das 62 iniciais agora só restam 22 famílias. A posse provisória, via reintegração de posse e mandado de segurança que garantia a tranquilidade para recomeçarem seus roçados, ainda estava ameaçada principalmente pelo poder público municipal de Conde como pode ser visto no que foi publicado na época.



FIGURA 10 - O NORTE P. 07, 29 DE JULHO DE 1989

Assim, a insistência e a permanência dos trabalhadores na terra confirma que as ocupações e os acampamentos são a principal forma de pressão sobre os órgãos governamentais, no que concerne à agilização dos processos de desapropriação e constituição dos assentamentos.

Depois que ele desapropriou, aí não houve mais nada. Não houve mais nada. Aí, pronto, até a data de hoje. Aí começamos a fazer, a gente morava nas casinha de palha, aí começamos a fazer as casinha de telha, de barro. Aí, de barro. Anastácio¹⁶ que deu aqui, não foi, Bilora? Aí ele fazia comida pra gente, Anástacio trazia comida também. Aí, só sei que nós fomos fazer outras casinha de barro. Aí, depois de barro, mudaram pra alvenaria, até a data de hoje. E não teve mais despejo, não teve mais nada. A gente tamo quieto aqui, no cantinho da gente. (Depoimento de Índio Tibira, 2013)

¹⁶ Frei Anastácio Ribeiro, era o Vigário do Município de Conde e Coordenador da CPT no período em que aconteceu a ocupação.

O Decreto nº13 262 de 12 de setembro de 1989 (ANEXO 07) torna de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de terra com extensão de 90, 5025 ha (noventa hectares cinquenta ares e vinte e cinco centiares) até então pertencente a Rio Tinto Negócios Imobiliários Ltda, área denominada Tambaba, tendo como limite norte as terras de Olegária Lundgren e Laércio de Souza Ribeiro, e limitando-se ao sul com as terras de Hênio José Egípto de Sá Leitão, a leste os limites são terras de marinha e o limite que fica a oeste são as terras pertencentes ao espólio de Edson Vasconcelos Lundgren.

Zé Bilora descreve um pouco como era e o que ele conhecia da história do local:

Aqui era tudo loteamento, era tudo coberto de mato. Agora, isso aqui era de uma propriedade só, Dona Olegária. E quando ela vendeu, vendeu tudo. São duas mil e novecentos hectares. Ela todinha, a propriedade. Ela todinha. Ela chegou e saiu vendendo a parte. Vendeu uma parte para o Bambu. Vendeu outra ali pro loteamento. Isso aqui era um loteamento só, ela chegou e vendeu. Aí foi que ela vendeu, mas o cabra não pagou mais ela. Aí foi quando ela ficou com essa parte aqui. Noventa hectares.(...) Tinha essa parte aqui e tinha outra lá na Boa Vista, ali já era uma parte que ela tinha tirado também pra ficar com ela. O resto já tinha vendido tudo. Depois, foi quando ela tomou isso aqui. Aí o caba não pagou ela certo, ela chegou e pegou. Aí criou loteamento, passou pro loteamento. Aí foi quando a gente tinha invasão dos "aguazaiados", foi quando o Bambu tomou conta. aí os morador que tinha correu tudinho. Do Bambu, que tinha, só ficou eu e mais dois. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

A área desapropriada tinha como destino a criação de um centro de população para a produção de hortaliças e frutas, a fim de atender a região metropolitana da capital João Pessoa. Esse decreto de desapropriação se deu pelo caráter de urgência, para atender as reivindicações dos agricultores ocupantes da Fazenda Tambaba. (ANEXO 07)

12 de setembro de 1989. Já passa das 10 horas da noite. Estou quase dormindo. Ouço um carro chegando, fico esperando ouvir alguma coisa. Pouco depois ouço a voz de frei Anastácio gritando para mim:” levanta mulher!” Saí de casa e encontrei ele no caminho e ele diz: _ Tambaba foi desapropriada!(...) Fomos nos juntar com os outros companheiros e dar para eles a tão sonhada notícia (...) É o fim do pesadelo e a nossa grande vitória. (depoimento da posseira Edneusa) (MOREIRA, 1997a, p. 65 - 66)

O assentamento é formado por famílias provenientes dos municípios como Alhandra, Pitimbu e Conde. Entretanto, o ato por decreto para a desapropriação não foi o último capítulo dessa história, pois o proprietário, segundo informação do INCRA, recorreu da desapropriação, colocando novamente a área *sub judice*. Nesse sentido, Rosa Lima Peralta e Maristela Oliveira Andrade, ao citarem Leff, afirmam:

A busca pelo reconhecimento oficial do território está relacionada à garantia necessária para que as comunidades tracem planos endógenos e sustentáveis de gestão e reprodução de seus territórios. Hoje está em pauta a discussão sobre o direito de certos grupos a terem modos de vida e de desenvolvimento próprios, que não são regidos pela racionalidade econômica que orienta o mundo capitalista. (PERALTA; ANDRADE, 2011, p. 276)

Assim, o destino dos trabalhadores que ocuparam a fazenda estava outra vez nas mãos de um juiz, que segundo Moreira (1997, p. 67) nos vários processos sobre conflitos agrários sempre se posicionou a favor dos latifundiários.

O sonho da conquista da terra de Edneusa está nas mãos de um homem, “um juiz de direito”, de um país onde a justiça, regra geral, se apoia em leis que não foram feitas para resolver questões como fome, miséria e injustiça social, mas para salvaguardar o direito de propriedade privada e a valorização do capital.” (MOREIRA, 1997a, p. 68)

Além disso, o Governo do Estado ainda não pagou a última parcela referente à indenização da referida área. Portanto, até hoje, a questão não foi resolvida, impedindo o desenvolvimento social dos assentados, que por não terem documento de posse das terras, são tolhidos de qualquer financiamento público que vise habitação, saúde, produção agrícola ou qualquer melhoria social.

O maior motivo que estava emperrando o pagamento da parcela restante é o imbróglio sobre o valor real do imóvel desapropriado. Os advogados da parte desapropriada pleiteavam que o valor a ser pago fosse referente aos valores de imóveis urbanos, enquanto que por outro lado o setor jurídico estadual contestava os valores exigidos ao se basearem que o imóvel em litígio está inserido em área rural o que reduziria o valor a ser pago pela área.

Os advogados da Imobiliária Rio Tinto Negócios Imobiliários usaram a seu favor o argumento de que em 1979 o imóvel havia sido registrado como área urbana e por isso já estava sendo loteado para atender ao projeto municipal que previa ali um polo turístico. Já para a Procuradoria do Estado os argumentos foram de que: A propriedade se encontra cadastrada no INCRA sob o nº 205.060.201.105, portanto, trata-se comprovadamente de imóvel rural e não urbano, como afirma o laudo pericial, pois, para tanto, seria necessário, dentre outros documentos, um decreto do Prefeito Municipal do Conde – PB, de expansão da zona urbana; o preço do hectare apontado pelo avaliador foi baseado em dados da Prefeitura de Conde, a qual afirmava também que a região fazia parte da zona urbana do Município, bem

mais elevado que os valores praticados e ainda o avaliador havia desprezado o valor econômico apontado pela EMATER/PB. (ANEXO 08)

No início, para concretização do assentamento, os agricultores se ajudaram mutuamente em forma de mutirões para a construção de casas de taipa, horta comunitária. Algumas tarefas foram delegadas a membros mais jovens, pois a formação do Assentamento envolveu jovens e adultos tanto nas tarefas braçais como nas burocráticas conforme podemos notar nas palavras do assentado Jailson:

Desde molecote, de 17 anos, eu já assumia as tarefas da comunidade. Participava de reuniões, mutirões, as tarefas de cada conselho na época. A contribuição era participar dos mutirões. Tinha o restaurante comunitário, aí tinha as reuniões, aí tinha as reuniões na CPT, que era a Comissão Pastoral da Terra, que era quem coordenava, quem orientava os assentamentos. Então, aí eu lembro que, desde quando eu entrei pra cá, eu que representava. O grupo familiar. Tanto é que hoje a parcela é no meu nome”. (Depoimento de Jailson, 2013)

O assentamento se estrutura de forma associativa, para isso foi fundada a Associação dos trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba no mesmo ano da criação do assentamento. Essa Associação possui 17 associados e foi criada no dia 12 de setembro de 1989, atuando legalmente. As reuniões com seus membros são realizadas de 15 em 15 dias. Os principais assuntos discutidos pelos membros associados são os projetos de melhoria da qualidade da vida dos moradores do Assentamento como saúde, habitação, transporte, educação e também sobre projetos ligados à geração de renda.

A partir de dados informados pelos próprios assentados, a comunidade é formada por 17 agricultores que se subdividem em 42 famílias e hoje, 2013, há aproximadamente 127 habitantes entre adultos e crianças, aproximadamente, devido a uma flutuação no número de habitantes, pois ora estão morando no assentamento ora estão morando em outras localidades.

No decorrer do tempo de vida do Assentamento, houve mudanças entre os assentados, pois alguns abandonaram os lotes, possibilitando a entrada de outras pessoas interessadas. Segundo o agricultor Jailson, o processo da “troca” funcionava dessa forma: ao ficar uma parcela desocupada, a direção do Assentamento se reunia para ver como seria e ou quem seria o novo ocupante da parcela abandonada, assim entres os agricultores se indicavam nomes de parentes ou amigos que tinham interesse em fazer parte dessa comunidade,

E eu tinha um irmão aqui na frente, que foi através dele e de outra irmã que morava ali na frente, que já tinha vindo pra cá, a gente veio visitá-los e, daí, o assentamento tava naquela fase, precisando de mais gente. Muita gente

desistindo, tavam indo embora. Na época, eu lembro que tava precisando de gente. Inclusive pro conselho. Antes, no início, era cento e tanto, duzentos e poucas pessoas. Foi reduzindo, reduzindo, aí ficou nessa condição. Saiu de casa, vai indo embora. Aí tava precisando de mais gente e foi pegando parentes de pessoas que já estavam aqui. Meu pai ia pra reunião, passava uma, duas, três, aí a comunidade já se via, que não tinha e tal, tinha as características de agricultores e tal, aí aceitaram. Aí colocaram aquela posse. Aí "vamos segurar aqui, vai ficar só esse número de pessoas". Aí ficou esse número. Aí morreu fulano... Vamos pegar gente de fora e botar a própria família. Casou, tem filhos e tal. Vai assumir aquela parcela. (Depoimento de Jailson, 2013)

Sobre a estrutura habitacional, a realidade dos assentados está mudando. No início, todas as casas eram de taipas, construídas pelos próprios moradores. Atualmente, há uma mescla de casas de alvenaria com casas de taipa, mas a Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba pretende, através de um convênio com um banco público e a ONG União Nacional por Moradia Popular, possibilitar que todas as famílias dentro do assentamento possam morar em casas de alvenaria. Esse projeto está em andamento. Até o presente, já haviam sido entregues 09 casas da primeira etapa que consiste num total de 22 habitações.



FIGURA 11 - CASA DE TAIPA NO INTERIOR DO ASSENTAMENTO. FOTO: SOARES, R.L. 2013

As novas casas foram planejadas para poder atender também a idosos e portadores de necessidades especiais, bem como prover os moradores de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Na imagem abaixo, no detalhe, pode ser visualizado a rampa de

acessibilidade e também um pouco afastado da casa as lajes de concreto onde estão as caixas que minimizarão o impacto causado pelo esgoto sanitário.



FIGURA 12 - CASA DE ALVENARIA. NO DETALHE A RAMPA DE ACESSIBILIDADE E AS FOSSAS PARA SANEAMENTO. FOTO: SOARES, R. L. 2013

Cinco anos após a desapropriação, em 1994, foi construído um poço acionado por catavento e se localizava dentro do pátio da escola, porém estava sempre quebrando e não atendia normalmente a comunidade. Esse poço foi substituído por um perfurado na área comum, em 1996, que funciona com motor elétrico e abastece uma caixa d'água responsável pela distribuição, via encanamentos. As habitações ainda recebem água, desse poço artesiano. Essa água é utilizada pela população para o consumo próprio e banho, sendo que o tratamento é feito a base de hipoclorito de sódio, fornecido por agentes de saúde, que segundo informação do próprio agente, esse tratamento é suficiente para atender a demanda de água dos assentados.

O fato de ter que interromper a produção do projeto mandala, devido as constantes panes e também pela falta de vazão de água do poço, os assentados se mobilizaram e resolveram ocupar a INTERPA em 2011 para, entre outras reivindicações, que se construísse mais um poço e mais outra caixa de água no assentamento. Nesse sentido, Jailson fala que a construção de um novo poço com toda estrutura, motor/bomba e caixa d'água “é fruto dessas reivindicações. Conquistaram o poço, mas não sei como é que tá, porque, normalmente, o projeto já é completo, com caixa e tudo. Mas fez só o poço. Tá lá, mas não sei explicar a situação dele. Sei que ele foi feito e tal”. (Depoimento de Jailson, 2013)

Em 2011, o INTERPA autorizou via Projeto Cooperar a perfuração de um novo poço tubular que atendesse a demanda dos assentados, visto que o poço antigo em épocas de maior estiagem não estava atendendo a demanda tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola (ANEXO 14)



FIGURA 13 - CAIXA D'ÁGUA
FONTE: GEOCONSULT, 2007



FIGURA 14 - LOCAL DO NOVO POÇO
FOTO: SOARES, R. L. 2013.

O que se notou, como pode ser visto em uma das imagens a acima, é que realmente houve a perfuração para o poço e está cercado. Porém, até o final de 2013 ainda estavam faltando o motor e o reservatório.

Quanto ao esgotamento sanitário, ele é direcionado para fossas individuais, sendo os resíduos direcionados diretamente para o solo. Essa situação está sendo resolvida conjuntamente com as construções de moradia, pois o projeto arquitetônico das casas prevê que os resíduos sanitários passem por três fossas sanitárias antes de serem lançados na natureza, minimizando-se assim o impacto ambiental, bem como a diminuição de criação e concentração de animais (ratos, baratas, moscas,...) causadores de doenças.

Quanto ao lixo, resíduos sólidos, mesmo tendo coleta a cada três dias desde o ano de 2010 ainda há assentados que enterram ou queimam o material dispensado de suas propriedades.

Todos os lotes tem acesso a vias, seja a rodovia PB-008 ou a estrada de chão interna do Assentamento. O deslocamento dos assentados, quando necessário, para cidades vizinhas ou para sede do município é feito por carros próprios, por “alternativos” ou moto táxis de Jacumã, pois não há transporte coletivo.



FIGURA 15 - ACESSO AO ASSENTAMENTO.
FONTE: GEOCONSULT, 2007



FIGURA 16 – ESTRADA INTERNA
FOTO: SOARES, R.L. 2013.

A comunidade do Assentamento Tambaba é beneficiada com o sistema educacional disponibilizado pela Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental José João da Silva, inaugurada no ano de 1996, atendendo aos alunos do Assentamento.

O nome da escola é em homenagem a um morador de Conde, os posseiros não queriam esse nome para escola, defendiam que o nome correto para a escola deveria estar ligado a luta pela terra, a luta dos trabalhadores rurais, não de uma pessoa que nenhum assentado conhecia (Depoimento de Jailson, 2013)



FIGURA 17 – 1ª TURMA DE ALUNOS NA ESCOLA DO ASSENTAMENTO FOTO: D. NECI, 1997.

Atualmente, a escola possui 20 alunos matriculados no ensino infantil e fundamental, que estão distribuídos nos níveis de ensino que vão desde a creche, pré-escolar até o 5º ano. A escola funciona no período da manhã, porém à noite, há o curso de alfabetização de jovens e adultos com 15 alunos matriculados. Dispõe de uma equipe de funcionários formada por: 01 diretora, 02 professores e 02 auxiliares de serviços gerais. Sua infraestrutura possui 02 salas de aula, 01 sala da diretoria, 02 banheiros e 01 cozinha com despensa, onde é armazenada e distribuída a merenda escolar dos alunos que é servida toda manhã. Para as demais etapas da educação, as crianças e adolescente se deslocam para a sede do município. Esse deslocamento é diário e disponibilizado pela prefeitura de Conde. Não há nenhum estudante cursando o nível superior.

A comunidade não dispõe de posto médico odontológico, nesse sentido o Sistema Único de Saúde – SUS, através do Programa de Saúde da Família – PSF, realiza uma vez por mês o atendimento médico para os assentados, tendo como local para consultas a sede da associação. Quando há necessidade médica odontológica, os assentados se dirigem a unidade de saúde em Carapibus ou ao hospital em Conde. Na comunidade, há também um agente de saúde, morador do assentamento, cujo objetivo é muito mais de prevenção e orientação.

Segundo os moradores do Assentamento Tambaba, inexiste uma infraestrutura de diversão e lazer. Para esse fim, a comunidade usa as praias próximas, o campo de futebol, as festas dançantes nos fins de semana e o rio Graú, que está situado próximo ao Assentamento. Há dois eventos tradicionais, um de cunho religioso, a Festa de Santo Antonio, o padroeiro do Assentamento Tambaba, que é comemorado dia 13 de junho com a realização de missas, novenas, uma feira com comidas típicas e a comercialização de diversos tipos de produtos oferecidos aos visitantes e aos moradores do assentamento. O outro evento é a comemoração da criação do assentamento, em 12 de setembro, um dia de descontração com músicas, danças, brincadeiras e muita comida típica.

O assentamento se estrutura a partir de características comuns a outros assentamentos no país, divididos em parcelas individuais onde ficam as residências dos assentados e um espaço destinado para a comunidade, a área comunitária, onde são instalados a escola, a igreja católica, o salão comunitário, a casa de farinha e a sede da associação.

A área total do assentamento é de 90,05 hectares, já incluídas as áreas de reservas legais. É composto de 17 parcelas. No caso desse assentamento em particular, uma “peculiaridade” chama a atenção: os lotes, parcelas, não são distribuídos de forma igualitária; há assentados com 07 hectares e outros com 03 hectares. Conforme pode se observar na

Sobre a desigualdade nos tamanhos das parcelas, Dona Neci explica que a divisão aconteceu depois que os assentados já haviam escolhidos onde iriam construir suas casas. Assim, quando foi para acontecer a divisão foi decidido que iria prevalecer o espaço que cada posseiro já estava utilizando, “A gente decidiu, né, "cada um vai ficar no seu lugar". Aí decidiu, vai ter terra que vai ficar maior, vai ter terra que vai ficar menor. A divisão foi essa”. (Depoimento D. Neci, 2013)

O Assentamento Tambaba possui como principal atividade econômica a agricultura de subsistência, com o cultivo dos produtos: macaxeira, batata, milho, inhame, feijão e hortaliças. Verifica-se também, que existe um morador que desenvolve a atividade pecuária em pequena escala, somente para o consumo familiar.

A produção agrícola do Assentamento é orgânica. Os assentados receberam treinamento de técnicas de produção orgânica de alimentos, através do projeto Mandala, apoiado pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA. Foram selecionadas, inicialmente, nesse projeto, 12 famílias, porém devido há inúmeros problemas na efetivação do mesmo, principalmente pela falta de água, encontra-se, desde 2009, desativado. Existe uma nova discussão na SUDEMA para a reativação deste projeto. “O assentamento não tem água pra irrigação. Eu sempre defendi que cada parcela deveria ter pelo menos um poço, pra fazer uma hortaliça, um plantiozinho pequeno, mas que se pudesse ter um pouco de cada”. (Depoimento de Jailson, 2013)

Economicamente, os assentados vivem dos lucros obtidos com vendas do que produzem e alguns, os mais velhos, conseguiram se aposentar já passando do tempo exigido legalmente, como pode ser observado nas palavras de Índio Tibira, em conversa com Zé Bilora, ao falar de si e apontar outros que também estão aposentados

Sou, sou aposentado há doze ano já. Me aposentei em sessenta, em sessenta e dois. Era pra eu ter aposentado com sessenta. Aí passou dois ano. Com dois ano eu me aposentei. Quer dizer que nós já tamo em dois mil e quatorze. Quer dizer que faz doze anos. Zé Bilora também tá nessa faixa. Aí pronto. E muitos que já tão chegando a idade, já tá tudo se aposentando tudinho. Porque aqui só existia um aposentado. Só existia um, que era Milton Sargento, não era não, Bilora?

É...

E de Milton Sargento pra cá, aposentou eu. Primeiro, aposentou Birita. Depois de Birita, fui eu, Dona Fininha também, Zé Bilora. Nécio aposentou agora pouco também. Um que morreu, morreu um dia desses, faz uns três meses. Ele era aposentado também. E muitos que vai chegando a idade, aí vai se aposentando. (Depoimento de Índio Tibira e Zé Bilora, 2013)

Com exceção do Senhor Severino Salvino o Bil Sargento, que é aposentado da Polícia Militar da Paraíba, todas as demais famílias residentes no Assentamento se beneficiam do programa de transferência direta de renda, o Bolsa Família. Por se enquadrarem nos critérios como das famílias com baixa renda, com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal não ultrapassar o limite de até três salários mínimos.

Segundo os assentados, dentre os problemas que impossibilitam a geração de renda dos assentados, está principalmente a escassez de água na superfície. “Estruturalmente no assentamento o que tá faltando é o seguinte, a questão de água. Eu não sei a turma mais nova, mas a turma mais antiga é água. Água pra se produzir. E precisa de conscientização da população pra trabalhar”.(Depoimento de Jailson, 2013)



FIGURA 19 - BACIA DO PROJETO MANDALA NO ASSENTAMENTO FONTE: GEOCONSULT, 2007.

Alguns assentados praticam a pesca para alimentação e como complementação de renda, comercializando parte dessa produção nos restaurantes situados próximo ao Assentamento.

O artesanato é outra forma de complementação de renda. Apenas dois assentados de Tambaba confeccionam produtos com materiais reciclados e artigos feitos da palha, como

bolsas, cestos, esteira e luminárias feitas de cipó, sendo grande parte dessa produção comercializada na região, principalmente na praia de Tambaba.



FIGURA 20 E 21 – CESTOS DE MATERIAL RECICLADO E CADEIRAS DE CIPÓ. FOTO: SOARES, R.L. 2013



FIGURA 22 – REDE EM CONFEÇÃO
FOTO: SOARES, R. L., 2013.



FIGURA 23 - SOFÁ DO CEÁRA PARA REVENDA
FOTO: SOARES, R. L., 2013

Não há um espaço específico para vendas de artesanato dentro do assentamento. O que é produzido é exposto à beira da estrada PB 008 sentido Praia de Tambaba e da estrada em direção a Praia de Coqueirinho. O assentado que fica nesse local trabalha informalmente para o dono de um restaurante próximo que “importa” artesanato feito de cipós de Fortaleza - Ceará para ser vendido ali. Esse assentado aproveita os modelos “importados” para confeccionar réplicas dos mesmos objetos, vendendo-os por um preço mais acessível.

Há outra família que explora o fabrico e o comércio de doces a partir de frutas nativas, caju, acerola, manga e coco entre outras. Essa família conta com uma pequena estrutura para atender turistas que passam pelo local.

Para duas famílias de assentados a complementação de renda está ligada a produção de mel, iniciativa de um grupo de agricultores pertencentes a assentamentos da região que criaram uma associação com recursos de um programa de economia solidária da Cáritas Brasileira e também com apoio da CPT. A Casa do Mel, sede dessa associação, fica na parcela do assentado Jailson, com uma pequena estrutura onde é beneficiado e embalado o mel recolhido em outros assentamentos para depois ser vendido. Além do mel, a associação trabalha com a produção de própolis.

Ainda sobre a economia do Assentamento, outra fonte de renda, é a pluriatividade: os assentados trabalham na agricultura em certos períodos e noutros trabalham em outras atividades, comuns aos trabalhadores urbanos. Essa pluriatividade é praticada pelos mais jovens, que buscam no trabalho externo ao Assentamento uma complementação de renda que os possibilite a permanência no meio rural. Para isso, se dirigem a Capital João Pessoa ou trabalham em pousadas próximas. “É uma alternativa que eles encontraram pra sobreviver devido à situação do assentamento” (Depoimento de JAILSON, 2013)



FIGURA 24 - O NORTE, P. 15, 01/11/1992

A partir da nota de jornal acima (figura 24), depois de conversas com os assentados onde alguns se dispuseram a contar, rememorar o tempo em que chegaram ao local onde hoje é o Assentamento, caberia também registrar o que esses mesmos posseiros pensam sobre o futuro do Assentamento. Então, quando questionados sobre o título coletivo, um debate que começou a ser feito no início, na organização do Assentamento, mas que se diluiu no tempo e que agora volta a ganhar espaço devido a notícia que chegou à comunidade de que o último precatório a ser pago como indenização pela desapropriação da Fazenda Tambaba é o quarto precatório na lista de pagamentos do Governo do Estado e ao que tudo indica, na esperança dessas pessoas, é que seja concretizado no ano de 2014.

O fato de não terem a posse definitiva da terra, dificulta para os assentados economicamente, uma vez que não podem financiar a compra de equipamentos e insumos,

porém essa regularização tão desejada tornará essa terra vendável e isso lembra, embora em um contexto distante, o que está acontecendo na cidade Rio de Janeiro. Com a pacificação das favelas, os moradores estão recebendo os títulos de propriedade o que, nas palavras do sociólogo Jailson de Souza e Silva, faz parte do jogo de mercado: “Muitos são tentados a vender bens que agora têm um valor verdadeiro. Eu defendo que a última coisa a dar aos habitantes da favela é um título de propriedade”. (SILVA, 2013. p.9) Para ele, ter um título de propriedade é ter a possibilidade de cedê-lo, o que desperta a cobiça imobiliária, levando em conta ainda, que muitos moradores não têm a capacidade de mensurar o verdadeiro valor de suas propriedades.

Circula entre as discussões de alguns assentados, a proposta de Titulação Coletiva, que garantiria a integridade do assentamento, um modelo de concessão de uso das parcelas a exemplo do Assentamento Agroextrativista do Lago Grande em Santarém-PA.

Em entrevista com Solon Farias¹⁷, ao falar sobre o pagamento do precatório, era perceptível a alegria, pois ressaltava as possíveis melhorias que o Assentamento poderia conquistar com esse ato. Pois segundo ele, Solon, se até então não tendo as condições de requerer financiamento para projetos que visam o desenvolvimento local eles já haviam obtidos alguns avanços na qualidade de vida familiar e também para a comunidade, como as trocas das casas de taipa por casa de alvenaria através do Programa Minha Casa Minha Vida intermediado pela ONG Movimento de Moradia Popular, também a reconstrução da casa de farinha que foi financiada pelo COOPERAR¹⁸, cujo objetivo era desenvolver a economia comunitária, agora, será melhor para eles depois que possuírem em definitivo o título da terra: o Assentamento poderá se desenvolver mais.

Nessa conversa, também surgiu o assunto que está diretamente ligado à titulação, que é sobre como será essa titulação: individual ou coletiva. Solon, quanto a esse assunto, demonstra uma certa preocupação, que é justamente a possibilidade da individualidade do título, o que para ele, poderá ser um fator a mais de desagregação da comunidade e também a iminente comercialização das parcelas para especuladores imobiliários. Solon receia diante da discordância de alguns posseiros em refutarem a titulação coletiva:

Quando conversei com os companheiros, que eu ouvi que o governo ia pagar o precatório do assentamento, e aí sim nós vamos ser os donos de verdade

¹⁷ Solon Farias, Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba.

¹⁸ Projeto COOPERAR – Órgão governamental responsável direto pela execução de políticas e projetos de desenvolvimento rural sustentável, focados na redução dos níveis de pobreza rural. <http://www.cooperar.pb.gov.br>

das parcelas. Conversamos como fazer para a comunidade não se separar. Aí apareceu a ideia que é melhor que a terra seja de todos, aí ninguém pode vender. Mais alguns companheiros concordam ... outros não...(Depoimento de Solon, 2013)

O assentado José Fernandes¹⁹, integrante que está desde a primeira ocupação, também demonstrou alegria ao falar do pagamento do precatório. José Fernandes, Bebê como prefere que o chamem, fala sobre a titulação coletiva, conversa que, segundo ele, já se ouvia no início, no começo da organização do Assentamento, depois que o governo havia garantido que ele não iriam mais sair dali, que a terra era deles. Assim como Solon, Bebê também pensa que sendo o título coletivo há mais vantagens para a comunidade, porém tem que ser de comum acordo com todos.

Eu gostei da ideia, mais pra dar certo todos têm que aceitarem...eu gostei porque assim a comunidade fica mais forte e pode conseguir mais melhorias pra nós... (Depoimento de José Fernandes, 2013)

Em outro momento, numa conversa com Charles da Silva²⁰, uma pessoa jovem, filho de posseiros, foi abordado esse mesmo assunto, o pagamento final da indenização da desapropriação e a titulação da terra. Charles é uma das pessoas que pratica a pluriatividade, trabalha numa pousada da região e também na roça da família. Ele é temeroso em relação ao futuro da comunidade, pois pensa que no momento em que um assentado vender o seu lote, sua parcela vai abrir precedente para que haja aumento na pressão pela venda dos outros lotes. Por isso, ele é um dos defensores da titulação coletiva. Porque espera que mesmo com a valorização e a crescente urbanização no entorno o Assentamento

(...) continue assentamento, né? Agora, assim, que eu vejo o futuro um pouco ameaçado através disso. A gente tá ficando aqui do lado do condomínio. Com isso aqui, a terra ficando valorizada mais ainda, pode ser que alguém tenha em mão documento individual e vai vender. E aqui a gente ficando na minoria, a gente fica pressionado, sendo obrigado a vender, né. Da minha parte mesmo, eu nunca. Nasci, me criei aqui e não pretendo deixar isso aqui por nada. E lutar pelos objetivos que venha a melhorar só a comunidade, o pessoal do assentamento. Não só pra mim, como pra todos. (Depoimento de Charles, 2013)

¹⁹ José Fernandes, o Bebê, também fez parte da ocupação é o Vice-Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba, produtor rural e pescador.

²⁰ Charles Silva é filho de agricultores assentados, era bebê quando chegou no assentamento.

Conforme ele, essa possibilidade de ter um serviço externo ao Assentamento é um dos fatores para continuar na roça. Com o que ganha de salário em outra atividade, pode se manter como agricultor em épocas de baixa produtividade agrícola e também adquirir bens que somente com a renda do trabalho agrícola não seria possível. Nesse caso de Charles, o trabalho externo é um fator de impedimento de venda de lote do assentamento.

Sobre esse assunto o posseiro Jailson lembra da época em que foi Presidente da Associação dos Assentados, o debate sobre o modelo de titulação, coletivo ou individual, era bastante forte devido ao receio, temor que os assentados sentiam e sentem, sobre o pagamento da terra. De acordo com Jailson, as pessoas tem medo de que enquanto não for pago ainda pode existir a possibilidade de serem despejados outra vez.

Eu lembro que bastante forte era a questão do titulamento, a questão do pagamento, que a gente ficava muito naquela. Pessoal não sabe como esta. E o medo também. Todo mundo tem esse medo que o povo vai tirar e vai morar aonde, entendeu!? Aquele medo continua. O pessoal tá mais sorridente, uns tá trabalhando, as vezes tá no restaurante, na pousada, ganhando um dinheirinho, mas sempre aquele receio. (Depoimento de Jailson, 2013)

Assim, o debate que se originou no início da organização do Assentamento, parece que ainda está longe de ser encerrado, os assentados não conseguiram chegar a um consenso sobre a titulação das terras. E o que é possível de se detectar nas palavras dos assentados é o receio de terem que abandonar a área seja pelo não pagamento do precatório por parte do governo estadual, seja pela possibilidade de um assentado após conseguir a regulamentação de seu lote colocar à venda e com isso abrir precedente para que retorne o assédio de agentes imobiliários interessados naquelas terras.

Como se vê, a história dessas pessoas, os agricultores que ocuparam a fazenda Tambaba em 1986, em relação à conquista em definitivo da terra, ainda não recebeu o ponto final. A todos os vários despejos que sofreram, esses agricultores resistiram, conquistaram um pedaço de chão, porém ainda paira sobre eles uma nuvem de insegurança. A falta do precatório, a falta do título coletivo ou individual são as maiores preocupações. Pois conforme eles, já demonstraram em todo esse período, que compreende de 1989, ano em que foi decretada a desapropriação até 2013, que a organização, as mobilizações quando de interesse comum, possibilitaram muitos avanços sociais. Ou seja, a regularização da terra, mesmo sendo pauta de todas as mobilizações, está mais para vontade política, visto que já não está mais na esfera jurídica.

Sem desmerecer o que já havia sido escrito sobre o Assentamento Tambaba, mas é nas conversas com os posseiros que se pode ouvir um outro lado da História, e aí é o espaço da História Oral, uma ferramenta que possibilita as pessoas recordarem. Mesmo que sejam relatos fracionados, fragmentos da lembrança, que nesse caso nas conversas após as entrevistas os depoentes expressavam cada um a sua maneira de que a história deles deve servir para que seus descendentes a conheçam e com isso também lutem pela defesa da comunidade e a integridade do Assentamento. É somente os ouvindo, que se pode fazer juízo, ou seja, conhecer, através de suas próprias vozes, a história de vida de cada um.

4.2 - A biografia da APA Tambaba

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC foi criado pela Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, atendendo ao disposto no Art. 225 da Constituição Federal (§1º, inciso I), onde consta que é dever do Poder Público “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”. O SNUC é o conjunto de unidades de conservação - UC federais, estaduais e municipais, composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. (BRASIL, 2012)

Por Unidade de Conservação é entendido não somente o espaço territorial, mas também seus recursos ambientais, “incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” Ao definir a porção delimitada do território nacional que será protegida por lei, primeiramente é necessário conhecer suas características naturais e daí estabelecer os principais objetivos de conservação, além do grau de restrição à intervenção antrópica. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012)

O SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, entende-se aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades e Unidades de Uso Sustentável, aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. (FARIA, 2012)

As Unidades de Uso Sustentável podem ser tanto públicas como privadas e se constituem de regiões com certo grau de ocupação humana que apresentam aspectos

importantes para a “... qualidade de vida e o bem-estar das populações...”. Para tanto, deve ser criado um Conselho que irá administrá-las com o objetivo de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (EMBRAPA, 2012) Portanto, o caráter de manejo sustentável e o “uso direto racional” exigem maiores cuidados na sua gestão. As APAs não são consideradas como Unidades de Conservação (tomando a concepção exata do termo), mas entende-se como categorias de manejo adicionais através do “uso direto racional” dos recursos existentes em seu território. (TAUK-TORNISIELO, 1995)

A APA de Tambaba foi criada através do Decreto Estadual Nº 22.882, de 26 de março de 2002, situando-se entre os paralelos 7° 25' 00" e 7° 16' 30" Latitude Sul, e entre os meridianos 34° 55' 00" e 34° 47' 30" Longitude Oeste, na mesorregião da Mata Paraibana, entre os municípios do Conde, Pitimbu e Alhandra. (SANTOS; SOUSA; NETO, 2011, p.4526) Encontram-se inseridas na APA, as praias de Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba, Graú e praia Bela, além das localidades de Mata da Chica, Garapaú, Andreza, Roncador e Mucatu.

A APA de Tambaba tem por finalidade garantir a integridade dos ecossistemas terrestres e aquáticos, proteger os cursos d'água que integram a região, melhorar a qualidade de vida da população e disciplinar a ocupação da área, para que esta não avance de forma desordenada e em ritmo acelerado, como se apresentava antes da criação da UC, contribuindo assim para a redução da degradação do ambiente local e sua restauração futura.

Quanto à delimitação, inicialmente o território da APA de Tambaba era formado por um decágono, ocupando uma área de aproximadamente 3.270 ha. Porém, verificou-se que seus limites não contemplavam todas as bacias hidrográficas da região, perdendo-se, assim, verdadeiro propósito da sua criação: “a conservação de remanescentes dos ecossistemas existentes na área e dos recursos hídricos, uma vez que parte do sistema hidrográfico, incluindo as nascentes dos rios, estava fora do seu território”. Assim, através do Decreto nº 26.296, de 13 de setembro de 2005, do Governo do Estado (ANEXO 10), foi alterada a delimitação da área de proteção ambiental APA Tambaba, que desde então, passou a ter como limites os divisores das bacias hidrográficas que drenam a região, limitando-se a leste com o Oceano Atlântico, totalizando uma área de 11.500 ha. (ALMEIDA, 2006, p. 55)

Com a nova configuração territorial, a APA Tambaba ficou contemplada com as bacias hidrográficas Caboclo, Bucatu, Graú, Mucatu, entre outras menores, sendo que nas três últimas citadas, identifica-se nos estuários de seus rios 2,43 Km² de manguezal, embora em alguns trechos a vegetação já esteja bastante descaracterizada pela ação antrópica.

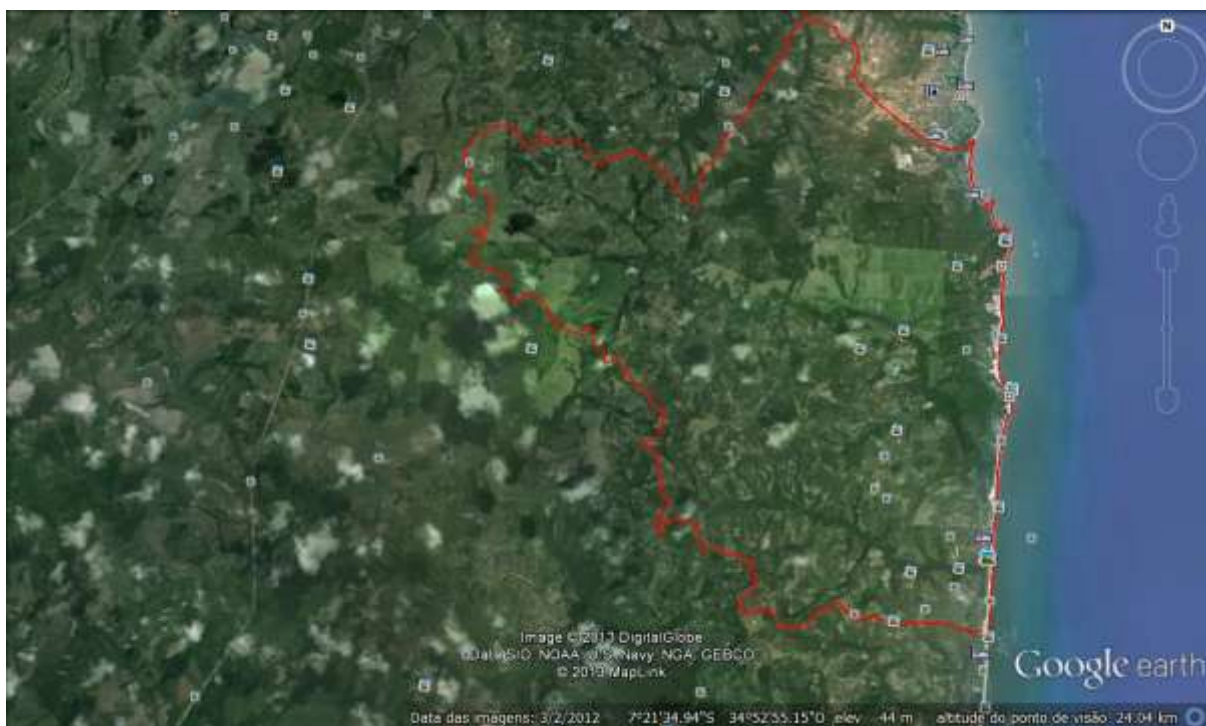


FIGURA 25 – MAPA DA APA TAMBABA FONTE: SUDEMA A PARTIR DE IMAGEM DO GOOGLE EARTH, 2012.

Conforme Nadjacleia Almeida, primeiramente, em 2001, pensou-se em criar uma UC - Unidade de Conservação, a fim de proteger os ecossistemas que já se encontravam ameaçados, tanto pela expansão urbana como pela especulação imobiliária, além do turismo desordenado. Essa iniciativa partiu da Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba - SUDEMA que já efetuava estudos na região com esse fim. Porém, ainda segundo Nadjacleia Almeida, o que realmente tornou possível essa proposta, foi a ação da Sociedade Naturista de Tambaba – SONATA, que através da mobilização da comunidade naturista, em 07/06/2001, protocolou junto a SUDEMA um ofício, solicitando a criação do Parque Estadual de Tambaba, que deu origem ao processo nº1.507/2001. (ALMEIDA, 2006, p.55)

No referido ofício, externavam a preocupação com a degradação e descaracterização ambiental dos ecossistemas costeiros, que mesmo protegidos pela Constituição Estadual, estavam sendo destruídos pelo desmatamento e, principalmente, pela ocupação e loteamento desordenados. Junto ao ofício, anexaram fotos que comprovavam a erosão das terras e o acentuado assoreamento dos recursos hídricos da região, além de um abaixo-assinado. (ANEXO 11)

Essa mobilização da SONATA, Carlos Santiago²¹ confirma, ao ser perguntado quando começaram as discussões de transformar a região de Tambaba em uma área de preservação:

Em 2001, quando a SONATA desencadeou um abaixo-assinado, mobilizando moradores, comerciantes e turistas, reivindicando a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), a criação do Parque Estadual de Tambaba. (Depoimento de Carlos Santiago, 2013)

A Sociedade Naturista de Tambaba –SONATA foi fundada em 08 de setembro de 1996, na Praia de Tambaba, durante um encontro de vários naturistas do nordeste, mas somente em 18 de junho de 2000, foi oficializada com a aprovação de seu estatuto e eleição da primeira diretoria.

Quanto à área de prática naturista de Tambaba, ela foi criada após o I Congresso Brasileiro de Naturismo – I CONGRENAT, quando o então prefeito do Município de Conde, Aluísio Régis, ficou impressionado com o sucesso turístico da praia naturista do Pinho - SC. Em 25 de janeiro de 1991, o referido prefeito cria o Decreto 276, oficializando a área compreendida entre Pedra do Despacho até a Prainha, divisa com a praia da Barra do Rio Grau, como área de preservação ambiental e prática do naturismo, tornando-se, assim, área de proteção ambiental antes mesmo da criação da APA Tambaba. Neste mesmo ano, o município de Conde foi sede do II Encontro Brasileiro de Naturismo, que aconteceu entre 24 a 27 de outubro. A Regulamentação do Decreto Nº276/91(ANEXO 12) deu-se com a Lei Nº 256/2002 (ANEXO 13)

Esses acontecimentos referentes ao começo do naturismo na Praia de Tambaba são confirmados em depoimento de Santiago:

Inicialmente, sinto-me no dever de esclarecer que não participei do processo de criação da área de naturismo em Tambaba. A minha participação está relacionada à reestruturação/oficialização da Sociedade Naturista de Tambaba (SONATA), que aconteceu em 08/07/2000 . Quanto à criação da área destinada para prática do Naturismo, esta foi estabelecida pelo Decreto Municipal nº 276, de 25 de janeiro de 1991. (Depoimento de Carlos Santiago, 2013)

Apesar do esforço da SONATA, a criação de uma UC de proteção integral, tornou-se inviável, uma vez que o espaço em questão já possuía um grande número de áreas

²¹ Membro da Sociedade de Naturismo de Tambaba – SONATA

particulares, inclusive o Assentamento de Agricultores Rurais Tambaba. Assim, passou-se a pensar em uma unidade de uso sustentável, categoria APA, finalmente criada em 26 de março de 2002, conforme se citou anteriormente, que deveria além de assegurar o direito da propriedade particular, garantir a preservação das inúmeras espécies botânicas endêmicas, a cobertura vegetal e a fauna.

A Área de Proteção Ambiental após 11 anos de existência, ainda não possui um “zoneamento ambiental”²², documento necessário para a definição de normas específicas para um plano de manejo adequado. Em decorrência disso, a APA de Tambaba vem sendo agredida por práticas agrícolas incorretas e pela ocupação imobiliária voltada para o turismo, contrariando o seu objetivo básico: “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (BRASIL. Lei 9.985, Artigo 7º, parágrafo 1º). Sobre esse assunto, a Sr.^a Sonia Matos Falcão²³, em entrevista, respondeu:

Está em fase de licitação a contratação do Plano de Manejo da UC, o qual subsidiará políticas públicas de ordenamento e gestão da ocupação e uso do território em conformidade com os objetivos de manejo da UC; bem como para minimização de atividades potencialmente impactantes. (Depoimento de Sonia Falcão, 2013)

Enquanto não há zoneamento ambiental nem Plano de Manejo, a Sr.^a Sonia explica que a SUDEMA faz os licenciamentos individualizados, onde são analisados: o porte da vegetação, a potencialidade do ambiente para criação de unidades de proteção integral (mosaico de Ucs), compatibilidade com Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla, entre outras variáveis.

A região da APA possui um clima quente e úmido com chuvas de outono e inverno; a precipitação média anual para a APA de Tambaba ficou entre 1.470 e 1.680 mm, distribuídos durante todo o ano, sendo que o período chuvoso é de 6 a 7 meses; umidade relativa situa-se entre os 80 e 85%, com um bioclima Mediterrâneo ou nordestino subseco. A nebulosidade fica acima de 6/10 do céu e a insolação chega a atingir 3.000h/ano, condicionando elevadas temperaturas, principalmente nos meses de setembro a novembro (27°C), sendo a temperatura média anual de 26°C. (ALMEIDA, 2008, p.84)

²² Zoneamento ambiental: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz. (BARBOSA et al, 2010, p.108)

²³ Sr.^a. Sônia Matos Falcão, servidora do Estado, trabalha na Coordenadoria de Estudos Ambientais – CEA/SUDEMA.

Esse tipo de clima favorece os ecossistemas encontrados na APA Tambaba que são os litorâneos, formados por restingas, tabuleiros, fragmentos de Mata Atlântica e manguezais.

Apesar da marcante intervenção humana, encontram-se muitas espécies da flora características desta região, como as herbáceas, que predominam nas restingas. Vão da praia até a beira dos manguezais: *Ipomoea pes-caprae* (salsa-da-praia); *Cynodondactylon* (capim-de-burro); *Paspalum maritimum* (capim-gengibre); *Iresine portucaloides* (bredinhoda-praia); *Cassia occidentales* (mangerioba); *Remirea maritima* (pinheirinho-da-praia); *Phaseolus ponduratus* (oró) e *Aspidosperma ulei* (pitiá)²⁴. A vegetação herbácea corresponde a 5,34Km², ou seja, 4,67% da área em estudo. Não podemos esquecer, quando se fala em praias, os lindos e majestosos Coqueirais, abundantes em toda esta região.

Já as Arbustivas (secundárias de médio porte) encontram-se geralmente nas áreas loteadas para especulação imobiliária, localizadas sobre os Tabuleiros Costeiros: *Byrsonima sericea* (murici-pitanga), *Curatella americana* (cajueiro-bravo), *Crysobalanus icaco* (guajiru), *Sacoglottis mattogrossensis* (oiticica), *Ximenia americana* (ameixa), *Hancornia speciosa* (mangaba), *Maytenus opaca* (bom-nome), *Manilkara salzmannii* (maçaranduba), *Britoa triflora* (guabiraba), *Eugenia uvaia* (ubaia), *Eugenia insipida* (murta da praia), *Myrciaria* sp. (araçápiroca), *Ouratea fieldingiana* (batiputá), *Coccoloba latifolia* (coaçu), *Chamaecrista bahiae* (pau-ferro) e *Tocoyena sellona* (jenipapo-bravo) entre outras. Ainda segundo Almeida (2008), a vegetação arbustiva ocupa as áreas que anteriormente eram de ocorrência da Mata Atlântica, que foi retirada para expansão urbana e para a utilização da madeira para diversos fins comerciais. Essa “derrubada da mata” é confirmada com tristeza pelo Índio Tibira, que nasceu na APA e hoje é morador do Assentamento Tambaba. Em caminhada pelo local, quando perguntado da mata, como ele lembra, ele conta:

Diminuiu. Depois que arriaro os mato, começaram arriar os mato. Aqui era mato. Isso aqui era tudo mato. O pau mais fino que tinha era um metro quadrado assim. Tudo isso acabou. Foram derrubando, arriando com as mato. Acabaram com tudo e desapareceram. Aí ficou alguns se criando (ÍNDIO TIBIRA, 2013)

As áreas de florestas nativas remanescentes da Mata Atlântica e a mata ciliar coincidem geralmente com as planícies fluviais e as áreas de maior declividade. Ocupa apenas 6,65Km² ou 5,81% da APA. Da Vegetação Arbórea, destacam-se: *Tapirira guianensis*

²⁴ Todos os exemplares da flora e da fauna, ainda existentes na APA Tambaba e citados nesta pesquisa, foram informados pelo EIA/RIMA - 2010, apresentado por LORD - Empreendimentos Imobiliários Ltda., disponível em www.sudema.pb.gov.br.

(cupiúba), *Bowdichia virgilioides* (sucupira), *Buchenavia capitata* (imbirindiba), *Himatanthus sucuuba* (janaguba), *Cupania revoluta* (cabatã), *Manilkara salzmannii* (maçaranduba), *Pouteria marginata* (goiti), *Inga capitata* (ingá-tripa), *Cecropia pachystachia* (embauba), *Lecythis pisonis* (sapucaia), *Clusiabruchelli* (orelha-de-burro), *Apuleia leiocarpa* (jitaí), *Vismia guianensis* (lacre), *Protium heptaphyllum* (amescla-de-cheiro), *Caesalpinia echinata* (pau-brasil), *Tabebuia roseo-alba* (peroba), *Ocotea gardneri* (louro), *Xylopia nitida* (camaçari), *Duguetia gardneriana* (mium), *Maytenus erythroxylum* (cunhão-de-bode), *Syagrus schysophylla* (aricuri ou coqueiro-de-praia), *Chamaecrista bahiae* (pau-ferro), *Hymenaea courbaril* (jatobá), *Britoa triflora* (guabiraba) e *Ximenia americana* (ameixa).

Nos estuários dos rios Bucatu, Graú e Mucatu, identifica-se 2,43 Km² de manguezal, sendo que em alguns trechos essa vegetação encontra-se muito descaracterizada. No manguezal observam-se poucas famílias de plantas, porém as espécies são altamente adaptadas à variação de salinidade e a terrenos instáveis. No manguezal do rio Graú, encontram-se: mais próximo ao rio, *Rhizophora mangle* (mangue-vermelho), árvores de 8 a 10,0m de altura com raízes adventícias ou escoras, que conferem estabilidade nos ambientes de solo encharcado. Afastando-se da calha do rio, em áreas de solo mais estáveis após a linha dominada por mangue-vermelho, encontramos *Avicennia germinans* (mangue-canoé ou siriúba), com altura inferior a 10,0m e pneumatóforos, que são raízes com geotropismo negativo, que tem a função de respiração. Após a *A. germinans*, encontramos vegetando no trecho de solo inundado apenas nas marés mais altas, *Laguncularia racemosa* (mangue-branco ou mangue-sapateiro), que exibe porte arbóreo-arbustivo.

Quanto à fauna terrestre, predominam as aves, entre elas: *Thamnophilus doliatus* (choro), *Coccyzus melacoryphus* (papa-lagarta), *Columbina talpacoti* (rolinha), *Mimus saturninus* (sabiá-do-campo), *Columbina diminuta* (rolinha-cabocla), *Columbina picui* (rolinha-branca), *Gnorimopsar chopi* (graúna), *Melanotrochilus fuscus* (beija-flor), *Empidonax euleri* (papa-mosca), *Camptostoma obsoletum* (papa-mosquito), *Buteo magnirostris* (gavião-ripino), *Aratinga cactorum* (periquito), *Speotyto cunicularia* (coruja-do-campo), *Chrysolampis mosquitus* (beija-flor-pequeno), *Piculus chrysocloros* (pica-pau-verde), *Penelope superciliaris* (jacu) e *Paroaria dominicana* (galo-de-campina) etc.

Para o Índio Tibira e José Bispo, ainda tem muito passarinho, graças ao IBAMA²⁵, sempre presente na APA Tambaba. Entretanto, antes da área ser de proteção ambiental, a caça de pássaros era intensa. Pelos relatos de ambos, muita gente ia para a região com gaiola para apreensão e posterior comércio das aves.

Vem. Antigamente vinha também, mas o IBAMA bate em cima, aí deixaro. Mas vinha gente de João Pessoa. De domingo, vinha carro cheio. Cheio de gaiola. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

Era o papa capim, era o chorão, era o caboclo, o curió, de tudo eles pegavam. Era sabiá. Tudo isso eles pegavam. Toda qualidade de passarinho eles pegavam, mas o IBAMA caiu em cima, eles deixaram. É difícil vir gente de João Pessoa agora pegar passarinho. (Depoimento de Índio Tibira, 2013)

É porque o IBAMA agiu, porque passarinhos ainda tem muitos. Tem tempo que chega faz nuvem. Quando bate uma chuvinha, chega faz nuvem. É porque o IBAMA proibiu. Se pegar um com uma gaiola aí, leva a gaiola, leva o passarinho, leva ele preso. Aí se vira. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

Quando perguntados se os assentados caçam passarinhos para criar ou vender, eles não negam, mas afirmam que são poucos: “Pega não. As vez tem um passarinho na gaiola, mas dizer que faz, faz não. O IBAMA não deixa não.” (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

Apesar de poucos representantes, há registros verbais da existência de pequenos mamíferos, como: *Cerdocyon thous* (raposa), *Didelphis marsupialis* (gambá), *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba), *Dasypus novencinctus* (tatu), *Cavia aperea* (preá), *Didelphis aurita* (cassaco), *Callithrix jacchus* (soim), *Procyon cancrivorus* (guaxinim), *Leopardus* sp. (gato-do-mato) e morcegos dos gêneros *Noctilio*, *Diphylla* e *Desmodus*.

Sobre a fauna de outrora, os assentados José Bispo e Índio Tibira gostam de relembrar, caminhando pelas terras da APA onde hoje fica o Assentamento Tambaba:

Tinha, tinha toda qualidade. Tinha passarinha, tinha tatu, cotia, passarinho jacu, lambu. Tudo ainda tem, tudo tem. Mas não tinha como tinha não. A preguiça, como ela falou, tudo aqui tinha. Ainda tem, muita gente sai cançando, mas ainda tem. O que Deus bota não tem quem acabe. Mas ainda tem. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

É o pessoal de fora, que vem, vem de outra comunidade, vem caçar. E assim... ainda tem, ainda tem muito bichinho. Mas, agora, nunca quando conhecemo, quando me criei, me criei aqui. Isso aqui tinha toda qualidade de bicho. O tatu, o viado, o do mato, o porco espinho. Tem o porco espinho e tem o porco do mato. A preguiça, capelão, tem a guariba. Conheceu a

²⁵ N.A. Para essas pessoas, ao se referirem a IBAMA eles na verdade querem dizer SUDEMA.

guariba? Macaco, a capivara, o tatu, tamanduá-bandeira. (Depoimento de Índio Tibira, 2013)

Eles denunciam e lastimam a caça ilegal na região que ainda hoje acontece, apesar da fiscalização do IBAMA:

Vem gente de João Pessoa, vem caminhão cheio de gente pra caçar por aqui. (Depoimento de Índio Tibira, 2013)

Gente rica. Gente rica misturada com pobre. Mas até baixaram. Porque sempre o IBAMA tá batendo em cima, tá batendo em cima. O povo daqui não caça muito não. As vez, quando tem um cachorrinho, aí sai pelo mato, pega um tatu. Coisa pouca. Quem acabou com os bicho daqui foi de fora mesmo, pessoal da cidade, pessoal de outra comunidade, que vem lá de Andresa por aqui. (Depoimento de Zé Bilora, 2013)

Para Charles, que tem apenas 22 anos e nasceu no assentamento, não é só a caça a responsável pela diminuição da fauna, mas sim o desmatamento para a construção de condomínios e o plantio da cana-de-açúcar e bambu.

Não tanto pelo assentamento, mas pelas construção que vem acontecendo. A gente tem condomínio. Condomínio você pega muita mata. Aí você desmata. Aí a tendência dos bicho é procurar refúgio em outros canto. Aí você sabe que, por aqui, cidade pertinho. Jacumã, Conde, logo aí. Noutros canto tem plantio de cana. Plantio de cana não dá sobrevivência aos animais, bambu muito menos. Né? Aí, é isso aí. Também tem caça, os caçadores, mas agora isso aí o pessoal do assentamento nem tanto. Vem alguém de fora pra isso. O pessoal daqui nem tanto sobre isso. (Depoimento de Charles, 2013)

Dentre os répteis, extremamente adaptados às condições do meio, são encontradas as espécies *Cnemidophorus ocellifer* (tejubina), *Iguana iguana* (camaleão), *Tupinambis teguixin* (teju), *Oxybelis* sp. (cobra-de-cipó), *Oxiyrhopus trigeminus* (falsa-coral), *Tropidurus torquatus* (calango), *Oxiyrhopus trigeminus* (falsa coral), *Philodryas olfersii* (cobra verde), *Bothrops erythromelas* (jararaca) e *Boa constrictor* (jibóia) entre outras.

Quanto à fauna típica do mangue, destacam-se as várias espécies de caranguejos e vários animais filtradores, tais como as ostras. Uma grande variedade de peixes penetra nos manguezais na maré alta. Os crustáceos e moluscos encontram-se representados principalmente por: *Cardisomaguahumi* (guaiaumum), *Goniopsis cruenta* (aratu), *Penaeus* sp. (camarão), *Callinectes bocourti* (siri), *Littorina angulifera* (búzio-do-mangue), *Neritina*

virginea (aruá-do-mangue), *Mytella* sp. (sururu), *Crassostrea rhizophorae* (ostra), *Tagelus plebeius* (unha-de-velho), etc.

A ornitofauna, ao contrário da grande maioria da fauna do manguezal, é visitante ou migratória, tendo como principais espécies as seguintes: *Porphyryla martinica* (frango-d'água-azul), *Tigrisoma lineatum* (socó-boi), *Phalacrocorax olivaceus* (biguá), *Casmerodius albus* (garça branca grande), *Egretta thula* (garça branca pequena), *Dendrocygna viduata* (irerê), *Jacana jacana* (jaçanã), *Gallinago gallinago* (narceja pequena), *Arenaria interpres* (maçarico), *Tringa flavipes* (maçarico), *Charadrius collaris* (maçarico), *Charadrius semipalmatus*, (maçarico), *Aramides mangle* (sericoia-do-mangue), *Mivalgo chimachima* (gavião pinhé), *Crotophaga ani* (anupreto), *Ceryle torquata* (martim-pescador-grande) etc. A mastofauna mais comum nesse habitat é *Procyon cancrivorus* (guaxinim) e *Callithrix jacchus* (sagui), os quais passam pelo manguezal a procura de alimento, como crustáceos, insetos e frutos.

Na APA, ainda existem os ecossistemas aquáticos, que englobam os rios, as lagoas e o mar que banha toda a costa da APA Tambaba, com suas inúmeras espécies da fauna e da flora.

Entre os recursos hídricos da APA de Tambaba, encontram-se as bacias hidrográficas dos rios Caboclo, Bucatu, Graú e Mucatu, sendo que nas três últimas em seus estuários ficam os 2,43 Km² de manguezais que ocupam 2,13% da área protegida em estudo. Além deles, a APA possui outras bacias diversas, córregos e mananciais, que perfazem um total de 0,59 % de seu território.

Para o gerenciamento das bacias hidrográficas da Paraíba, o Governo do Estado instituiu a sua Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos com a Lei nº 6.308 de 02/07/1996. Em outubro de 1997 (lei nº 6.544 de 31/10/1997), foi criada a Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais (SEMARH), órgão gestor do Sistema. E, em novembro de 2001, a Lei 7.033 de 29/11/01 cria a “Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba – AAGISA, na forma jurídica de uma Autarquia sob Regime Especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada a Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais - SEMARH, com a finalidade de implementar em sua esfera de atribuições a Política Estadual de Recursos Hídricos”, de modo a bem gerir os recursos hídricos do Estado. (PARAÍBA, 2012)

Na tabela abaixo, pode-se visualizar os dados da invasão à delimitação criada para proteção dos rios da APA, desrespeitando a legislação ambiental.

Nome loteamento	Número de lotes	Número de lotes (%)	Bacias atingidas
Cidade Balneário Novo Mundo	514	17,59	Caboclo, Bucatu
Colinas de Jacumã	182	9,81	Graú
Chácaras Enseada de Jacumã	112	58,64	Bucatu
Barra de Jacumã	303	8,32	Graú
Praia Bela	72	0,40	Graú
Enseada do Graú	58	5,07	Graú
Barramares	147	11,16	Mucatu

TABELA 01 - INVASÃO DAS APP DE RIO PELOS LOTEAMENTOS. FONTE: SANTOS; SOUSA; SILVA NETO. 2011

No entanto, não é possível entender a natureza sem o homem, bem como querer entender o homem sem a natureza. Para entendermos os problemas enfrentados, atualmente, pelo meio ambiente, faz-se necessário resgatar a história do homem e sua interação com a natureza. Keith Thomas (2010, p. 17) faz uma indagação pertinente: “Como teria progredido a civilização sem a limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conversão da paisagem agreste em terra colonizada pelo homem?”

A questão ambiental faz parte da modernidade e como tal deve ser vista de forma abrangente, não se pode analisar o passado recente com suas inovações tecnológicas, deve-se ir mais longe na história. Buscar e analisar as formas e relações da ocupação humana com a natureza.

No caso da APA Tambaba, essas relações são datadas desde a pré-história, como comprovam os sítios arqueológicos encontrados em seu interior que começam a chamar a atenção de arqueólogos interessados em conhecer um pouco mais da história da Paraíba. Há trabalhos que apontam a existência de sambaquis, no litoral sul paraibano, porém ainda não estudados. Foi encontrado um concheiro na margem direita da desembocadura do rio Abiaí, mais ou menos 2 metros acima do nível atual das marés, capeando um arenito e recoberto por sedimentos arenosos. (NEVES, 2010, p.11)



FIGURA 27 ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS NO PERFIL NATURAL NO SÍTIO GARAÚ I, PRÓXIMO AO RIO GRAÚ²⁶. FONTE: GEOCONSULT, 2007.

O uso do solo de maior extensão e o que mais avança, dentro da APA, é a agricultura, que em 2008, alcançava 25,47Km² da área (2,26%). (ALMEIDA, 2008) Em 2011, apenas três anos depois, ela atingiu, aproximadamente, 9.262,83 hectares, dos 11.500 hectares da área total da APA, ou seja, 80% da área é ocupada por algum tipo de atividade agrícola, entre elas há os latifúndios de monocultura e também as pequenas propriedades, como os seis assentamentos de trabalhadores rurais e a agricultura de subsistência e associações, conforme Tabela 02 abaixo. Mesmo sendo uma prática em todo o território, ela é mais evidenciada na bacia hidrográfica do rio Graú, com as grandes propriedades destinadas a plantação de bambu, cana-de-açúcar, abacaxi, entre outros tipos de culturas.

A cana de açúcar, desde o período colonial, nunca mais deixou de ser plantada no litoral paraibano. Pelo contrário, com o passar do tempo só aumentou a produção e se modernizou as lavouras. Isso se comprova com os dados atuais do uso do solo da APA Tambaba, que dos 9.262,83 hectares da área ocupada, 2.808,79 hectares é com a cana,

²⁶ Foto publicada no relatório final do Projeto de Arqueologia preventiva do EIA/RIMA -2010, apresentado por LORD-Empreendimentos Imobiliários Ltda, disponível em www.sudema.com.br. Neste relatório, os arqueólogos responsáveis citam mais quatro áreas de possíveis sítios arqueológicos e históricos, uma vez que encontraram muito material de superfície.

correspondendo a 24,42% da área total dessa unidade de conservação, conforme podemos observar na tabela (tabela 02) e mapa de uso do solo, (figura 28).

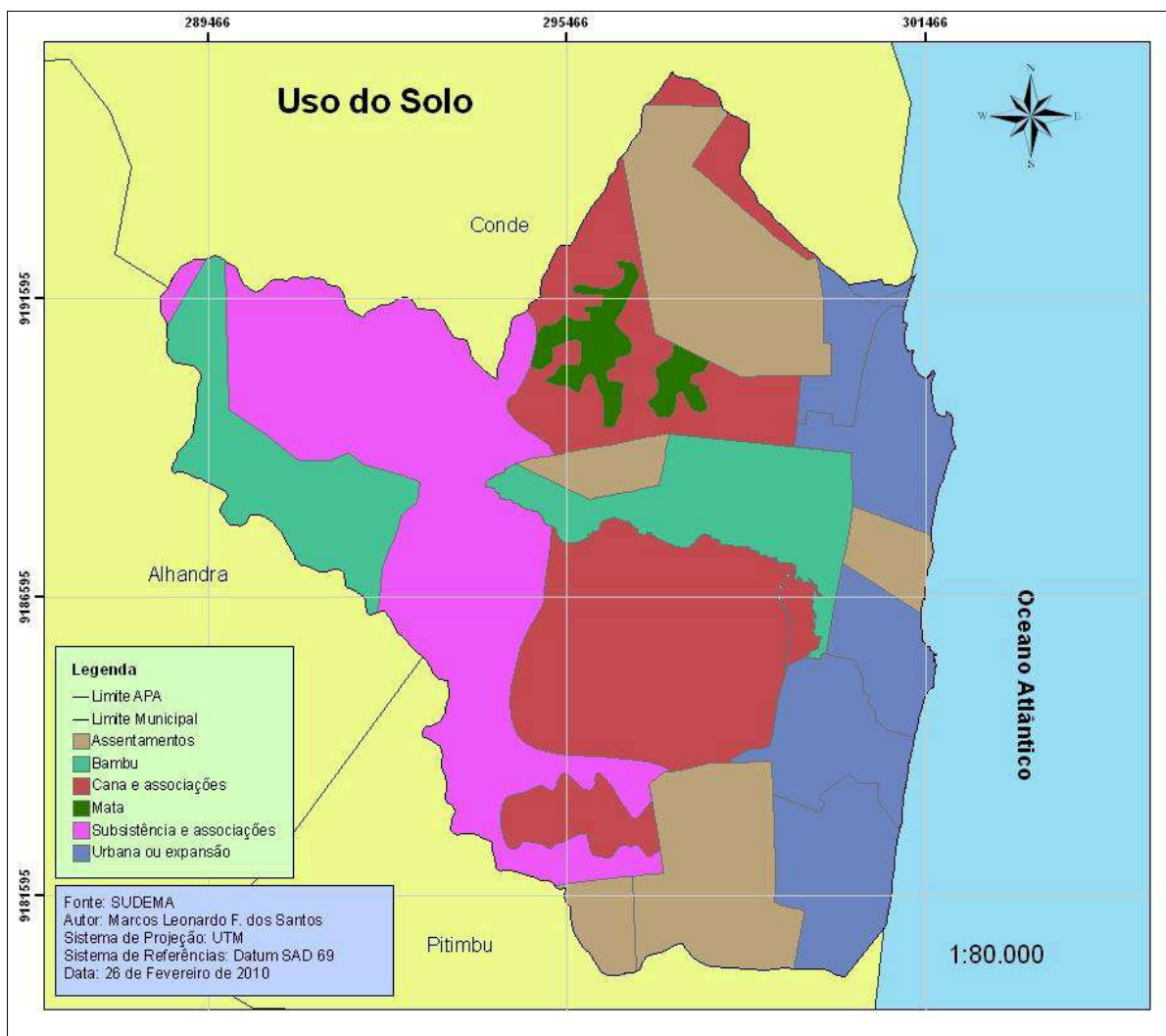


FIGURA 28 - MAPA DE USO DO SOLO. FONTE: SANTOS; SOUSA; SILVA NETO. 2011

CATEGORIA	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Assentamentos	2.178,27	18,94
Bambu	1.614,43	14,04
Cana e associações	2.808,79	24,42
Mata	274,41	2,40
Subsistência e associações	2.661,34	23,14
Urbana ou expansão	1.962,10	17,06

TABELA 02 - USO DO SOLO DA APA TAMBABA. FONTE: SANTOS; SOUSA; SILVA NETO. 2011

Entretanto, os problemas de subsistência da APA Tambaba não são só o do avanço das culturas. Na década de 1970, começa a se desenvolver no litoral sul da Paraíba o turismo, trazendo consigo a ocupação imobiliária, que ganha força no final da década de 1980, em virtude da fomentação da atividade turística, incentivada pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste PRODETUR – NE. No entanto, é com a construção da PB 008 que a ocupação imobiliária e o desenvolvimento turístico têm seu maior impulso, trazendo novas leva de pessoas provenientes de outros municípios paraibanos, de outros estados brasileiros e também de outros países para ocuparem essa região.

A concentração humana, como já foi dito anteriormente, dá-se preferencialmente próximas aos recursos hídricos. Assim, vê-se que a totalidade das bacias hídricas da APA está sendo invadida pelos loteamentos irregulares. (figura 29)

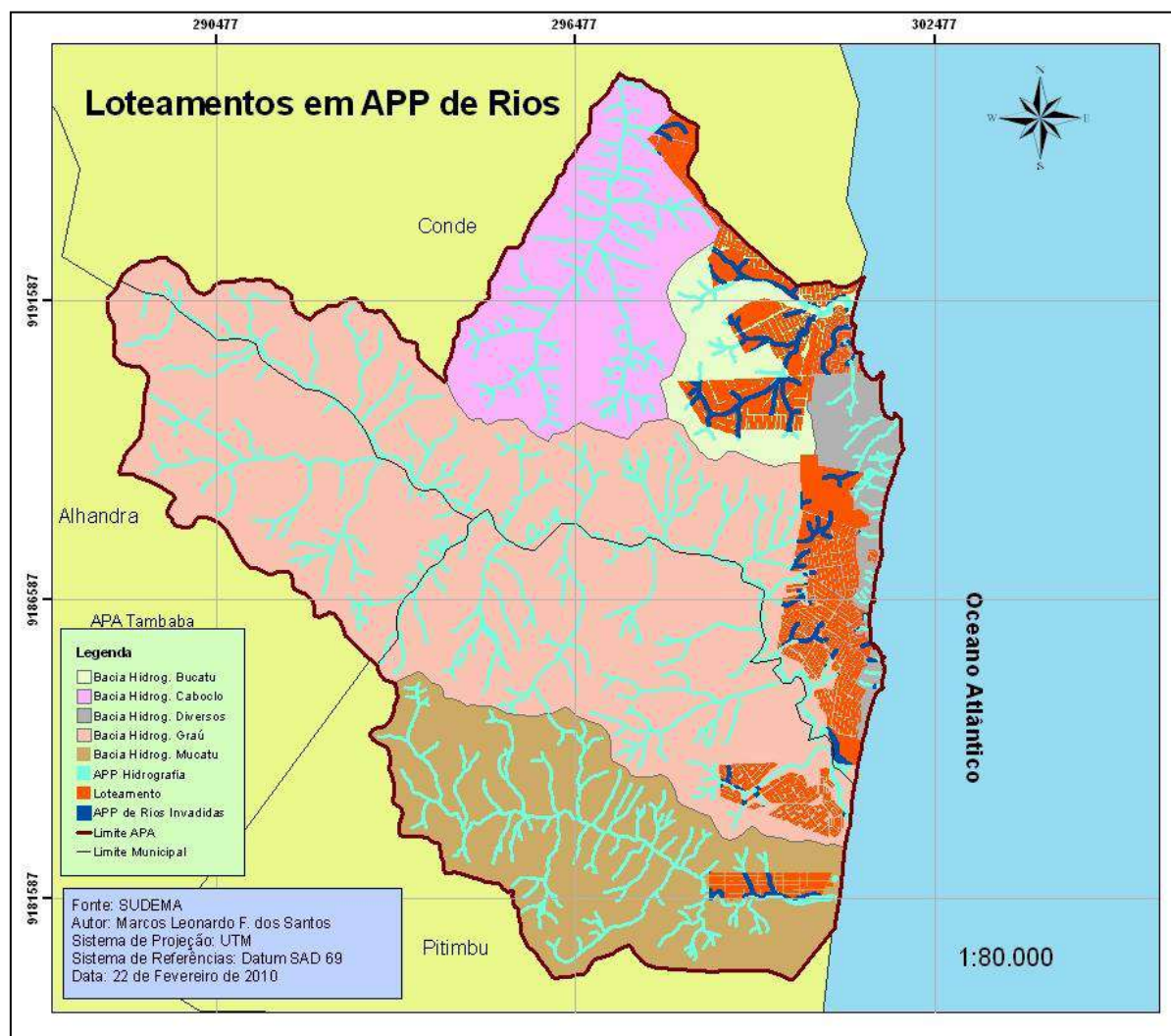


FIGURA 29 - MAPA DE LOTEAMENTOS EM APPS DE RIOS DA APA TAMBABA. FONTE: SANTOS; SOUSA; SILVA NETO. 2011

Conforme o mapa de loteamentos em APPs de Rios da APA Tambaba (figura 29), nota-se que o município que tem menor área de concentração humana é o de Alhandra, enquanto que o município de Conde é o que aparece com maior grau de ocupação humana/imobiliária, ficando o município de Pitimbu com a segunda colocação em número de ocupação. Nesse mesmo sentido, verifica-se que na ordem de cessão de área para a APA a sequência é a mesma: Conde, Pitimbu e Alhandra com a menor parcela de área cedida para a APA. Portanto, o tamanho da área cedida para a APA não justifica o grau de ocupação humana.

Essa ocupação, conforme se vê nos mapas, na sua grande parte ocupa a faixa mais próxima do litoral, situação que não existe no município de Alhandra. A incidência maior de loteamentos e ocupação humana no litoral do distrito de Jacumã, município de Conde pode ser justificado por que essa região é considerada por algumas pessoas como área urbana, estando aproximadamente a 15 km de distância da sede municipal e com várias áreas rurais entre a sede e o distrito.

Com essa ocupação humana, as bacias hidrográficas da APA, segundo Almeida (2008), sofrem com a derrubada da vegetação primária, acentuando-se os processos morfogênese, que facilitam a erosão nas vertentes e a perda de material para o curso dos rios. Já nos estuários dos rios Bucatu, Graú e Mucatu os manguezais encontram-se descaracterizados e invadidos pela ação antrópica.

Portanto, a maior ameaça aos recursos hídricos da APA Tambaba, conforme os autores aqui citados, (ALMEIDA; NISHIDA; LIMA, 2008), além das culturas agrícolas, são os loteamentos imobiliários (ir) regulares que removem a cobertura vegetal das margens, aumentando os riscos de ocorrer assoreamento e erosão das mesmas, além da degradação dos cursos d'água.

A consequente ocupação dessa área para a indústria do turismo interfere na vida da população dessa região. Influenciados pelo poder público local, grupos estrangeiros investem em pousadas, resorts, condomínios, etc. Exemplo dessa situação aconteceu durante o encontro naturista de 2008 quando pelo governo estadual houve a doação de uma área ao sul da APA Tambaba, para um grupo de investidores holandeses, com o objetivo de ali construírem um resort. A doação dessa área foi justificada, pelo governo, pela criação de empregos e desenvolvimento da região, colocando a Paraíba na rota do turismo internacional. Porém, na prática, o que realmente acontece é o “enobrecimento” da área em detrimento da população local, ou seja: retirar os pobres (pescadores, pequenos agricultores, assentados) e “limpar” a

área para que os ricos passem a viver nesse local e, com isso a área deixe de ser um espaço sem valor e passe a ser nobre porque agora quem vai viver ali são os ricos e na grande maioria estrangeiros.

Donald Worster (1991), ao comentar os três níveis, os “três conjuntos de questões” que a História Ambiental procura responder, cita como terceiro nível a interação mais intangível entre o homem e a natureza. Neste nível, estão as percepções, os valores, os mitos, o folclore, a literatura, a religião, o desejo, entre outros pensamentos sobre a natureza. Ou seja:

Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.(WORSTER, D.1991,p.202)

Nesse sentido, nota-se que APA Tambaba, em especial a praia que lhe emprestou o nome, desperta no imaginário de seus moradores e ou frequentadores ideias, crenças e práticas peculiares que fazem dela um lugar “especial” para uns e “misterioso” ou “mágico” para outros.

A praia de Tambaba situa-se a 40 km de João Pessoa e tem aproximadamente 7 km de extensão, tendo como limites ao norte a praia de Coqueirinho e ao sul a praia da Barra do Rio Grau. As formações rochosas, esculpidas pelo mar, formam dezenas de piscinas naturais com águas límpidas e mornas. Em frente à praia, a uma distância de 1 km, encontra-se uma barreira de recifes de corais e um cemitério de embarcações e antigos galeões naufragados, que aguçam a curiosidade e a imaginação dos mergulhadores.

Há muitas lendas, sobre essa praia, mas uma delas é a mais conhecida: a de Atlântida. Ela foi criada pelos que se aventuram nas águas profundas do mar de Tambaba. Alguns desses mergulhadores afirmam que a 9m de profundidade, próximo da praia, existem ruínas de uma antiga cidade tragada pelo mar, que pelas características da mesma, pode ser parte do continente perdido: Atlântida.

Para os praticantes do Naturismo, ela foi escolhida pela sua exuberante paisagem e por ser uma praia naturalmente protegida por falésias, o que possibilita a privacidade necessária para essa prática:

...o relevo da Formação Barreiras apresenta dois compartimentos topográficos distintos: a baixada litorânea formada pela praia, recifes e rochedos isolados e os baixos terraços costeiros os "tabuleiros", que ocorrem a uma altitude média de 50m, formando as falésias vivas . (Depoimento de Carlos Santiago, 2013)

Na filosofia naturista, a nudez é importante porque através dela o naturista capta as forças vitais existentes na natureza, que de forma determinante contribuem para a sua felicidade. Assim, a proteção do meio ambiente natural é um dos preceitos dessa filosofia de vida, uma vez que o equilíbrio ecológico constitui condição de mais e melhor vida. Só uma natureza harmoniosa lhe proporciona o bem estar.

Atualmente, o papel dos naturistas na APA é: “Consolidar a filosofia de vida naturista, assegurar um desenvolvimento sustentável e defender o meio ambiente.” (Depoimento de Carlos Santiago, 2013) Tambaba é hoje um atrativo turístico para os adeptos desse modo de vida, do mundo inteiro. Nas palavras de Carlos Santiago, “o turismo naturista é um segmento crescente no mundo. Em Tambaba este crescimento também é observando, basta observar o nº de visitantes que vão a Tambaba todos os anos para praticar o Naturismo.” (Depoimento de Carlos Santiago, 2013)

A preocupação com a APA pelos adeptos do Naturismo é notada até pelos que não são simpatizantes desta prática:

Esse pessoal que faz valer a filosofia naturista, que parece que é do movimento "NU", Naturistas Unidos, que é o pessoal do Carlos Santiago, pessoal lá da Arca do Bilu e tal, eu vejo uma preocupação muito grande com relação à APA. Eles não pensam só no naturismo na região da praia, eles querem a conservação do local. E até, de vez em quando, eu participo das reuniões deles, dos movimentos, pra defender aquela área, principalmente por causa da ameaça que tá tendo lá, daquela, o projeto Garaú, né? (Depoimento do Prof. André Piva²⁷, 2014)

Outra forma de interação com a natureza, na praia de Tambaba, é através da crença de que ela abriga um lugar mágico de encantamento. Ao norte do que hoje é o estacionamento, mais especificamente na Pedra do Despacho, dentro da área reservada ao Naturismo, é praticado o Culto da Jurema pelos juremeiros, conforme explica Pai Beto²⁸:

O que vincula Tambaba à Jurema sagrada é, justamente, a questão da - como eu posso chamar? - da "encantaria" (...) Só que nós estamos falando da Jurema do mestre, onde acontece a encantaria. É como se fosse assim: o mestre, para incorporar na gente, ele tem que se encantar em Tambaba. Então, em Tambaba a gente tem a área sagrada, onde sofre esse aspecto da encantaria, que é justamente onde tem a localidade. A Pedra de Xangô, a Pedra de Iemanjá, a conhecidíssima Pedra do Despacho, e que vem sofrendo com o tempo. (Depoimento de Pai Beto, 2014)

²⁷ Professor André Piva, departamento de Turismo da UFPB.

²⁸ Pai Beto de Xangô – conhecido como o Guardião da Jurema sagrada

Jurema²⁹ sagrada é uma tradição "mágica" religiosa que se iniciou com o uso desta planta pelos indígenas das regiões norte e nordeste do Brasil. Esta árvore tipicamente Nordestina, já era venerada pelos índios Arataguis, que ocupavam, por volta de 1700, o local onde hoje se localiza o município de Alhandra.

O Culto da Jurema, na Paraíba segundo Pai Beto, iniciou em 1901, com adeptos da cidade de Alhandra.

Segundo os juremeiros mais velhos, eles falam, os mestres da Jurema, que iniciou o culto por volta de 1901, de uma tribo indígena chamada Arataguis que vivia por esses lados de Pernambuco e se instalaram ali por perto de Alhandra e eles que começam esse culto de Jurema sagrada, que, na verdade, já era cultuada antes de qualquer religião no Brasil, pelos próprios índios. (Depoimento de Pai Beto, 2014)

Atualmente, possui influências as mais variadas, que vão desde a feitiçaria europeia até a pajelança, xamanismo indígena, passando pelas religiões africanas, pelo catolicismo popular, pelo esoterismo moderno, pela psicoterapia psicodélica e pelo cristianismo esotérico. No contexto do sincretismo brasileiro afro-ameríndio, a presença ou não da jurema como elemento sagrado do culto vem estabelecer a diferença principal entre as práticas da umbanda e do catimbó.

Tambaba faz esse filtro, onde os mestres purificam alguém para trabalhar em nós como guias e protetores. Que se preserve, que se guarde mesmo, que se tenha mais cuidado com isso. E não só também. Não só a parte da encantaria, mas também toda cultura que circula Tambaba. Então, Tambaba é muito mais antiga que a própria Jurema do Mestre. Porque é lá que é a encantaria. Então, logicamente, teria que existir primeiro. Então, pra gente, é primordial sobre essa questão... é... de como se encantar. (Depoimento de Pai Beto, 2014)

Outra forma de relação com a APA é a dos assentados do Assentamento Tambaba, para os quais a APA trouxe segurança e “melhorou” a vida dos mesmos, segundo seus depoimentos. Percebe-se que há entre eles e a APA uma relação de “ajuda mútua”: eles veem nela uma segurança de permanência na terra e por isso a necessidade de preservar. Quando perguntados se a criação da APA melhorou ou prejudicou a vida deles, a resposta é sempre positiva:

Eu acredito que ela melhorou. Ela melhorou no sentido de que nós temos uma garantia a mais de estarmos aqui. Porque, se não tem a APA, então está

²⁹ A Jurema é uma planta da família das leguminosas, comum no Nordeste brasileiro, com propriedades psicoativas.

liberado pra exploração, loteamento pra condomínio, como a especulação imobiliária. Então, com certeza, o pessoal ia estar mais em cima dos assentamentos, batendo mais forte, pra poder o pessoal sair daqui. (...) Porque, na época, eu lembro que tinha a especulação do pessoal "não, não sei o quê, especulação". "O governo dá outra área pra vocês" e tal. Então, a questão é que se temia do pessoal se aposar do assentamento pra fazer um condomínio fechado ou uma coisa parecida. Alguém iria ter interesse nisso. (Depoimento de Jailson, 2013)

Melhorou, melhorou, melhorou. Em alguns aspectos, melhorou muito. Melhorou. (...) Eu acho que na ficou mais visto. Mais conhecido. (Depoimento de Charles, 2013)

Quanto ao futuro da e na APA, todos os entrevistados estão apostando nos órgãos públicos, como SUDEMA e IBAMA, por último no Conselho Gestor recém recriado, onde todos têm representatividade. O primeiro Conselho Gestor da APA de Tambaba, segundo Thiago Silva, Coordenador de Estudos Ambientais, foi instituído através da Portaria/SUDEMA/DS N° 19/2004, de 09 de março de 2004, e uma das principais ações foi a Criação do Decreto N° 26.617, 25 de novembro de 2005, que disciplina o processo de ocupação e utilização de zona costeira da APA de Tambaba, mas em 2009 o Conselho Gestor foi desativado. Depois de 4 anos, em 2013, foi reativado como Conselho Gestor Consultivo, tendo como função:

... ser um fórum democrático de valorização, controle social, discussão, negociação e gestão da unidade de conservação, incluída a sua zona de amortecimento ou área circundante, para tratar de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais que tenham relação com a unidade de conservação. Conforme Instrução Normativa N°11, de 08 de junho de 2010. (CEA/SUDEMA, 2013)

Como se viu, a APA tem múltiplas faces que em alguns momentos até se inter cruzam; é um território de convivência de vários grupos sociais, cada qual com seus interesses que podem ser tanto material como imaterial.

A APA possibilita uma filosofia de vida desapegada dos bens materiais, onde prevalece um modo de vida em perfeita harmonia com a natureza, da mesma forma que abriga, mesmo que a contra gosto de alguns, espaços em processos crescentes de urbanização; abriga ambientalistas e desenvolvimentistas. Ainda nesse mesmo território, coexistem grandes propriedades rurais com suas monoculturas dependentes de produtos químicos e pequenas propriedades de agricultura familiar com produção orgânica de subsistência. Encontra-se também o misticismo, a encantaria. Mas no fundo mesmo, é a APA que encanta.

5 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM

Nesta parte, é onde se visualiza os conflitos socioambientais e o que se entendeu por transformações da paisagem. Inicialmente, foram identificados alguns conflitos, que para alguns podem não ser os mais importantes e ou influentes, porém ao elencar essas divergências sociais e ecológicas foi levada em consideração a preocupação das pessoas que interagem, que se (inter) relacionam tanto com o Assentamento Tambaba quanto com a APA.

As preocupações são decorrentes da maneira que se fez uso ou que se pretende fazer da área estudada. Assim, alguns desses conflitos são oriundos da maneira como a sociedade está usando o meio natural, ou seja, das consequências dos impactos ambientais proporcionados pela ocupação desenfreada na região. Há, também, conflitos que resultam de outra perspectiva, a de se fazer o uso consciente do meio natural, o uso sustentável, dentro de suas múltiplas formas e ou entendimentos de aplicação. Nesse sentido, entendemos que as transformações da paisagem são os usos e abusos do meio ambiente.

Portanto, a respeito de conflitos socioambientais há divergências internas no Assentamento Tambaba, entre os próprios assentados. Divergências que se dá pela busca de atingirem seus objetivos socioeconômicos. Exemplificando: atualmente no assentamento há disputa pela venda de doces a turistas que passam dentro do assentamento, no espaço comunitário, para contemplar a paisagem a partir das falésias que ficam em terras de marinha.

É interessante como, em toda comunidade, como existe essas relações humanas, os conflitos por coisas bobas. Picuinhas, disputas. Porque ele [Presidente da Associação do Assentamento] também disse que esse pessoal do doce, que eles fizeram curso do SEBRAE e tudo, que não convidaram os outros, que deixaram a mulher dele de fora. Ele tem razão, se a versão dele for correta, ele tem razão. E assim por diante. (Depoimento de Prof. André Piva, 2014)

Essa constatação do Professor André Piva confirma a concepção de Ricardo Ribeiro sobre conflitos socioambientais, citado em (BRITO et al, 2011. p. 55) quando diz que o ambiente natural como parte integrante de um espaço público favorece as disputas entre atores sociais objetivando alcance econômicos.

No entanto, essa divergência fica de lado quando há um adversário em comum, como no caso de se unirem para combater a exploração proporcionada por agentes imobiliários e turísticos. Este conflito estende-se para outros atores envolvidos com a preservação da APA,

fazendo dele o principal conflito da área de preservação; daí a razão de dedicar-se um espaço maior na sua identificação.

5.1 Assentados e APA Tambaba versus agentes imobiliários e a indústria do turismo

“A água nobre é hoje a do mar – esse mar nuns lugares tão azul e noutros tão verde que banha as areias do nordeste. Iemanjá mesma já não é adorada pelos pretos de Xangô na água dos rios mas principalmente na água do mar.” Gilberto Freyre

Do período colonial até as primeiras décadas do século XIX, para a sociedade da época, principalmente na região nordeste, o mar, as praias eram locais de “se atirar lixo e o excremento das casas; de se enterrar negro pagão; se deixar bicho morto; se abandonar esteira de bexiguento ou lençol de doente da peste.” (FREYRE, 2004.p. 72) Situação que mudou com a ideia de que os banhos em água salgada do mar eram um processo terapêutico. Mas é no início do século XX, que o banho de água salgada começa a perder o *status* de terapia se tornando uma atividade também de lazer e veraneio que começou pelo Rio de Janeiro e foi se espalhando pela orla do país. As praias passam a ser o destino de banhistas, aumentando a valorização econômica e fomentando a ocupação de novas áreas ainda preservadas e ou destinadas para uma outra função socioeconômica.

O Estado Paraibano saiu atrás na corrida da exploração turística em relação aos outros estados nordestinos. Diferente de estados como, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, onde o litoral é imensamente urbanizado, no litoral sul da Paraíba ainda é possível encontrar praias quase que “intocadas”, fator esse que atrai um grande número de turistas a cada ano, provenientes de vários cantos do país e do exterior.

A exploração turística da região começou a ganhar força na década de 1970 e também com a construção da PB – 008 cujo objetivo era o de desenvolver a região. No caso do território de Tambaba, predominava a função agropastoril e áreas com resquícios de mata atlântica, que foram perdendo força para o turismo de sol e mar, ou seja, o ambiente rural passa também a desempenhar outra e nova atividade, a do turismo.

O turismo na região começa a se desenvolver concomitante aos conflitos agrários, como podemos verificar em Emilia Moreira, pois a ocupação da Fazenda Tambaba ocorreu

em 1986, mesmo ano em que esse imóvel foi dado baixa junto ao INCRA por ter sido considerado como área urbana, pertencente ao perímetro urbano do município de Conde, devido a uma proposta da prefeitura em transformar a área em um polo de turismo ecológico. (MOREIRA, 1997a. p. 44 e 61)

Nesse estudo, o recorte espacial compreende a área do Assentamento e seu entorno, parcela da APA Tambaba, onde se localizam as duas praias mais lindas e visitadas no Estado Paraibano – Praia de Coqueirinho e a Praia de Tambaba – Coqueirinho por sua beleza cênica com matas e falésias, Tambaba também um cenário paisagístico natural acrescido de um outro atrativo: o espaço destinado a prática do naturismo. Ambas as praias estão muito próximas do Assentamento Tambaba que tem vias de acesso direto às mesmas.

Como se percebe, o Assentamento Tambaba criado em 1989 tem uma peculiaridade – está situado à beira mar o que transforma sua área, na visão capitalista, em área nobre de grande valor para a especulação imobiliária. Vizinhos ao assentamento, já estão implantados os condomínios Coqueirinho Privê e Tambaba Country Club Resort, ambos os condomínios residenciais de luxo. E ainda em fase de implantação, há mais um mega empreendimento residencial e hoteleiro, o Complexo Ecoturístico Reserva Barra do Garaú. O que para a representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Irmã Tânia³⁰,

É um processo violento, desrespeitoso. Pois sempre foi o objetivo da burguesia que domina a região destinar estas terras à especulação imobiliária. Na época, os conflitos já se deram contrapondo as propostas de loteamentos urbanos. Daí a luta e a resistência das comunidades inibiu um pouco o processo. (Depoimento de Irmã Tânia, 2013)

Ainda nas palavras de Irmã Tânia, a Comissão Pastoral da Terra procura junto aos assentados, nos momentos de formação e reflexão, pautar que essas comunidades estão inseridas em áreas nobres do ponto de vista especulativo e que, historicamente, nos processos de urbanização essas áreas estão destinadas aos ricos e não para os agricultores, camponeses, quilombolas ou indígenas, mas que a permanência dos assentados na terra é uma garantia de sustentação dos mesmos. “(...) a terra para a CPT não é uma mercadoria, é instrumento sagrado que deve estar a serviço da vida.” (Entrevista concedida pela Irmã Tânia, 2013)

Este conflito, assentados e APA Tambaba *versus* agentes imobiliários e indústria do turismo, ronda a região, mas fica implícito. Implícito porque em consequência do passado recente de violência contra os agricultores que ocuparam a fazenda, que resultou no

³⁰ Irmã Tânia - Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra - CPT

Assentamento Rural Tambaba, os agentes imobiliários procuram novos meios, mecanismos que não configurem violência, principalmente física, situação que pode interferir nos lucros futuros.

Um desses mecanismos é tratar com alguns assentados individualmente, na tentativa de convencê-los que a região está em desenvolvimento e o assentamento rural é um empecilho e ou que a urbanização devido ao crescimento imobiliário na região promoverá oportunidades para eles e seus familiares com empregos assalariados e que, portanto, não dependerão mais das atividades agrícolas.

Ainda sobre essa mudança de estratégia na abordagem aos assentados, nota-se que é uma tentativa de desagregar a comunidade, havendo para isso a interferência de agentes públicos e privados, pois são sabedores de que o Governo Estadual ainda não pagou a última parcela da indenização referente à desapropriação da fazenda, ato que ao ser realizado garantirá aos assentados o título de propriedade de seus lotes.

Os assentados José Bispo Neto e Severino Salvino da Silva³¹ contam que até o ano de 2012, era comum a aparição de pessoas se intitulando donos de áreas onde se localiza o assentamento, pessoas essas na grande maioria estrangeira, e que talvez tenham sido vítimas de estelionato ou como se diz na linguagem popular, caíram no conto do vigário.

Para o dirigente, da Associação de Trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba, Solon Farias, nos últimos anos, houve uma diminuição no assédio aos assentados por parte de compradores interessados na área do assentamento e que agora há indícios de novas investidas, com novos argumentos e ou novas propostas, não só de compra mas de parcerias entre os assentados e os empreendimentos imobiliários.

Ainda para Solon Farias, os assentados cientes da localização da área onde estão, sabem que é uma área de grande valor para especulação imobiliária e visada por agentes externos ao assentamento. Para eles, os assentados, o valor da área não pode ser quantificado financeiramente, pois esse pedaço de chão foi conquistado após muita luta e sofrimento.

Segundo a Irmã Tânia, sobre esse assunto “(...) a CPT não tem um trabalho específico com as comunidades no combate a venda dos lotes. Faz parte do conjunto das reflexões desde a luta pela terra a permanência nela, de que a terra é um bem sagrado deixada por Deus para seus filhos tirarem seu sustento.” (Depoimento de Irmã Tânia, 2013)

³¹ Policial aposentado, “Bil Sargento” como é conhecido Severino Salvino da Silva era morador na área onde hoje se localiza o assentamento, participou na organização da ocupação, durante um processo de desocupação abrigou os posseiros em sua propriedade, o resultado desse ato teve como represália a destruição de sua casa e seus móveis queimados.

Num primeiro momento, numa leitura rápida diante do que foi exposto, chega-se a conclusão de que esse conflito – assentados e APA Tambaba *versus* agentes imobiliários e indústria do turismo – se configura num conflito social e não se enquadra como socioambiental. Porém, essa detecção é só aparente, baseada numa visão superficial do que está ocorrendo na região, pois esse conflito não se restringe somente a compra e venda de uma determinada área, ou seja, o que não está aparente é o interesse pelo meio natural da área do assentamento. Isso se confirma pela fala da Sr^a. Sônia Matos Falcão, da Coordenadoria de Estudos Ambientais – CEA/SUDEMA, que ao ser questionada sobre a ocupação imobiliária dentro da APA Tambaba, responde:

Estas atividades acarretam impactos ambientais e socioambientais. Se levarmos em consideração o caso do Assentamento Tambaba, o potencial paisagístico e ambiental do seu território suscita o interesse imobiliário pelas suas terras, e caso não ofereçamos sustentabilidade para manutenção da atividade, estaremos contribuindo para a ocupação desordenada daquele ambiente, e principalmente pela expulsão da população local. (Depoimento de Sonia Falcão, 2013)

O que foi expresso por Sonia M. falcão é encontrado em Ignacy Sachs, quando se refere ao papel dos trabalhadores rurais como agentes de preservação ambiental:

Esse se desdobra num imperativo ecológico. Os camponeses são capazes de fazer serviços ambientais essenciais, de ser os guardiães das paisagens e os gerentes dos recursos de que depende nossa existência – solos, águas, florestas e, por extensão, climas. Evidentemente, será preciso incitá-los e até remunerá-los por essas funções, começando por garantir aos camponeses, que dele são privados, o acesso à terra e aos recursos naturais necessários para viverem. Na falta disso, esses prisioneiros de estruturas fundiárias desiguais terão de se apropriar de modo predatório do mínimo de recursos indispensáveis para sua sobrevivência, ou de emigrar para as favelas. (SACHS, 2010. p.08)

Os assentados, dentro de uma proposta de desenvolvimento sustentável, praticam a agricultura orgânica de subsistência, o que propicia a preservação do meio natural onde vivem. O papel do Assentamento na APA Tambaba, ainda segundo a Sr^a Sonia Matos Falcão, é “Compatibilizar atividade produtiva e a conservação ambiental dos atributos paisagísticos e ecológicos presentes no território da Unidade de Conservação, já que a sua categoria é de Uso Sustentável.” (Depoimento de Sonia Falcão, 2013)

Quanto aos agentes imobiliários, dentro de suas pretensões, buscam no meio rural locais que atendam a nova demanda da sociedade urbana, que vê num retorno à natureza a

fuga do *stress* das cidades ou *status*, já que ser proprietário de uma casa de veraneio ou passar o período de férias em frente ao mar é símbolo de poder. Com isso, vão avançando e loteando áreas com resquícios de Mata Atlântica existentes na APA. Assim,

(...) considerando o parcelamento destas áreas em lotes de 15x30 metros (aproximadamente 450 m²), estas se traduzem em atividades mais impactantes do que as atividades agrícolas, pois promovem a retirada da cobertura florestal, impermeabilização do solo, geração de resíduos, isolamento dos fragmentos florestais, entre outros”. (Depoimento de Sonia Falcão, 2013)

Essas palavras confirmam que a ocupação de veraneio propiciada pela especulação imobiliária e pela demanda turística modifica o ambiente existente para adequá-lo a um modelo urbanizado, onde o terreno é modelado e parcelado de modo a receber casas e lotes. Com isso a vegetação nativa perde espaço nos loteamentos, pois para a abertura e pavimentação de ruas, criação de espaços coletivos, praças, jardins e lagos artificiais, quadras de esporte, transforma-se substancialmente o ambiente.

Nesse sentido, o conflito assentados *versus* especulação imobiliária e indústria do turismo se encaixa nas definições de Carvalho & Scotto e Henri Acselrad sobre conflitos socioambientais, já vistas anteriormente, quando concordam que conflitos socioambientais se originam a partir da oposição entre atores sociais cujos objetivos são incompatíveis em relação às formas de apropriação. Portanto, temos os assentados que trabalham o meio natural de maneira sustentável, com produção agrícola orgânica de subsistência de um lado e do outro lado há os agentes imobiliários que veem no meio natural condições para a especulação capitalista, diante da nova perspectiva da sociedade consumista de voltar ao mundo natural para fugir do meio urbano com todas suas problemáticas.

Isso faz com que se desenvolva um conjunto de ações, visando à apropriação e a transformação da natureza de acordo com as necessidades capitalistas, agregando valor econômico a ela e agindo imperativamente sobre os recursos naturais, não recriando a natureza, mas criando uma valoração para a mesma. Quanto a essa valoração, Milton Santos chama a atenção para o fato de que “a natureza, hoje, é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social”, em meio à globalização da economia, a natureza é globalizada e seu uso “é tão social como o trabalho, o capital, a política”. (SANTOS, 2000, p.18)

A natureza, conforme a lógica consumista da sociedade capitalista é apropriada, transformada em mercadoria, com novos valores e estilos de vida que têm seus consumidores,

seus clientes, naqueles que a comprem e a consomem, ou seja, agora a natureza, o meio natural passa a ser visto como um símbolo, uma imagem de poder, de qualidade de vida, ajudado pelos veículos de comunicação que produzem e reproduzem um conceito de elevado padrão de conforto e lazer com segurança e belezas cênicas, atrativos para os ricos e novos ricos, além de garantirem total sustentabilidade.

Nesse sentido, Maristella Svampa, em estudo pioneiro sobre os condomínios verdes que se tornaram moda em toda a América Latina, em resenha de Regina Horta Duarte, ao falar das diferenças sociais, diz que as

classes médias altas e elites enriquecidas (os “ganhadores”, em contraposição aos “perdedores”, ou “losers”) - passaram a privilegiar amplamente a escolha de habitar em áreas isoladas, protegidas de um “mundo externo” caracterizado negativamente pela insegurança, destruição ambiental e heterogeneidade social. O “mundo de dentro” dos condomínios passou a ser valorizado como local de refúgio verde, contato com o mundo natural, liberdade para os filhos em ambientes seguros. (SVAMPA apud DUARTE, 2011. p. 128)



FIGURA 30 - PERSPECTIVA DO PÓRTICO DO CONDOMÍNIO; “LIMPEZA” E URBANIZAÇÃO DA ÁREA DO CONDOMÍNIO; PERSPECTIVA DA PRAIA ARTIFICIAL. FONTE: [HTTP://WWW.TAMBABACCR.COM.BR](http://www.tambabaccr.com.br)

Esses condomínios “verdes” tão comuns às grandes e médias cidades propagam-se também ao longo do litoral e as praias tornam-se privadas sob o controle de resorts, cujos capitais, na grande maioria, são de investidores internacionais, onde só os “ganhadores” tem acesso. Regina H. Duarte fala que “As portarias de condomínios passaram a integrar nossas paisagens e se transformaram no grande ícone dos folhetos de propaganda imobiliária.” (DUARTE, 2011. p. 129) A isso, acrescenta-se a apropriação e a renaturalização do meio ambiente dentro dos muros como ficam evidentes nas imagens e mensagem de divulgação do empreendimento *Tambaba Country Clube Resort*, conforme figura anterior, (figura 30).

Esse condomínio, assim como outros da região e a maioria dos loteamentos imobiliários destinam-se ao lazer sazonal, trazendo como consequência total desvinculação com o distrito de Jacumã e o município de Conde, onde estão situados e com seus vizinhos mais próximos os assentados, uma vez que sua população é formada por veranistas, turistas residentes em outros municípios, estados ou países. Isso faz com que em altas temporadas, a população de Jacumã seja multiplicada várias vezes, porém o distrito de Jacumã não está preparado para atender toda essa demanda, assim explicitando suas deficiências em vários serviços essenciais como saneamento básico, mobilidade urbana, etc.

Sabe-se, que os loteamentos individuais e os condomínios, geralmente, são criados dentro ou na periferia da Área de Proteção Ambiental – APA Tambaba, demandando de autorização do órgão responsável pela APA, mas é muito comum casos em que os proprietários para burlar e garantirem a liberação de obras, antes de entrarem com o pedido de licença ambiental na SUDEMA, fazem a “limpeza” do terreno, derrubando e queimando a mata nativa. Assim, quando os técnicos/fiscais ambientais chegam ao local encontram somente cinzas e diante da falta de vegetação originária não podem negar a liberação para que se proceda a obra de casas e ou condomínios.

Esse procedimento, de atear fogo para limpar terrenos, fomenta também a divergência entre os assentados e a especulação imobiliária e a indústria do turismo, pois segundo os assentados há uma forte campanha para marginalizar o assentamento e criminalizar os assentados, que pelas palavras deles, essa campanha parte é fomentada por proprietários de estabelecimentos dedicados à exploração turística. Como prova dessa campanha, Solon Farias mostra um jornal denominado Folha do Meio, publicado em 21 de março de 2013, onde o autor da matéria, em dois momentos com texto e fotos, faz alusões, sem deixar explícito quem são os autores, a uma área queimada conforme trechos retirados do jornal:

Ao sair de Tambaba, registrei um crime ambiental que para queimar a mata que fica na fronteira da Área de Proteção Ambiental de Tambaba e o assentamento rural denominado Sítio Tambaba. Para incendiar, sem nenhuma precaução, quatro lotes de 15x35m, os proprietários causaram incêndio que atingiu uma extensão aproximada de 10 hectares. Restaram na área a mesa construída com parte da madeira derrubada, o banco, troncos calcinados e vestígios de uma divertida bebedeira com muitas latas de cerveja. (...) O crime ambiental choca os olhos de quem visita a APA de Tambaba. O assentamento rural denominado Sítio Tambaba virou cinza. Aproximadamente 10 hectares foram queimados para virar lotes de 5x35m. (<http://folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2013/03/tambara238.html>)

Em resposta a essa matéria, em sua defesa, os assentados garantem que a área que foi “limpa” pelo fogo pertence a dois advogados e não está dentro dos limites do assentamento e que em nenhum momento em toda a história do Assentamento Tambaba virou cinzas. São situações como essa que os assentados, na voz de seu presidente, se sentem discriminados.

Como exemplo de conflitos e formas de associação, onde grupos divergentes esquecem, mesmo que temporariamente, suas contraposições e se unem em torno de um novo conflito que os ameaça, pode-se citar a mobilização que está acontecendo entre os atores – grupos sociais – relacionados com a APA Tambaba que se posicionam contra a implementação do Complexo Eco Turístico Reserva Barra do Garaú. Nessa situação, estão unidos os grupos de naturistas, o Assentamento Tambaba, as Associações de moradores, como a Associação de Moradores de Tabatinga – AMATA, os Juremeiros e os donos de pousadas entre outros.

A possível construção desse complexo está movimentando atores numa causa que é comum para eles, a defesa e a preservação do meio natural e também defendendo seus interesses particulares enquanto grupos sociais. O professor André Piva, ao se manifestar sobre o turismo naturista e sobre o que sabe da relação dos naturistas com a APA, diz:

eu vejo uma preocupação muito grande com relação à APA. Eles não pensam só no naturismo na região da praia, eles querem a conservação do local. E até, de vez em quando, eu participo das reuniões deles, dos movimentos, pra defender aquela área, principalmente por causa da ameaça que tá tendo lá, daquela, o projeto Garaú, né? [Complexo Eco Turístico Barra do Garaú. Reserva Barra do Garaú] (...) Chamar aquilo lá de reserva é um acinte à inteligência das pessoas! Na verdade, é um equipamento ameaçador, que vai acabar com aquilo lá, vai agredir. Não é só a questão de você acabar com aquilo lá, com a área, que é de APA, uma área verde. A justificativa deles é que eles vão seguir a lei, vão deixar a reserva ambiental, vão deixar a reserva de mar. Mas aquilo lá não é a área pra isso, aquilo lá é uma área que tem que ser preservada de uma maneira mais efetiva e maior

possível. E mesmo que deixe uma área verde, sempre vai ser muito pouco. Por outro lado, a grandiosidade do equipamento, o número de construções, o número de pessoas que eles vão centralizar ali é muito grande. Entre os condomínios, resorts, tudo, parece que é coisa de uns nove mil leitos, dez mil leitos. É muita coisa! Vai ser uma agressão muito grande. Porque o que nós conhecemos na literatura de turismo, o que nós conhecemos na história de outros resorts, outros equipamentos similares é que atrai muitas pessoas, muitos trabalhadores e acaba favelizando o entorno. E aí criam-se problemas sociais muito grandes em relação à educação, segurança pública, saneamento, mobilidade, então é uma coisa muito complicado. (Depoimento do Prof. André Piva, 2014)

Como se vê, pelas palavras acima, o que está em jogo é muito mais do que a construção de hotéis, pousadas e condomínios. A preocupação dos grupos contrários a esse complexo vai além, eles estão defendendo a APA e assim, ao mesmo tempo, preservando seus modos de vida.



FIGURA 31 - IMAGEM RETIRADA DO VÍDEO APRESENTADO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EIA/RIMA PARA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO. FONTE: GEOCONSULT, 2007.

A partir da imagem acima, visualiza-se em que partes do território Tambaba se localizam alguns dos grupos que se uniram: naturistas, juremeiros e assentados. Conforme a imagem (figura 31), pode se entender um pouco da razão dessa unidade em torno de um conflito socioambiental que os afetará. Segundo esses atores, a implantação do Complexo Eco Turístico Reserva barra do Garaú vai privatizar o acesso à praia de naturismo e ao local de prática da Jurema Sagrada. Quanto à preocupação de alguns assentados, é em relação ao grande tráfego que vai se criar na região e com isso afetar também o modo de vida da comunidade.

5.2 - Impactos ambientais

Nesse recorte, o que se pretende é contextualizar a História Ambiental com os impactos ambientais no Assentamento Tambaba e seu entorno. Para isso, a proposta é apenas a identificação dos impactos ambientais e não a análise dos mesmos, por entender que um estudo que englobe análise de impactos ambientais é muito mais complexo e não se limita a uma ou duas Ciências, pelo contrário, é necessário o envolvimento de várias Ciências que vai das exatas, da natureza, humanas até as sociais. Isso é, numa só análise pode haver a necessidade de envolvimento de cientistas da Antropologia à Economia, da Biologia à Matemática, da História e Geografia à Estatística, bem como a experiência e a sabedoria popular.

O método de *check list*, usado nesse estudo, foi a ferramenta mais básica e também a mais utilizada em estudos preliminares para a identificação dos impactos causados pela antropização.

Sobre as atividades impactantes que ocorrem no assentamento, detecta-se a queima de resíduos, queima para limpeza de terreno, geração de efluentes, produção agrícola, escassez de água para irrigação, abastecimento de água e outra(s) atividade(s) rural (is); turismo e agroindústria.

A queima de resíduos (plásticos, papéis, etc...) é uma prática antiga e utilizada comumente em áreas rurais devido a fatores como: desinformação dos trabalhadores rurais sobre as consequências dessa prática; ineficiência e ou inexistência de coleta domiciliar; separação e destinação de resíduos recicláveis. Não é muito raro, ao chegarmos numa residência rural, encontrarmos um espaço destinado para dispensa de resíduos que de tempo em tempo são queimados para evitar que se espalhem pela propriedade. Porém, como já foi dito, a desinformação leva à queima dos resíduos, causando com isso o aumento de concentração de gases na atmosfera, a alteração da paisagem. Essa atividade, segundo o presidente da Associação dos trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba, Solon Farias, não mais existe dentro do assentamento, devido ao fato de que desde 2010 a prefeitura do município de Conde disponibiliza a coleta de resíduos e as “manchas” de cinzas e sacolas plásticas e garrafas PET que ainda são visíveis em alguns pontos é reminiscência dessa atividade anterior à coleta. Porém, outro assentado, o “Bil Sargento”, é categórico em afirmar que ele queima os resíduos sólidos de sua propriedade.

Outro processo impactante é a queima para limpeza de terreno que, conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva, “historicamente coube ao fogo o primeiro papel de recurso técnico capaz de ser utilizado em larga escala como poupador de trabalho” (SILVA 1997, p. 213). Essa prática, assim como a queima de resíduos, causa a concentração de gases e a alteração na paisagem. Entretanto, há diferenças, pois no caso dos resíduos sólidos a queima geralmente acontece num mesmo local, enquanto que a queima para limpeza de terreno é para atender a produção agrícola e, assim, o fogo atinge uma área maior, propiciando a fuga da fauna e a redução da flora. Os defensores dessa prática alegam que o uso do fogo renova o solo e gera uma nova biodiversidade. Essa atividade já era praticada pelos nativos e foi empregada pelos portugueses quando trouxeram a cana para o Brasil e, assim “empregou-se quase as mesmas técnicas dos tupis e valendo-se da surpreendente fertilidade inicial da biomassa florestal reduzida a cinzas.” (DEAN, 1996. p. 74)

Já as vozes discordantes negam que o fogo, a coivara possa gerar biodiversidade, como podemos observar em Regina Horta Duarte ao se referir a Fábio Olmos:

Cientistas como Fábio Olmos afirmam que é um engano muito grande achar que a agricultura de coivara gera biodiversidade, como se ela favorecesse a criação de espécies. Na verdade, em áreas limitadas ela agiria no sentido oposto e excluiria os seres vivos cuja sobrevivência só é possível em florestas maduras. As espécies favorecidas seriam aquelas que, oportunamente, ocupariam o lugar daquelas em extinção e teriam uma sobrevivência garantida mesmo em matas secundária. Assim, seria incorreto dizer que essas populações vivem em harmonia com as espécies existentes. Essa convivência se dá, na verdade, apenas com as espécies mais resistentes e de difícil extinção, pois as outras já foram extintas há muito tempo. (DUARTE, 2005, p. 49)

Nas conversas com assentados, sempre que perguntados sobre a queima para a limpeza do terreno com o intuito agrícola, a resposta foi negativa e acrescentada de críticas às práticas de limpeza de terrenos para construções imobiliárias dentro da APA.

Na produção agrícola, não são só as queimadas que causam impactos ambientais, existem outros fatores como o uso de agrotóxicos tanto – fertilizantes – para aumentar/melhorar a produção como – herbicidas e pesticidas – para livrar a produção de “pragas” indesejáveis.



FIGURA 32 E 33 - USO DE FOGO PARA LIMPEZA DE ÁREA E QUEIMA DE RESÍDUOS EM PARCELAS DO ASSENTAMENTO. FOTOS: SOARES, R. L., 2013

Quando perguntados sobre o uso de agrotóxicos, a resposta é também negativa. Porém, vizinho ao assentamento, há uma plantação de bambu, que segundo Severino Salvino da Silva (Bil sargento), fazem uso direto de agrotóxicos e que já afetou cursos de água usados também pelos assentados.

Outro dia desci ali para pegar água. O dono me disse que lá não era lugar de pegar água, porque as terras são dele. Eu respondi...a água é de todos e disse que ia pegar do mesmo jeito. Noutro dia voltei lá ...entrei na água e tive que sair pois começou a me coçar nos braços e nas pernas. Ai, olhei para a beira d'água e vi que estava branco de veneno. Ele fez isso de propósito, para ninguém mais tirar água de lá. Deve ser o mesmo veneno que ele usa nos bambus. (Depoimento de Severino Salvino da Silva, 2013)

Ainda, segundo os assentados, são sabedores de que a utilização desses produtos não condiz com o que eles pensam, ou seja, a produção orgânica que teve início na experiência do Projeto Mandala. Esse projeto, inicialmente, foi produtivo, mas posteriormente devido a alguns problemas estruturais somados a estiagem que ocorreu na região foi abandonado.

Essa Mandala foi criada esse projeto, onze mandalas, ou foi doze, com a mandala mãe, no assentamento, na área comunitária. Dali, água pras outras mandalas. O poço não conseguiu dar vazão suficiente pra mandala e abastecer essa mandala. Aí começou a quebrar, quebrar, quebrar a bomba. E começou esvaziar demais e vim terra, e dá problema na bomba. E daí parou, a comunidade parou, o poço quebrou e a comunidade decidiu, avaliou que não tinha futuro. Tem nem água pra beber, e aí? Conseguimos ajeitar o poço. E daí veio o problema da mandala não continuar, um dos problemas foi isso. (Depoimento de JAILSON, 2013)

Não há agricultura ou sobrevivência sem água, com um só poço artesiano a água do assentamento ou era destinada à agricultura ou ao consumo humano o que se tornava mais

complicado em períodos de estiagens, forçando os assentados a escolherem em terem água em casa do que manter o projeto.

Outra atividade que causa impactos é o turismo, dentro do assentamento e no seu entorno. A proximidade com a praia e todo o espaço de mata preservada do assentamento fazem com que bugueiros realizem trilhas com turistas, afetando não só a flora e a fauna como também o aspecto visual da paisagem, pois nem todos são orientados para não jogarem resíduos no chão. Conforme os assentados, não são eles que jogam garrafas plásticas, principalmente de água mineral. Sua justificativa é que eles não têm necessidade e nem condições de irem para a roça levando garrafinhas de água, refrigerantes ou sucos.



FIGURAS 34 E 35 - NA 1ª FOTO, UM SACO PLÁSTICO NUMA TRILHA DE TURISTAS DENTRO DO ASSENTAMENTO; NA 2ª FOTO CAMINHO ABERTO POR GUIAS PARA CHEGAR COM TURISTAS A BEIRA DA FALÉSIA SEM DESCEREM DO CARRO. FONTE: SOARES, R. L., 2013.

Conforme o Vice-presidente da Associação, José Fernandes (Bebé), esse material – sacolas, garrafas, copos, latas e embalagens de alimentos entre outros – espalhados pelo assentamento são descartadas por turistas que circulam pelo assentamento e seu entorno.

No caso das habitações, os impactos causados pela geração de efluentes, segundo o presidente da Associação, Solon Farias, já estão sendo mitigados, pois as casas de taipa estão sendo substituída por casas de alvenaria projetadas com saneamento básico, com sistema de captação e dispensa de efluentes domésticos. Esse mesmo projeto habitacional atende uma exigência do órgão financiador sobre a destinação correta das sobras dos materiais de construção, a “metralha”.

Quanto à alteração da paisagem, nas palavras do assentado Solon Farias são: “O que é mais correto, nós construirmos uma vez só a casa de alvenaria já com as fossas de esgoto ou vivermos em casa de taipa a vida toda, sem saneamento básico e todo ano ter que cortar a mata para reconstruir, reformar a casa de barro?” (Depoimento de Solon, 2013)

Para Jailson Pereira, os impactos ambientais praticamente não existem dentro do assentamento, há uma ou outra atividade que polui, mas depois que foi criada a APA houve conversas sobre a “Questão da conscientização do meio ambiente, né? Mais a questão de conscientização do meio ambiente, a preservação, valorização do meio ambiente, da área de preservar e tudo mais”. (Depoimento de Jailson, 2013)

Como se pode observar, foram listados alguns impactos ambientais mais comuns de acontecerem numa comunidade rural. Esses impactos foram identificados a partir de visitas a campo, ao mesmo tempo em que se ouvia a versão dos trabalhadores rurais pertencentes ao Assentamento Tambaba, num universo pequeno se comparado à dimensão da APA.

5.3 - Desenvolvimento Sustentável no Assentamento e APA Tambaba

Enquanto não rompermos com o velho paradigma de desenvolvimento capitalista, vamos ver que nossas relações com o meio natural estão diretamente ligadas à exploração dos recursos naturais, cuja base é a produção de bens que atendam a sociedade cada vez mais consumista, por meio da exploração do Homem pelo Homem e da natureza pelo Homem. Nesse sentido, a razão instrumental, que se fundamenta na dominação e controle da natureza e dos seres humanos, influencia no modo como nos relacionamos com o meio ambiente e a percepção que temos do mesmo, construindo e reconstruindo, nos diversos momentos da história, nosso território.

É esse construir e reconstruir que leva grandes incorporadoras de capital transnacional a investirem em projetos com apelos de sustentabilidade. Essas empresas ao mesmo tempo em que promovem um desenvolvimento desumano em áreas urbanas, criam cidades privadas em áreas rurais com discursos publicitários, chamando os ricos e os novos ricos a terem uma vida no campo. Dessa forma, vão se apropriando da natureza como é o caso do que vem ocorrendo na APA Tambaba.

Como visto em outro momento, dentro da APA Tambaba, na parte pertencente ao Município de Conde, há dois condomínios instalados e mais um em projeto. São condomínios que fazem uso do discurso verde para especularem economicamente em cima da natureza. Esse tipo de discurso pode-se ver na imagem abaixo que faz parte do portfólio do Tambaba Country Club Resort.



FIGURA 36 DIVULGAÇÃO COM ÊNFASE NO TERMO “SUSTENTABILIDADE”.

FONTE: [HTTP://WWW.TAMBABACCCR.COM.BR](http://www.tambabacccr.com.br)

Quanto ao outro empreendimento, que tem um nome pomposo e preocupado com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, o Complexo Eco Turístico Reserva Barra do Garaú não só vai causar impactos ambientais como também impactos sociais na região.



FIGURA 37 - PERSPECTIVA VIRTUAL DO COMPLEXO ECO TURÍSTICO RESERVA BARRA DO GARAÚ. IMAGEM RETIRADA DO VÍDEO APRESENTADO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EIA/RIMA PARA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO. FONTE: GEOCONSULT, 2007

O que se verifica na região é que esses empreendimentos se instalam com aval do poder público, se apropriam dos meios naturais. Para a população local, eles vendem a ideia de desenvolvimento econômico e para os clientes vendem a “vida junto à natureza”, onde só as classes média e alta ou os ricos e novos ricos podem usufruir.

Rodrigues (1997.p. 65), ao se referir aos grandes projetos imobiliários destinados à indústria do turismo no litoral nordestino, afirma que estão bem próximos de um contexto de insustentabilidade ambiental e social, porque a partir do momento em que esses mega empreendimentos vão sendo implantados, vai se alterando a paisagem e a estrutura local; vai se criando espaços artificiais fora do contexto real da localidade, ao mesmo tempo em que eliminam o visual da pobreza e também as possíveis trocas culturais entre nativos e turistas.

Nesse sentido, o Prof. Piva aponta para a possibilidade de que sejam implantados na região, mais precisamente no Assentamento Tambaba, o turismo comunitário, aproveitando as características socioambientais dessa comunidade.

Eu vi nesse assentamento uma grande possibilidade, uma grande potencialidade para ter o turismo comunitário. Na Paraíba, até hoje, não tem um equipamento de turismo comunitário funcionando pra valer. Uma área onde os próprios moradores são os agentes promotores, são executores do próprio turismo local. No caso, nós temos que lembrar que o turismo comunitário tem a base nisso. Os próprios moradores que fazem acontecer o turismo. Eles que são proprietários dos equipamentos turísticos, das pousadas domiciliares, dos restaurantes domiciliares, das atividades de passeio, da produção de artesanato e assim por diante. Então, eu vi ali um local ideal pra ter turismo comunitário. Eu até pensei num projeto...

(...) Eles poderiam construir ali, porque tem áreas nas casas deles. Porque a concepção de turismo comunitário em termos de hospedagem é que você tenha a pousada domiciliar. Só que uma pousada domiciliar com limite. Você não pode ter muitos quartos, muitos apartamentos. O limite parece que é cinco. Eles poderiam construir, do lado das suas casas, pequenos apartamentos simples, mas com conforto, com higiene, pra receber os turistas. Oferecer o café da manhã, oferecer a receita. Isso daí é renda. Isso daí tem vários locais do Brasil fazendo isso. (Depoimento do Prof. André Piva, 2014)

Sobre esse mesmo tema, o de desenvolvimento dentro do assentamento, a potencialidade é grande, incluindo que essa potencialidade de turismo comunitário é favorável para se trabalhar financiamentos e projetos que orientem a capacitação receptiva, transformando a área dessa comunidade em ponto de recepção, de mais uma porta para a entrada de turista às Praias de Coqueirinho e Tambaba.

Então, eu vi ali uma potencialidade muito grande de estabelecer o turismo comunitário. Onde é uma vantagem fazer os projetos e as questões de financiamento, orientar o pessoal pra ver como eles deveriam proceder, criar uma associação, pra ver quais atividades turísticas eles poderiam fazer ali. Porque ali, também, podiam, a partir dali, levar o pessoal pra praia, pra fazer os passeios. Quer dizer, funcionava como agente receptivo também. Tanto hospedar o pessoal, proporcionar meios de alimentação, como também proporcionar as atividades.(...) Eles poderiam, ali, por exemplo, ter a agência receptiva deles, pra que levasse o turista pra conhecer as redondezas, pra ir

pra praia, fazer roteiro de praias, aquelas praias do Conde.(Depoimento do Prof. André Piva, 2014)

O turismo comunitário, proposto pelo Professor André Piva, não se limita apenas aos roteiros de praia, há também outras formas sustentáveis para o desenvolvimento do assentamento, outros atrativos como as

... trilhas, caminhadas, poderiam instalar equipamentos de turismo de aventura, como rapel, escalada. Muitas atividades. Poderia ter lugar de cavalgada. (...) Então, ali é o local ideal, porque é um local bonito, lugar chamativo, lugar perto de praias paradisíacas. Ali eles teriam, eles têm a configuração sociogeográfica ideal pra isso daí. (Depoimento do Prof. André Piva, 2014)

No decorrer dessa pesquisa, foi falado sobre o Projeto Mandala. Esse projeto que tende a ser retomado, recolocado em funcionamento, é outra alternativa de geração de emprego e renda dentro do assentamento numa concepção sustentável, onde a produção orgânica de hortifrutigranjeiros seja o fator de desenvolvimento social desses agricultores.

Outubro de 2013, numa breve reunião dos representantes da Associação dos trabalhadores Rurais do Sítio Tambaba com representantes da SUDEMA, por ser a responsável pela implantação do projeto, houve um acerto para retomada do Projeto Mandala, com o intuito de aumentar a produção de hortifrutigranjeiros orgânicos, para que além de seus sustentos possam, com o excedente, atender a demanda de algumas pousadas da região. Desse modo, se estaria colocando em prática a justificativa do decreto de desapropriação, de que na área fosse criado um “centro de população agrícola, voltado para a produção de hortifrutigranjeiros dirigida ao abastecimento da grande João Pessoa”. (ANEXO 07)

Assim, vamos encontrar em Ignacy Sachs, a afirmação de que os pequenos agricultores são “guardiões das paisagens” ao mesmo tempo em que são os responsáveis pelo gerenciamento dos recursos naturais e para isso, inicialmente, devem ter garantido o acesso à terra e também aos recursos do meio natural, para evitar que esses mesmos atores se apoderem predatoriamente do meio ambiente. (SACHS, 2010. p. 28) Esse autor defende ainda que o desenvolvimento rural seja socialmente incluyente e ambientalmente justo, mas para que isso ocorra há a necessidade de capacitação ecológica de agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio dessa pesquisa foi o de escrever a história do Assentamento e da APA Tambaba considerando os aspectos ambientais e para que isso se concretizasse, buscou-se aporte na História Ambiental e na História Oral.

A História Ambiental proporcionou a compreensão da necessidade de diálogos com outras áreas de estudos, principalmente com a Ecologia, bem como mostrou alguns caminhos para que os pesquisadores históricos ambientais possam usar como referência em suas pesquisas. Um desses caminhos é o que foi utilizado para esse estudo, o uso da História Ambiental que foca seu olhar na esfera local, numa área territorial reduzida, onde é e foi possível fazer não só a análise, mas resgatar a história de uma comunidade, da mesma forma que foi possível ainda, sob essa mesma perspectiva, conhecer a história de uma área de preservação ambiental.

No mesmo sentido, a História Oral serviu como uma ferramenta fundamental para que a história da APA e do Assentamento fosse escrita não só com documentos materiais e sim com as vozes de seus protagonistas. Nesse estudo, História Ambiental e História Oral se fizeram presente praticamente do início ao fim e em alguns momentos como se fossem uma.

Essa contextualização histórica ambiental só pode se concretizar, justamente pela abertura que existe na História Ambiental em dialogar com outras áreas de estudo, que nesse caso as conversas se deram principalmente com as Ciências Sociais e com as Ciências da Natureza. Essa dinâmica de interdisciplinaridade possibilitou interações da História com a Sociologia, Geografia, Antropologia, Biologia e Ecologia.

Essa quase simbiose entre as Ciências Humanas, com as Ciências Sociais e as Ciências da Natureza teve papel preponderante na identificação dos atores sociais e naturais que permeiam essa pesquisa. É a partir do conhecimento desses atores que foi possível trabalhar historicamente, ou seja, contar a história da APA e do Assentamento.

Portanto, o que se conclui em relação à “biografia” da APA é que desde o decreto de criação, o dia de seu nascimento, até o presente – fevereiro de 2014, ainda não existe o zoneamento ecológico-econômico, mesmo existindo propostas acadêmicas para isso. A APA ainda não tem seu “manual de instrução”, o que permite usos e abusos em seu território. Conclui-se também, que a APA ainda existe porque encontra amparo na resistência e resiliência de grupos sociais inseridos em seus domínios, porque se dependesse do poder público, com raras exceções como o CEA/SUDEMA, esse território seria um enorme canteiro de obras para construções de condomínios.

Quanto aos grupos sociais da APA, cabe externar o que se concluiu sobre um grupo social específico, mas de singular importância para esse trabalho, os assentados do Assentamento Tambaba. O que se percebeu foi que a falta de perspectiva e o anseio por uma parcela de terra levaram essas

peessoas a ocuparem uma área que, posteriormente, foi verificado não ser boa para a agricultura. Além disso, a área escolhida era a terra prometida para especuladores imobiliários. No entanto, entre mandos e desmandos, a persistência desses agricultores prevaleceu: conquistaram um local para viverem, mas não a garantia de ali permanecerem. Percebe-se, também, o “caldeirão fervilhante” que existe entre os assentados, o que pode representar, caso receberem em definitivo a posse da terra, o fim dessa comunidade, pois paira no ar a possibilidade de um ou outro agricultor vender sua parcela para agentes imobiliários e ou para a indústria do turismo.

Referente à sustentabilidade, o que se conclui, de maneira geral, é que atitudes que vão de encontro a um desenvolvimento sustentável, por mais benéficas que sejam não passam de paliativos pontuais, bem como a mitigação dos impactos existentes no assentamento e no seu entorno.

Para encerrar, deixando de lado um pouco o discurso pessimista, diante do que se observou, entende-se que o principal projeto e que se faz urgente é a educação ambiental, não só para os assentados, mas para a grande maioria das pessoas residentes na APA. E aqui, não se está falando da educação que se limita a “matéria de ciências” do ensino fundamental, pelo contrário, o que se pretende é que a educação ambiental perpassasse as diferenças acadêmicas para atingir comunidades e ou grupos sociais e, aí sim, esses atores é que escolherão qual o modelo de vida sustentável lhes é melhor.

No início dessa trajetória, foi cobrado qual seria a contra partida dessa pesquisa para a sociedade. Em resposta, pode se dizer que retorno material nunca foi se quer cogitado, da mesma forma apontar caminhos e soluções – não se teve por objetivo brincar de prefeito ou vereador. O que pode ser colocado como resposta, ou melhor, como retorno para a sociedade é a contribuição da História que tem o papel de não deixar que se apaguem da memória as conquistas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____. **Manual de história oral** 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005b.

ALMEIDA, H. de. **História da Paraíba** João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1978 V. II (Documentos Paraibanos, 7)

ALMEIDA, N. V. **Proposta de Zoneamento Ecológico Econômico para a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Tambaba-Paraíba**. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado) Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPB.

ALMEIDA, N. V.; NISHIDA, A. K.; LIMA, E. R. V. de. Sistema de Informação Geográfica na Avaliação da Vulnerabilidade Física da Área de Proteção Ambiental de Tambaba – PB **Gaia Scientia**, 2008, 1. (2): 73 a 87

Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia>> acesso em: 21/06/2013

BARBANTI JR, O. **Conflitos Socioambientais: teoria e prática**. In ANPPAS, Indaiatuba, São Paulo, 2002.

BARBOSA, E.M.; AGUIAR, J. O.; BURITI, C. de O.; SOUSA NETO, J. B. de. **História Ambiental e Direito Ambiental: Diálogos possíveis**. Campina Grande: EDUEFCG, 2010.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 7 ed. São Paulo: Cia da Letras, 1999.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985/2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 23/11/2012.

BRITO, D. M. C.; BASTOS, C. M. C. B.; FARIAS, R. T. S. de; BRITO, D. C.; CASTRO DIAS, A. de. Conflitos socioambientais no século XXI. In **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável) In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001

CAVALCANTI, M. H. P. **Uma História do Conde**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.

CORBIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **O nascimento da CPT** Disponível em www.cptnacional.org.br. Acesso em 13/04/2013.

CROSBY, W. A. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900 – 1900. Trad. José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata atlântica brasileira. São Paulo. Companhia das Letras, 1996

DIEGUES, A. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**, jan/jun. 1992, v. 6, 1 e 2.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas , fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177 - 197

DUARTE, R. H. **História & natureza**. Belo Horizonte; Ed. Autêntica, 2005.

_____. Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados. **Revista Porto**. Natal – RN, UFRN. v. 1, n. 1. p. 127. 2011. Resenha.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: < <http://www.apadescavado.cnpm.embrapa.br/unidade.html> > Acesso 12/ 11/2012

FARIA, C. **Unidade de conservação**. In. <http://www.infoescola.com/meio-ambiente/unidade-de-conservacao/>, 2012.

FREITAS, S. M. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/EFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7 ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GONÇALVES, R. C. **Guerras e açucares**: política e economia na Capitania da Parayba. Bauru, SP: Edusc, 2007.

HAGUETTE, M. T. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HISTÓRIA da conquista da Paraíba. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

KLANOVIVZ, J. História oral e história ambiental no sul do Brasil: estudo de caso sobre a fruticultura em Fraiburgo. In. **Dossiê - História, natureza, cultura e oralidade – II**. v. 15, n. 1. 2012

LAGO, A. C. do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília, Instituto Rio Branco, 2006.

LEITE, R. P. **Cidades, Consumo e Enobrecimento Urbano no Brasil e em Portugal**. Latin American Studies Association - LASA, Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, F. C. Educação e Sustentabilidade: Possibilidade e falácias de um discurso. In Anais do **I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba – SP 2002.

LINHARES, M. Y. História agrária. In. Cardoso, C. F.; Vainfas, R. (Orgs). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 17ª impr.

LITTLE, P. Os Conflitos socioambientais: um Campo de Estudos e de Ação Política. In BURSZTYN, M. (org.) **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004

LORD – Empreendimentos Imobiliários Ltda. **EIA/RIMA – 2010**. Disponível em: <www.sudema.pb.gov.br> acesso em: 11/10/2013.

MARTINEZ, P. H. **História Ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção questões da nossa época; V. 130)

_____. **História ambiental: um olhar prospectivo** Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011

MEDEIROS, L. S.; SOUSA, I. C. de; ALENTEJANO, P. R. R. **O promissor Brasil dos assentamentos rurais**. Proposta, Rio de Janeiro, v. 77, n. 8, p. 54-63, jun./ago. 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>> Acesso em 2012

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MOREIRA, E. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

_____. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Univesitária/UFPB, 1997.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras. **Nossa História**. Disponível em www.mst.org.br Acesso em 15/03/2013

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. BURSZTYN, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-105.

NEVES, S. M; NEVES, M. M. **Ocupação humana e a probabilidade da presença se sítios arqueológicos do tipo sambaqui no litoral da Paraíba**. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 2, Set. 2010

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. In.: **Estudos avançados – Dossiê Teorias socioambientais**. Vol. 24, Nº 68. São Paulo, USP, 2010. P. 81 – 101

PERALTA, R. L. ANDRADE, M. O. **Direitos quilombolas e acesso às políticas públicas (sociais): reflexos sobre a configuração da paisagem de uma comunidade no brejo paraibano** CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Número 17 – Março de 2011

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecilia Franca. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec. 1997.

SACHS, I. Barricada de ontem, campos de futuro. São Paulo: USP. **Estudos Avançados** 2010, v. 24, n 68 – Dossiê Teorias socioambientais.

SACHS, W. **O Memorando de Johannesburgo - Justiça num mundo frágil**: Memorando para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro. Fund. Heinrich Böll, 2002.

SANTOS, M. L. F.; SOUSA, L. H. G.; SILVA NETO, C. F. da. **Análise do uso e ocupação do solo da Área de Proteção Ambiental Tambaba – litoral sul da Paraíba**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.4526 – 4532

SANTOS, M. **Território e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCHEREINER, D. F. **Cotidiano, Trabalho e Poder**: A formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. 2 ed. Toledo – PR: Toledo, 1997.

SILVA, F. C. T. História das paisagens. In: Cardoso, C. F.; Vainfas, R. (Orgs). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 17ª impr.

SILVA, J. de S. e. **As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas** In: <http://www.observatoriodefavelas.org.br> Acesso em 02/03/2013

SIMMEL, G. **Sociología**: Estudios sobre las formas de socialización. Madri, Alianza 1977. v. 1

_____. **Sociologia** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1993. v. 34

SOFFIATI, A. Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 13-26, jul./dez. 2008. Editora UFPR

SOLANO, F.E. Prefácio. In: RODRIGUES, A.F.; SILVA, E.; AGUIAR, J.O. (Org.) **Natureza e cultura nos domínios de Clio: história, meio ambiente e questões étnicas**. Campina Grande: EDUEFCG, 2012.

SVAMPA, M. **Los que ganaron**: la vida en los countries y barrios privados. 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. Resenha de: DUARTE, R.H. Los que ganaron: La vida em lós coutries y Barrios privados. Revista Porto, 2011, n. 01, p. 127-130.

TAUK-TORNISIELO, S. M. (Org.) **Análise Ambiental**: estratégias e ações. Rio Claro: T.A. Queiroz; Fundação Salim Farah Maluf, 1995.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800) São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**: História Oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 4. n. 8, 1991.

VILANOVA, M. Pensar a subjetividade: estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, M. de M. (Org.). **História Oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1992.

ANEXOS

ANEXO 01 – Modelo de entrevista aberta.....	114
ANEXO 02 – Jornal O Norte de 15 de agosto de 1986.....	115
ANEXO 03 – Jornal O Norte de 15 de agosto de 1986.....	116
ANEXO 04 – Jornal O Norte, do dia 12 de agosto de 1986.....	117
ANEXO 05 – Ação de Desapropriação 1992.....	118
ANEXO 06 – Jornal O NORTE, 04 de maio de 1989.....	119
ANEXO 07 – Decreto de desapropriação.....	120
ANEXO 08 – Razões finais em memorial INTERPA 2001.....	121
ANEXO 09 – Autorização INTERPA.....	124
ANEXO 10 – Decreto Estadual 13 de setembro de 2005.....	125
ANEXO 11 – Abaixo-assinado.....	126
ANEXO 12 – Decreto Municipal N°276 de 25 de janeiro de 1991.....	128
ANEXO 13 – Lei N° 256/2002.....	129

ANEXO 01

Modelo de entrevista aberta utilizada nas entrevistas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE- PRODEMA
Campus Universitário I, Cidade Universitária. João Pessoa - PB



Dados do Entrevistador e do Projeto

Nome: _____ Data: _____

Nome do Projeto: Assentamento e APA Tambaba à guisa da História

Dados do Depoente:

Nome Completo:

Local e data do nascimento:

Endereço:

Profissão:

Ficha Técnica nº

Local da entrevista:

Tema:

Identificação.

Qual a sua trajetória de vida até chegar no assentamento?

Pode contar a história da ocupação da fazenda Tambaba?

Como é a vida no assentamento?

Como é ser agricultor no assentamento que está dentro da APA?

O que pensa sobre preservação ambiental?

O que pode dizer sobre a exploração turística no assentamento?

O que pode contar sobre a APA?

ANEXO 02

Jornal O Norte de 15 de agosto de 1986, p. 6

Sistema Impacto vai para outras cidades

Benefícios dos computadores, através de uma rede de computadores, estão sendo aproveitados por estudantes de Engenharia de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para desenvolver um sistema de controle de tráfego aéreo. O projeto, desenvolvido por estudantes de Engenharia de Física da UFRJ, tem como objetivo desenvolver um sistema de controle de tráfego aéreo, capaz de controlar o fluxo de aeronaves em um determinado espaço aéreo, evitando colisões e otimizando o tempo de voo. O sistema, desenvolvido por estudantes de Engenharia de Física da UFRJ, tem como objetivo desenvolver um sistema de controle de tráfego aéreo, capaz de controlar o fluxo de aeronaves em um determinado espaço aéreo, evitando colisões e otimizando o tempo de voo.

Sinfônica fez hoje concerto para jovens

Hoje, a partir das 19h, no Rio de Janeiro, a Sinfônica fez um concerto para jovens. O concerto foi realizado no auditório da Sinfônica, com a participação de jovens músicos locais. O programa do concerto incluía obras de compositores brasileiros e estrangeiros, com destaque para a música contemporânea. O concerto foi muito bem recebido pelo público jovem, que se mostrou muito interessado em acompanhar a apresentação.

Trabalhadores de Tambaba vêm pedir a desapropriação da área

Os moradores da Tambaba, uma comunidade localizada no município de São Paulo, vêm pedindo a desapropriação da área onde se encontra a comunidade. Os moradores afirmam que a área é de interesse público e que a desapropriação é necessária para a construção de uma obra de infraestrutura. Os moradores também afirmam que a área é de interesse público e que a desapropriação é necessária para a construção de uma obra de infraestrutura.

Delegado vai ao local para diálogo

O delegado de polícia vai ao local para estabelecer um diálogo com os moradores da Tambaba. O delegado afirma que o objetivo é entender as necessidades dos moradores e buscar uma solução para o problema. O delegado também afirma que o objetivo é entender as necessidades dos moradores e buscar uma solução para o problema.

Dagoberto

Um texto sobre o escritor Dagoberto, destacando sua obra e sua importância para a literatura brasileira. O texto afirma que Dagoberto é um dos maiores escritores brasileiros e que sua obra é muito importante para a literatura brasileira. O texto também afirma que Dagoberto é um dos maiores escritores brasileiros e que sua obra é muito importante para a literatura brasileira.

Mauro Ferman

Um texto sobre o escritor Mauro Ferman, destacando sua obra e sua importância para a literatura brasileira. O texto afirma que Mauro Ferman é um dos maiores escritores brasileiros e que sua obra é muito importante para a literatura brasileira. O texto também afirma que Mauro Ferman é um dos maiores escritores brasileiros e que sua obra é muito importante para a literatura brasileira.

Aspas quer que Cobal distribua carne logo

Aspas quer que Cobal distribua carne logo. O texto afirma que Aspas quer que Cobal distribua carne logo e que isso é muito importante para a população. O texto também afirma que Aspas quer que Cobal distribua carne logo e que isso é muito importante para a população.

Santa apronta Café chega e participa do coletivo

Santa apronta Café chega e participa do coletivo. O texto afirma que Santa apronta Café chegou e participou do coletivo e que isso é muito importante para a comunidade. O texto também afirma que Santa apronta Café chegou e participou do coletivo e que isso é muito importante para a comunidade.

Au vai

Au vai. O texto afirma que Au vai e que isso é muito importante para a comunidade. O texto também afirma que Au vai e que isso é muito importante para a comunidade.

Os jogc

Os jogc. O texto afirma que Os jogc e que isso é muito importante para a comunidade. O texto também afirma que Os jogc e que isso é muito importante para a comunidade.



Adon, acorçoso, atrevido, que não temia a fúria do velho, não se deu por vencido. Quando viu que não conseguia mais fazer nada, começou a chorar e a pedir misericórdia. Mas o velho não se compadecia dele. Continuava a bater e a insultar. Quando o velho viu que não conseguia mais fazer nada, começou a chorar e a pedir misericórdia. Mas o velho não se compadecia dele. Continuava a bater e a insultar.

*grado roubando
naton vigilante*

[illegible]

ciário é preso ap
nciado por furt

With greve

**Contram acaba
com os testes
psicotécnicos**

El profesor doctor de Teología Pedro
López, quien también es profesor de
teología en la Universidad de Navarra,
añade: «Son personas que están
desorientadas por la falta de formación
teológica y filosófica que han recibido,
pero a su vez, en la Iglesia, han
recibido una formación teológica y
filosófica que les ha permitido
comprender la importancia de la
teología y la filosofía en la vida
cristiana».

• **Stiffness:** Stiffness is the resistance of a material to deformation. It is a measure of the material's ability to resist changes in shape or size under the influence of an applied force. Stiffness is often quantified by the modulus of elasticity, which is the ratio of stress to strain.

the following: The literature on the use of abstracts for the purpose of screening or selecting articles for a research project is limited. The purpose of this study was to determine the use of abstracts in the selection of articles for a research project by a sample of researchers in the field of nursing.

Bota estrei

Actual (g/100g)

[illegible]

Hospitais universitários recebem Cz\$ 170 milhões

de 1990, a maioria dos países em desenvolvimento não conseguiu atingir a meta estabelecida no ODI 1990, a qual consistia em reduzir a pobreza extrema para menos de 10% da população. No entanto, a maioria dos países em desenvolvimento conseguiu atingir a meta estabelecida no ODI 1990, a qual consistia em reduzir a pobreza extrema para menos de 10% da população.

Abandonou causa interdição

Para entender os que pensam assim, é necessário, primeiramente, a compreensão da "ideologia" que os permeia. O pensamento da esquerda não se baseia no conceito de liberdade humana, mas sim na liberdade social. Para eles, a liberdade humana é apenas um conceito abstrato, que não pode ser aplicado à realidade. A liberdade humana é apenas um conceito abstrato, que não pode ser aplicado à realidade. A liberdade humana é apenas um conceito abstrato, que não pode ser aplicado à realidade.

estabelece participação atômica limitada e uma estrutura jurídica "sem equívocos e ambigüidades", e colhe o reconhecimento de longa data de que os procedimentos relativos à posse de terras em povoados mineros são inadequados.

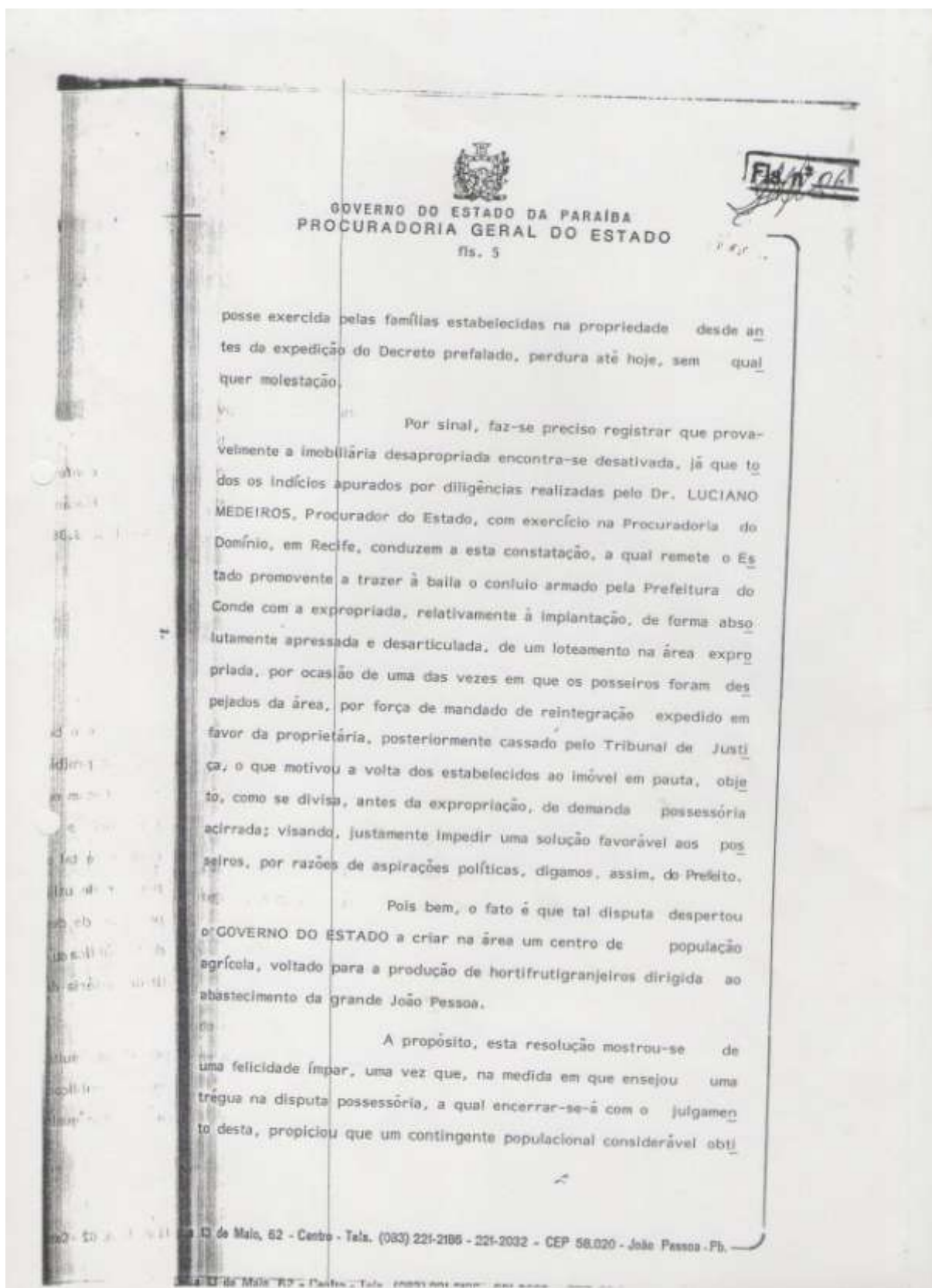
Agricultores levam documento ao Incra

ne dei Turchi e il "Fornicatore del Desiderio" sono stati, rispettivamente, il "Pavimento" e il "Sole". La prima opera è stata pubblicata nel 1965, la seconda nel 1967. In seguito, nel 1970, ha pubblicato un terzo libro, "Il Sole e la Luna", che ha dedicato alla sua compagna, la scrittrice e traduttrice turca Tülay Eringen. Il suo stile è molto diretto e semplice, e si concentra sulla vita quotidiana e sulle emozioni. Ha anche scritto alcune opere di narrativa, tra cui "Il Sole e la Luna" e "Il Sole e la Luna".

(Página 2)

ANEXO 05

Ação de Desapropriação 1992, Folha 6.



[illegible]

ANEXO 07

Decreto nº13 262 de 12 de setembro de 1989.



ANEXO 08

Razões finais em memorial, INTERPA 2001.



ESTADO DA PARAÍBA
INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERPA - PB
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E ABASTECIMENTO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ALHANDRA- PARAÍBA.

COMARCA DE ALHANDRA
21.01.01
73.01
8.45
[Assinatura]

RAZÕES FINAIS EM MEMORIAL
PELO INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA-INTERPA.

PROCESSO: Nº 0411992000088-6

O supracitado Instituto, na condição de Litig consórcio Assistencial e ao mesmo tempo gestor das terras públicas estaduais, na conformidade do que dispõe a Lei nº 4.500/83, representado por seu procurador abaixo assinado, acompanhou, rigorosamente, todos os atos processuais dos autos em epígrafe, assim como, cumpriu todos os despachos judiciais, para os quais foi intimado.

O promovente, em observância ao que estabelece a Lei das Despropriações, efetuou o depósito em juízo, do valor apurado no laudo de avaliação, feito por técnicos do mais alto ga barito, em nome da expropriada, Imobiliária Rio Tinto Negócios Imo

ENDEREÇO:
BR 230 - KM 14 - ESTRADA DE CABEDELO - PB - CEP 58.310-000
FONE: (83) PABX 246-1080 - FAX: (83) 246-1813

PARAÍBA
[Assinatura]



ESTADO DA PARAÍBA
INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERPA - PB
 VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E ABASTECIMENTO

biliários Ltda., obtendo desta forma, o deferimento da imissão de posse pleiteada na peça vestibular. Feito isso, o Estado da Paraíba, não pode e nem deve ser responsabilizado ou penalizado, pelos atos praticados após a efetivação do mencionado depósito, principalmente, no tocante ao levantamento de 80% (oitenta por cento) deste montante, autorizado, na época, por esse juízo, sem que o demandante, tenha sido intimado para se pronunciar sobre o assunto. Com efeito, se houve fraude por parte de quem praticou o levantamento, sem ter a legitimidade para fazê-lo, deve o Ministério Público, abrir o competente inquérito, com a finalidade de apurar a responsabilidade e punir o culpado ou culpados pela prática do ato delituoso, com o ressarcimento da quantia levantada, além de prisão, como determinam as normas penais.

O ajuizamento da presente ação deu-se em razão do fato, do representante legal da expropriada não concordar com o preço apurado no laudo de avaliação e consequentemente ter se exaurido todos os esforços da via administrativa ou amigável, tendo o Magistrado determinado que fosse feita nova avaliação, da qual discordou o demandante, conseguindo, com embasamento legal e argumentos convincentes, a anulação da mesma.

Prosseguindo com a tramitação normal do feito, foi realizada uma reavaliação e mais uma vez, não foi possível o suplicante concordar com o laudo avaliatório, requerendo no prazo legal, a anulação do mesmo, pelos motivos abaixo elencados:

a) A propriedade se encontra cadastrada no INCRA sob o nº 205.060.201.105, portanto, trata-se comprovadamente de imóvel rural e não urbano, como afirma o laudo pericial, pois, para tanto, seria necessário, dentre outros documentos, um decreto do Prefeito Municipal do Conde-PB., de expansão da zona urbana, o que não aconteceu.

b) Para a conclusão do preço do hectare de terra nua, naquela região, o responsável pela perícia, levou em con-

ENDEREÇO

BR 230 - KM 14 - ESTRADA DE CABELO - PB - CEP 58.310-000
 FONE: (83) PABX 246-1080 - FAX: (83) 246-1813

PARAÍBA



ESTADO DA PARAÍBA
INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERPA - PB
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E ABASTECIMENTO

sideração, exclusivamente, o valor informado pela Prefeitura Municipal do Conde-PB., por sinal o mais alto, desprezando por completo o valor informado pela EMATER-PB., Órgão competente, envolvido com as questões rurais e com grande conhecimento sobre o preço de terra agrícola.

c) Por outro lado, nenhum documento, que viesse provar as informações a respeito do valor da terra nua, foi trazido ao bôjo processual, bem como, planta, memorial descritivo e levantamento do perímetro.

Ocorre, Douto Magistrado, que apesar destas falhas cometidas na última avaliação, o pedido do suplicante concernente a sua invalidação, foi indeferido, sendo designada de imediato a audiência de instrução e julgamento, na qual os esclarecimentos prestados pelo Perito, não convenceu o promovente.

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência, que não leve em consideração, para efeito do julgamento, o valor da terra nua apresentado no laudo, por ser exorbitante e fora do preço de mercado devendo portanto, prevalecer, para efeito de sentença, que deverá ser procedente, a média do valor informado pela EMATER-PB., e pela Prefeitura Municipal do Conde-PB., com a condenação do promovente nas cominações legais.

Termos em que
Pede juntada e deferimento

Cabedelo, 20 de novembro de 2001.

Gerardo de Souza Lima
Gerardo de Souza Lima
Chefe Seção de Procuradoria Jurídica
OAB/PB - 2334

ENDEREÇO:

BR 230 - KM 14 - ESTRADA DE CABEDELO - PB - CEP 58.310-000
FONE: (83) PABX 246-1080 - FAX: (83) 246-1813

PARAÍBA
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ANEXO 09

Autorização INTERPA DE 31 DE MAIO DE 2011

 **GOVERNO
DA PARAÍBA** INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DA PARAÍBA - INTERPA/PB

AUTORIZAÇÃO

O Diretor Presidente do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba – INTERPA/PB, Autarquia Estadual, estabelecida à BR 230, KM 14, Estrada de Cabedelo, inscrita no CNPJ sob o nº 09.370.990/0001-24, no uso das atribuições que lhe confere o Ato Governamental nº 0107, publicado no DOE de 03 de janeiro de 2011, c/c Art. 13, Inciso I, do Decreto de nº 17.171 de 14 de dezembro de 1994, **AUTORIZA o PROJETO COOPERAR** a proceder a perfuração de um Poço Tubular no imóvel denominado “Tambaba”, no município do Conde/PB, expropriado pelo Governo do Estado da Paraíba, através do Decreto nº 13.262, de 12 de setembro de 1989, destinado a criação de um centro de população voltado para a produção de hortifrutigranjeiros dirigida ao abastecimento da grande João Pessoa/PB.

Cabedelo, 31 de maio de 2011


NIVALDO MORENO DE MAGALHÃES
Diretor Presidente

 BR-230 Km 14
Cabedelo-PB
CEP 58.310-000
www.paraiba.pb.gov.br

Fone: (83) 3214-5
Fax: (83) 3214-5
CNPJ: 09.370.990/0001

ANEXO 11

Abaixo-assinado solicitando ao governador a criação da APA.

Sociedade Naturista de Tambaba – SONATA
 Caixa Postal: 5105 – E-mail: sonata-pb@bol.com.br
 Cep: 58051-970 – João Pessoa- Paraíba

João Pessoa, 07 de junho de 2001

Ilmo. Sr.
 Erasmo Lucena
 MD Superintendente da SUDEMA
 Nesta:

Senhor Superintendente;

Processo nº 1504/2001
 Fl. 1
 Em: 07.06.2001
 Visto: *[assinatura]*
 M. B. DE LUCENA NETO
 Diretor SUDEMA

Vimos pelo presente, externar junto a V.Sa., nossa preocupação com a degradação e descaracterização ambiental observada no Litoral Sul, precisamente nas áreas compreendida entre Tabatinga e à Barra do Rio Graú, no município do Conde-PB, onde ecossistemas costeiros de alta relevância ambiental, protegidos pela Constituição Estadual, encontram-se ameaçados em virtude das constantes agressões ao meio ambiente, principalmente causadas pelos desmatamentos e pela ocupação desordenada das áreas, contribuindo assim, para uma acelerada erosão das terras (anexo – foto 01) e acentuado assoreamentos das coleções hídricas da região (anexo – foto 02).

Inserida neste contexto, encontra-se Tambaba, representada pela sua diversidade e apreciável valor paisagístico, conhecida nacional e internacionalmente como balneário naturista e de grande beleza cênica em processo de descaracterização ambiental (anexo – foto 03), agravado principalmente pelos loteamentos, onde até áreas

verdes estão sendo loteadas, alterando sensivelmente as condições ecológicas da região.

Face ao exposto, solicitamos a V.Sa. uma inspeção técnica, com fins a uma caracterização ambiental, objetivando a criação do **Parque Estadual de Tambaba (anexo - abaixo assinado)** de forma a garantir o equilíbrio natural e a beleza do quadro paisagístico da região.

Certos de podermos contar em mais um pronto atendimento por parte de V.Sa., reiteramos nossos protestos da mais alta estima e consideração.

Sociedade Naturista de Tambaba

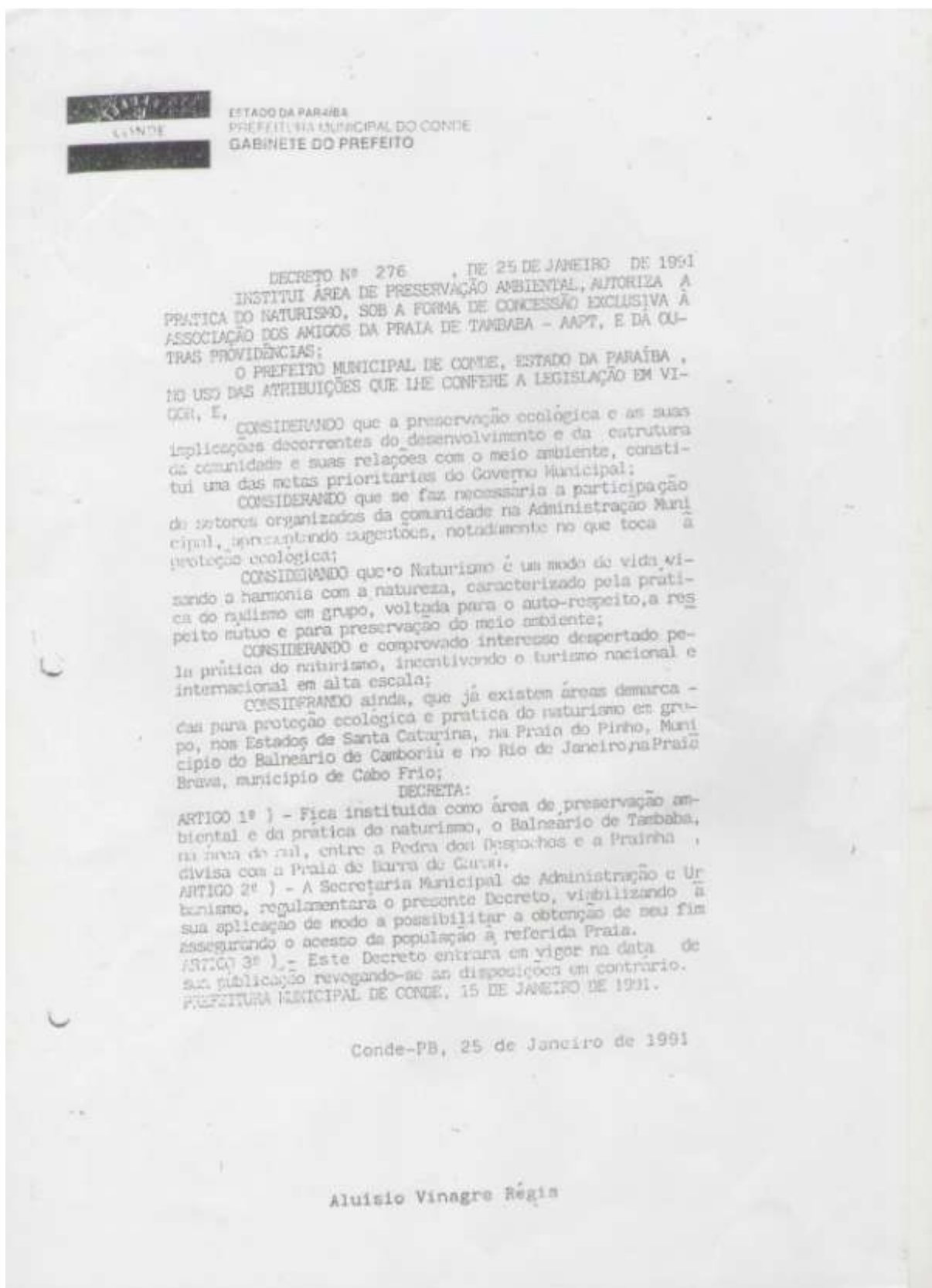
Rosângela de Fozze

Rosângela Arantes Corrêa

Presidente

ANEXO 12

Decreto Municipal Nº 276 de 25 de janeiro de 1991. Institui a Área de Preservação Ambiental



ANEXO 13

Lei Nº 256/2002. Regulamentação do Decreto Municipal Nº 276/1991

